

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**DE LAGARTA A BORBOLETA: CONSTRUÇÃO E (RE)
CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES FEMININAS A PARTIR DO
MOVIMENTO DE MULHERES DA PRIMAVERA, DE
GUARAPUAVA/PR**

MORGANI GUZZO

**GUARAPUAVA
2015**

MORGANI GUZZO

De lagarta a borboleta: construção e (re) construção das identidades femininas a partir do Movimento de Mulheres da Primavera, de Guarapuava/PR

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção de grau de Mestre em Letras, Curso de Pós-Graduação em Letras, área de Concentração Interfaces entre Língua e Literatura, da Unicentro.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Níncia Cecília Ribas Borges Teixeira

**Guarapuava/PR
2015**

Ficha elaborada pela Biblioteca da Unicentro-Guarapuava, Campus Santa Cruz

Guzzo, Morgani

G993l De lagarta a borboleta: construção e (re) construção das identidades femininas a partir do Movimento de Mulheres da Primavera, de Guarapuava-PR / Morgani Guzzo.– Guarapuava: Unicentro, 2015. x, 144 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em Letras, área de concentração: Interfaces entre Língua e Literatura .

Orientadora: Profa. Dra. Níncia Cecília Ribas Borges Teixeira;
Banca examinadora: Prof. Dr. Valdir José Morigi, Profa. Dra. Rosemeri Moreira.

Bibliografia

1. Identidade Social. 2. Memória. 3. Movimento de Mulheres. 4. Teoria de Gênero. 5. Violência I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em Letras.

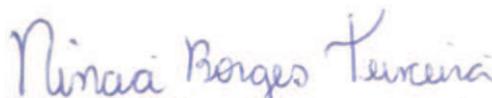
CDD 20. ed. 305.98162

TERMO DE APROVAÇÃO

MORGANI GUZZO

De lagarta a borboleta: construção e (re) construção das identidades femininas a partir do Movimento de Mulheres da Primavera, de Guarapuava/PR

Dissertação aprovada em 23/02/2015 como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração Interfaces entre Língua e Literatura, da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO, PR), pela seguinte banca examinadora:



Prof.^a Dra. Nírcia Cecília Ribas Borges Teixeira
Instituição: UNICENTRO



Prof. Dr. Valdir José Morigi
Instituição: UFRGS



Prof.^a Dra. Rosemeri Moreira
Instituição: UNICENTRO

Guarapuava, 23/02/2015.

*Ao Movimento de Mulheres da Primavera, com o sincero desejo
de contribuir para a luta e para a história do movimento.*

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo apoio, confiança e por incentivarem, incondicionalmente, o meu voo.

À orientadora, professora Níncia, pela inspiração quando eu ainda era uma jovem estudante de jornalismo, por toda a confiança, incentivo e direcionamento desde o PET-Letras e a Iniciação Científica até agora, no mestrado.

À professora Rosemeri, pelas conversas nos corredores, pelas indispensáveis contribuições na banca de qualificação e pelo exemplo de mestre/militante.

Ao professor Valdir, pela oportunidade de aprendizado durante sua disciplina no Programa de Pós-Graduação da UFRGS e pelas contribuições na banca de qualificação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela oportunidade de aprendizado, enriquecimento acadêmico e pelo apoio, principalmente dos professores, coordenação e da secretaria.

Aos amigos, colegas e todas as pessoas que foram essenciais nesse processo de amadurecimento, tanto na vida acadêmica, quanto nos caminhos tortuosos da minha vida como sujeito político, social e feminista.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por oportunizar, com a bolsa de mestrado, a realização dessa pesquisa com dedicação exclusiva.

Às mulheres militantes do *Movimento de Mulheres da Primavera* pela confiança de permitirem que eu entrasse em seus mundos e conhecesse suas vidas para que essas páginas fossem escritas. Vocês, com certeza, contribuíram muito para a formação da pessoa que sou hoje, após esse processo de mestrado.

GUZZO, Morgani. De lagarta a borboleta: construção e (re) construção das identidades femininas a partir do Movimento de Mulheres da Primavera, de Guarapuava/PR. 144f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Centro-Oeste. Orientadora: Níncia Cecília Ribas Borges Teixeira. Guarapuava, 2015.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender o processo de empoderamento e (re) construção de identidades políticas das mulheres do *Movimento de Mulheres da Primavera*, da cidade de Guarapuava, localizada no Centro-Sul do Paraná, Brasil. A criação do movimento de mulheres, em 2004, organizado em torno da Paróquia Nossa Senhora de Fátima, no Bairro Primavera, constitui-se como um marco importante para o reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos, um processo que perpassa pela discussão de questões como a violência contra a mulher, a emancipação econômica e a inserção das mulheres na política. Estas bandeiras, formuladas a partir de reuniões periódicas de estudo, constituíram a força motriz para o desenvolvimento de novas identidades sociais e a busca por novas representações sobre as mulheres em Guarapuava. Por meio da observação participante, realizada durante as reuniões do *Movimento de Mulheres da Primavera*, e da realização de entrevistas com as militantes, buscamos compreender as transformações na identificação das mulheres e na sua atuação como sujeitos políticos. Nosso estudo também relaciona a construção das memórias e identidades de gênero das mulheres do movimento com a visibilidade de suas ações na política e na imprensa regional. A luta política, por meio de campanhas, marchas, romarias, entre outras, conquistou espaços nos veículos jornalísticos e possibilitou o alcance das mulheres aos espaços públicos e político-partidários, inserindo a temática de gênero – e da violência contra as mulheres, principalmente – de maneira definitiva na agenda pública de Guarapuava. Por meio do mapeamento da cobertura realizada pelo jornal *Diário de Guarapuava* durante a *Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência de Gênero* de 2013 e da análise de quatro textos de opinião assinados pelas militantes do movimento e publicados durante a campanha, conseguimos observar quais são as preocupações e demandas pelas quais o *Movimento de Mulheres da Primavera* luta. Ancoradas nas questões de gênero, representação, identidade social e memória, intuímos que, aliados às vozes das entrevistas, os artigos evidenciam problemáticas de gênero difíceis de superar, questões culturais que emperram o alcance da igualdade entre homens e mulheres e o fim da violência de gênero. Como resultado da pesquisa, evidenciamos as vivências das *Mulheres da Primavera*, buscando inserir suas lutas na história social do município. Demonstramos que, apesar de sua atuação como personagens importantes no desenvolvimento dos direitos humanos e sociais, na luta por emancipação feminina, igualdade de gênero e na conquista efetiva de espaços de discussão sobre a violência de gênero na cidade, os desafios culturais a serem superados são grandes e necessitam de muitas frentes de enfrentamento, envolvendo transversalmente toda a sociedade.

Palavras-chave: Identidade social; Memória; Movimento de Mulheres; Teoria de Gênero; Violência.

GUZZO, Morgani. From caterpillar to butterfly: construction and (re) construction of female identity from the Movimento de Mulheres da Primavera, Guarapuava/PR. 144f. Dissertation (Master of Letters) – Universidade Estadual do Centro-Oeste. Orientadora: Níncia Cecília Ribas Borges Teixeira. Guarapuava, 2015.

ABSTRACT

This investigation aims to understand the empowerment process and (re) construction of gender identities of women in the *Movimento de Mulheres da Primavera*, from Guarapuava, located in the Center-South of Paraná, Brazil. The foundation of the women's movement in 2004, organized around the parish *Nossa Senhora de Fátima*, in Spring Quarter, established an important demarcation for the women's recognition process as political subjects. This process embraces the reflection about issues such as: violence against women, economic empowerment and participation of women in politics. These demands were formulated from periodical study meetings and it occasioned to the development of new social identities and the building of the new social representation of women in Guarapuava. In order to understand the identities transformation and the empowerment of women, we conducted interviews with the movement's militants, adopting the individual and collective memory as a tool to identify the building of every single person inside the group. The oral source, understood as a text, enables us to access feelings and individual sensation that structure the women experiences in their recognition as political and social subjects. Our study also has intent to link the construction of memories and gender identities of the women's movement with the visibility of their actions in politics and regional press. The campaigns, marches, courses, among others actions, has conquered attention in journalistic media and has allowed the achievement of women in public spaces and political parties, introducing the subject of gender - and the violence against women, especially - definitely in the public agenda of Guarapuava. The mapping of the journalist coverage during the campaign "16 Days of Activism against gender violence", in 2013, and the analysis of four opinion papers signed by movement militants and published in newspaper *Diário de Guarapuava* during the campaign, direct our interpretation for the concerns and demands by which the *Movimento de Mulheres da Primavera* has still to fight. This investigation is anchored in gender theories, social representation and identity and collective memory theory. Through the interviews voices and the opinion articles, we are able to intuit that the equality between men and women is a demand difficult to achieve: there are many cultural questions that still hamper the end of the violence gender. As a result of this research, we intent to insert the experiences of the Spring Women and their struggles in the social history of the city. We demonstrate that, despite its role as important figures in the development of human and social rights, the struggle for women's emancipation, gender equality and the effective achievement of discussion forums on gender violence in the city, the cultural challenges to be overcome are large and it still need many coping fronts involving the whole society.

Keywords: social identity; memory; women's movement; gender theory; violence.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 CULTURA EM (TRANS) FORMAÇÃO: MOVIMENTOS SOCIAIS, MEMÓRIA, REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADES DE GÊNERO	23
2.1 Memória coletiva: um processo constituído a partir da interação social.....	25
2.2 Identidade social: identificação e pertencimento	31
2.3 Representações: os significados compartilhados sobre as mulheres na sociedade	36
2.4 Espaços, papéis e relações de poder binárias e hierárquicas de gênero	41
2.5 Movimentos de mulheres, feminismo e religião: luta por direitos e visibilidade no contexto da América Latina.....	48
3 O GESTAR DA BORBOLETA: O PROCESSO DE RECONHECIMENTO DAS MULHERES COMO SUJEITOS POLÍTICOS E SOCIAIS NO <i>MOVIMENTO DE MULHERES DA PRIMAVERA</i>	57
3.1 O Movimento de Mulheres da Primavera: atuação através do exercício da fé	62
3.2 Mulheres em movimento: identidades em (des) construção	68
3.3 Fé e ação política: a luta das mulheres pelo alcance dos espaços públicos	78
4 A QUEBRA DO CASULO: A CONQUISTA DO ESPAÇO PÚBLICO E O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA	95
4.1 Violência de gênero: teoria e enfrentamento em progresso	104
4.2 Espaços e temáticas em visibilidade: o Movimento de Mulheres nos artigos sobre a violência 111	
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS	140
APÊNDICES.....	144
Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	144

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - 1ª Romaria da Mulher. <i>Movimento de Mulheres da Primavera</i> , 2004.....	66
Figura 2 - 1ª Romaria da Mulher (Movimento de Mulheres da Primavera, 2004).	66
Figura 3 – “Bem-vindas”, postagem de lançamento da logomarca e do blog	82
Figura 4 – “Eva e Gilson, quem terá a preferência do eleitor?”	87
Figura 5 – “Um projeto político sobre os alicerces da União”	88
Figura 6 – “Movimento da mulher propõe valorização da pessoa”	89
Figura 7 – “Marcha das Vadias em Guarapuava”	97
Figura 8 – Capa: “Atividades pedem fim da violência contra a mulher”	99
Figura 9 – Capa: “Documento pede delegada da mulher em Guarapuava”	100
Figura 10 – Capa: “Lutando por dias melhores”	100
Figura 11 – “Campanha ‘16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência de Gênero’ começa hoje”	109
Figura 12 - Artigo "Por que uma campanha pelo fim da violência de gênero", Rosemeri Moreira....	110
Figura 13 - Artigo "Violência de gênero e movimentos sociais", Priscila Schran de Lima.....	112
Figura 14 - - 8ª Romaria da Mulher (<i>Movimento de Mulheres da Primavera</i> , 2011).....	113
Figura 15 - - 8ª Romaria da Mulher (<i>Movimento de Mulheres da Primavera</i> , 2011).....	113
Figura 16 - Artigo "Violência de gênero e políticas públicas", Eva Schran de Lima.	119
Figura 17 - Artigo "Gênero e educação escolar", Aline Cristina Schram	126
Figura 18 - Artigo "50 tons de violência", Josiane Caldas Kramer.....	131

*Ah, se você soubesse o valor de um casulo;
Pois eu grito pro mundo o valor que o casulo tem;
não sei a cor que vai ser;
a cor que você quiser, pois esse casulo chamado mulher adora
mudar de cor;
a cor da mulher guerreira;
mulher brasileira, negra ou branca seja a cor que for;
pois ao sair do casulo, ela voa alguns segundos mostrando seu
valor
Talvez você não veja outra igual, isso não é genial?
Pois nós não somos iguais como estes casulos também.
Cada uma com sua cor e diferença também
Mas com a mesma certeza que vãos melhores virão
Talvez uma voe mais alto, mas a outra no seu cansaço, ela tem
determinação;
A determinação da conquista, pois ela é otimista e muitos vãos
elas darão.
Sabem quem dá esse espetáculo maravilhoso?
A borboleta... A BORBOLETA MULHER*

Poema “O Casulo”, de Eliane dos Santos, militante do
Movimento de Mulheres da Primavera.

“Todo ato político é um sair de si. O corpo é político”.
(Josiane Caldas, militante do *Movimento de Mulheres da
Primavera*, em entrevista).

1 INTRODUÇÃO

Início este estudo acessando uma memória relacionada ao meu desenvolvimento como pesquisadora e lembrando como o movimento de mulheres entrou na minha vida. Quando digo que “entrou na minha vida”, refiro-me não só como objeto de estudo, mas como parte da minha formação política. Na graduação em Jornalismo, tive o primeiro contato com as teorias de gênero por ocasião de uma pesquisa de iniciação científica que analisava algumas crônicas de uma escritora brasileira e as representações de mulheres que eram construídas nesses textos. A partir daí, os questionamentos a respeito da problemática de gênero passaram a constituir parte da minha preocupação como sujeito social e político, embora não tanto como pesquisadora. Meu interesse científico foi, por longos anos, pela temática da construção de identidades sociais e a problematização de representações hegemônicas sobre minorias sociais, a partir da análise da produção de conteúdos jornalísticos alternativos ou de comunicação comunitária/popular por grupos de periferia. Este foi, inclusive, o tema trabalhado por mim e minha orientadora durante o primeiro ano do mestrado em Letras desta Universidade. Processos de pesquisa, no entanto, estão sempre sujeitos às mais diversas dificuldades.

Devido à dificuldade em encontrar organizações ou movimentos de comunicação popular e/ou comunitária no estado do Paraná, tivemos que realizar uma reflexão a respeito do objeto de estudo e do *corpus* de análise escolhidos para a pesquisa dentro das linhas deste programa de pós-graduação. Essa reflexão resultou em uma mudança completa do objeto de pesquisa, considerando a importância de se produzir ciência a respeito da realidade local. Concomitante ao impasse que se deu dentro da pesquisa, percebemos a grande mobilização que um movimento de mulheres da cidade (Guarapuava-PR) realizava nos últimos anos, e os avanços obtidos por essa militância despertaram nossa curiosidade. Resultado da militância das mulheres desse movimento, o *Movimento de Mulheres da Primavera*, as demandas feministas foram avançando nos espaços e nas políticas públicas da cidade, principalmente com a inserção de uma das militantes na política partidária. A atuação política do Movimento e de sua representante na Câmara de Vereadores e, depois, na Prefeitura (no cargo de vice-prefeita e de secretária da Mulher), inseriu definitivamente a temática da violência contra as mulheres na agenda pública da cidade, com a realização da *Marcha das Vadias* de 2012 e da *Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da*

Violência de Gênero, em 2012 e 2013, e a criação de uma Secretaria de Políticas para as Mulheres em 2013.

Nosso interesse pelo *Movimento de Mulheres da Primavera* – que surgiu e se desenvolveu em um bairro geograficamente periférico da cidade, dentro de um contexto de envolvimento direto com a Igreja Católica – é saber como esse movimento alcançou visibilidade e avanços no período de dez anos: de que forma essas mulheres se organizaram e conseguiram, em tão pouco tempo, ocupar espaços e inserir temáticas até então invisíveis nas esferas públicas da cidade? Como essas mulheres se construíram como sujeitos políticos dentro do movimento e que processos de identificação ocorrem a partir de sua militância no movimento de mulheres?

O despertar dessas inquietações, ligado ao problema com objeto de pesquisa em andamento, tornou-se decisivo para que ocorresse a mudança de foco e de objeto, voltando nossa preocupação para as questões de gênero e a luta política das minorias – nesse caso, das mulheres – no contexto social do *Movimento de Mulheres da Primavera*. Esta mudança de direção provocou, não só uma demanda por novas leituras e novas metodologias, mas uma profunda transformação em mim, como pesquisadora e sujeito político em formação: o amadurecimento da forma de ver e viver o mundo e o meu reconhecimento como feminista.

O acesso às minhas memórias e o reconhecimento da minha subjetividade como indivíduo político e pesquisadora são importantes no processo de análise do próprio *Movimento de Mulheres da Primavera* e das mulheres que o compõem. De acordo com Elizabeth Jelin (2002), a subjetividade do/a pesquisador/a deve ser levada em conta no processo de análise das memórias de grupos e atores sociais. Da mesma forma, as análises realizadas por esse estudo podem servir como ferramentas para a reflexão e empoderamento do próprio movimento:

[...] A discussão sobre a memória raramente pode ser feita a partir do exterior, sem comprometer quem o faz, sem incorporar a subjetividade do/a pesquisador/a, sua própria experiência, suas crenças e emoções. Incorpora também seus compromissos políticos e cívicos. No meu caso, isto inclui uma forte crença de que a convivência humana – mesmo entre grupos diferentes e em conflito – é possível e desejável, ainda que sem dúvida, difícil. Também que a reflexão e as análises críticas são ferramentas que podem e devem ser oferecidas aos atores sociais, especialmente aos mais fracos e excluídos, já que constituem como

subsídios para o processo de reflexão e empoderamento. (JELIN, 2002, p. 3, tradução nossa)¹.

O *Movimento de Mulheres da Primavera* foi criado em 2004, por um grupo de mulheres que se reuniram no Bairro Primavera, em Guarapuava/PR, a partir da sua convivência e experiência na Paróquia Nossa Senhora de Fátima. Dentre as preocupações que se esboçaram, estava o alto índice de violência e assédio sexual na comunidade, além da constatação de que, mesmo fazendo parte de toda a organização da Paróquia, poucas mulheres assumiam cargos de liderança ou coordenação dentro da instituição religiosa, o que tornava sua atuação quase invisível para os membros da comunidade.

A primeira ação organizada pelo grupo foi a *1ª Romaria da Mulher*, em 2004, que teve como temática a história do Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia 8 de Março. A romaria teve como objetivo esclarecer, por meio de apresentações teatrais e relatos, que essa data marca episódios de lutas – e mortes – de mulheres por melhores condições de vida e de trabalho em determinadas épocas. O intuito foi problematizar a utilização do Dia 8 de Março pelo comércio, pela publicidade e pela mídia para estimular o consumo, criando e reforçando sentidos sobre a data, como dia de presentear e valorizar as características construídas como “inerentes das mulheres”: a maternidade, o cuidado e a feminilidade – ligada à delicadeza e à sensibilidade.

Com a realização da 1ª Romaria, as mulheres passaram a se reunir periodicamente para discutir temas e desenvolver ações com diversos objetivos, tais como: a formação de jovens e mulheres do Bairro Primavera com cursos de informática, inglês, entre outros; a luta por creches e obras no bairro; a organização de manifestações e marchas pelo enfrentamento à violência contra as mulheres; a formação em torno da política partidária e da inserção de mulheres na política etc. Ao longo dos anos, a ação das mulheres do bairro Primavera ganhou notoriedade e alcançou mulheres de toda a cidade, chegando a estimular a criação de movimentos de mulheres em outros dois bairros de Guarapuava (respectivamente, o *Movimento de Mulheres do Alto da XV* e o *Movimento de Mulheres do Xarquinho*).

¹ “La discusión sobre la memoria raras veces puede ser hecha desde afuera, sin comprometer a quien lo hace, sin incorporar la subjetividad del/a investigador/a, su propia experiencia, sus creencias y emociones. Incorpora también sus compromisos políticos y cívicos. En mi caso, esto incluye una fuerte creencia en que la convivencia humana – aun entre grupos diversos y en conflicto – es posible y deseable, aunque sin duda difícil. También, que la reflexión y el análisis crítico son herramientas que pueden y deben ser ofrecidas a los actores sociales, especialmente a los más débiles y excluidos, ya que constituyen insumos para su proceso de reflexión y su empoderamiento” (JELIN, 2002, p. 3).

Após um processo de organização e fortalecimento, o movimento, hoje, realiza reuniões quinzenais. O grupo heterogêneo é formado por cerca de vinte mulheres com atuação assídua, na faixa etária compreendida entre 17 e 65 anos, atuantes em diversas profissões (donas de casa, professoras, secretárias, estudantes, cabelereiras, advogadas, vendedoras etc.); casadas, divorciadas, viúvas; mães ou sem filhos; vítimas de violência doméstica ou não. Um grupo com experiências diversas, que se formou e fortaleceu devido à participação na mesma Paróquia, mas que, atualmente, é unido por uma forte relação de amizade e por compartilhar objetivos em comum: a luta pelo empoderamento das mulheres e, principalmente, pela transformação de uma cultura que é perigosamente violenta.

Em dez anos, a formação política e o empoderamento das mulheres do movimento possibilitou a eleição de uma de suas representantes como vereadora (mandato 2009-2012) e, em seguida, que esta vereadora ocupasse o cargo de vice-prefeita da cidade de Guarapuava. A inserção de uma das militantes do movimento na política partidária permitiu a entrada definitiva da temática da violência contra as mulheres na cidade. A discussão em torno desse problema social era, até então, praticamente inexistente na esfera pública, salvo em manifestações do próprio movimento de mulheres, de professoras e professores ligadas/os às universidades e faculdades ou da sociedade civil organizada em entidades, tanto nas ruas, quanto na Câmara de Vereadores ou em eventos das instituições. Após a atuação do movimento na política partidária, o enfrentamento à violência contra as mulheres passou a ser uma pauta das mais urgentes na administração pública, principalmente após a criação da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, em março de 2013.

Os avanços e conquistas do *Movimento de Mulheres da Primavera*, a partir de seu contexto de surgimento e de sua luta, são importantes para compreender os processos de identificação e empoderamento das mulheres do movimento. Tais avanços, portanto, devem ser pensados em relação às construções sociais em torno das identidades – sociais e de gênero –, às representações e à cultura da sociedade aonde ocorreram. A identificação das mulheres do Bairro Primavera como sujeitos políticos, a partir de suas experiências concretas na busca por transformações nas relações de gênero e nas representações sobre as mulheres, são essenciais para compreender o papel que esse movimento social desempenha na sociedade de Guarapuava.

O estudo das lutas dos movimentos sociais por visibilidade e por direitos passa a ser alvo de preocupação no Brasil a partir dos anos 1970. Este período também se

caracteriza pela fundação e fortalecimento dos “novos” movimentos sociais, os movimentos identitários, entre eles aqueles com viés na questão racial, étnica e de gênero. As ondas feministas, os movimentos de mulheres e as discussões em torno da desigualdade de gênero foram espaços com grande atuação das mulheres, tanto do campo quanto da cidade, da periferia ao centro.

A atuação em movimentos sociais constituiu-se como uma nova forma de fazer política, fora dos setores tradicionais ligados aos partidos políticos. Dentre os “novos personagens” que passaram a compor esses movimentos, o envolvimento das mulheres é destaque, principalmente aquelas dos setores médios e populares. A partir da década de 1980, essas atrizes sociais emergiram do interior de lutas por direitos violados pelas ditaduras que se espalhavam pela América Latina. Entre as diversas reivindicações desses movimentos, convém destacar aquelas que foram feitas em nome dos papéis familiares desempenhados pelas mulheres na esfera privada: como mães, esposas e donas de casa, elas reivindicavam creches, postos de saúde, moradia etc. No entanto, foi por meio desse canal de luta que novas lideranças políticas femininas se apresentaram, reivindicando a autoridade da experiência, transformando assuntos privados em debates e intervenções públicas.

Ao considerar as pesquisas que analisam as demandas e conquistas de diversos movimentos sociais em vários contextos sócio-históricos, nosso enfoque visa compreender a (re) construção das identidades de gênero das mulheres do *Movimento de Mulheres da Primavera*, em sua atuação desde 2004. A construção de novas identidades perpassa pela formação política das mulheres em torno de temáticas como: a violência contra as mulheres, a emancipação econômica e a inserção das mulheres na política partidária. Estas bandeiras, discutidas nas reuniões periódicas do movimento, constituem-se, de acordo com essas mulheres, a força motriz para o seu empoderamento e para o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas a suas demandas na cidade de Guarapuava.

A partir da organização da *Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência de Gênero* pelo *Movimento de Mulheres da Primavera*, em 2012, a atuação do movimento, a temática da violência e o questionamento dos papéis de gênero tornam-se mais presentes nas pautas dos veículos jornalísticos da cidade – principalmente as rádios e jornais impressos. A visibilidade dessas questões é alcançada num processo de contra-agendamento, a partir do movimento de mulheres e das ações da Campanha. Em 2013, na segunda edição da *Campanha dos 16 Dias*, o periódico jornalístico *Diário de Guarapuava*

reservou espaços na página de opinião para que as mulheres do movimento e pessoas convidadas publicassem textos sobre o tema. Dos nove artigos publicados durante a campanha, quatro foram escritos pelas militantes do *Movimento de Mulheres da Primavera* e revelaram as dificuldades e as demandas do movimento relacionadas à questão da violência contra as mulheres.

A metodologia desta pesquisa contou com uma revisão bibliográfica a respeito dos movimentos sociais, história das mulheres, teorias de gênero, participação das mulheres na política, feminismos, teorias sobre a identidade social, representação e memória, ancoradas no campo de estudos conhecido como Estudos Culturais. Fizemos o mapeamento dos espaços ocupados pela *Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência de Gênero* de 2013, no jornal *Diário de Guarapuava*, coletando, principalmente, os artigos produzidos e assinados pelas militantes do *Movimento de Mulheres da Primavera*. Realizamos, também, observação participante nas reuniões do movimento e coletamos entrevistas com aquelas que tinham interesse em contar suas histórias. Tais entrevistas ocorreram nos momentos após as reuniões periódicas e, também, foram agendadas para outras datas, escolhendo um local de preferência para a entrevistada.

Faz parte do *corpus* deste estudo, portanto, quatro textos opinativos escritos por militantes do *Movimento de Mulheres da Primavera* e publicados no jornal *Diário de Guarapuava* durante a *Campanha dos 16 Dias de ativismo pelo fim da violência de gênero* de 2013. Os artigos foram publicados em um espaço reservado pelo jornal para apoiar a campanha que, em sua segunda edição na cidade, conquistou grande adesão de entidades, órgãos públicos e, inclusive, dos meios de comunicação.

A análise desse *corpus* busca evidenciar dois principais aspectos: a) a visibilidade dada ao Movimento e à luta contra a violência durante os dias de campanha, principalmente promovida pelo jornal *Diário de Guarapuava* e a cobertura feita à campanha; b) os significados provocados pelos artigos publicados no jornal, relacionados à memória e às representações sobre as mulheres, papéis padronizados das mulheres na sociedade em questão, os aspectos sobre a violência contra a mulher, a luta dos movimentos sociais como forma de enfrentamento à realidade ainda violenta para as mulheres na cidade de Guarapuava e as políticas públicas já implementadas e em fase de implementação na cidade. Esses artigos nos ajudam a compreender de que forma as mulheres do movimento ampliaram seus espaços de atuação e tornaram visível a discussão

sobre um problema grave, mas comumente silenciado dos noticiários e das políticas públicas: a violência contra as mulheres vista sob a perspectiva cultural, e não policial.

O enfoque dado ao material jornalístico e opinativo vai ao encontro da compreensão de que a produção de sentido e as identidades dos sujeitos são construídas nas mais diversas práticas socioculturais: na literatura, no cinema, nos conteúdos disseminados pelos meios de comunicação – principalmente o jornalismo -, em conversas cotidianas, nos conteúdos trabalhados em cursos e oficinas, nos temas abordados em manifestações etc. Tais discursos são, segundo Hall (1997), práticas de representação. Os meios de comunicação – entre eles, os veículos jornalísticos – são, nesse aspecto, responsáveis por prover a base pela qual os grupos e classes sociais constroem uma imagem das vidas, práticas e valores de si (suas identidades) e de outros grupos e classes. Essas imagens e representações, que são esparsas e fragmentadas da totalidade social, ajudam a constituir representações hegemônicas e padronizadas dos sujeitos.

A visibilidade alcançada pela *Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher* possibilitou que esse assunto – a violência de gênero, em geral – fosse inserido e discutido em muitos espaços da sociedade guarapuavana. A representação da mulher, nesse aspecto, também foi problematizada pelos artigos de opinião, possibilitando que muitas percepções sobre os papéis desempenhados pelas mulheres em várias sociedades e a desigualdade de oportunidades e de direitos fossem problematizados.

Além dos artigos, nosso olhar está voltado para a memória do movimento e das próprias mulheres, que se constitui nas narrativas de suas vivências cotidianas e das transformações ocorridas em suas vidas após sua participação no movimento. Do grupo de, em média, vinte mulheres, que participam ativamente das reuniões, conversamos com nove delas. Nas entrevistas, as mulheres retomam experiências que foram invisibilizadas ou secundarizadas, mas que ajudam a construir as identidades e a preservar a memória coletiva. A coleta das entrevistas, assim como suas análises, obedece a um procedimento programado, ou seja, o resultado das entrevistas é guiado por um projeto previamente existente e elaborado para atender a algum objetivo – aproximando-se metodologicamente da história oral². Em nosso projeto – que visa provocar, através da entrevista, as memórias

² Na definição de José Carlos Sebe Bom Meihy (2005), a “[...] história oral é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história do ‘tempo presente’ e também reconhecida como ‘história viva’”. (MEIHY, 2005, p. 17).

de experiências vividas pelas militantes no seu envolvimento com o movimento de mulheres, abordamos questões pessoais específicas sobre o envolvimento de cada uma das entrevistadas com a militância. As mulheres relatam desde a história de surgimento do movimento até suas experiências pessoais e a forma como lidam com situações do âmbito privado.

O enfoque da análise das fontes orais é perceber como se deu a (des/re) construção das identidades de gênero das mulheres e seu reconhecimento como sujeitos políticos atuantes na sociedade, tanto individualmente quanto como parte do grupo. A preocupação e a necessidade da história oral que “[...] se fundamenta no direito de participação social e nesse sentido está ligada à consciência da cidadania” (MEIHY, 2005, p. 24) liga-se ao enfoque da pesquisa sobre a participação das mulheres na política e a análise de suas vivências cotidianas, dentro e fora do *Movimento de Mulheres da Primavera*. Este olhar possibilita a construção de uma história dessas mulheres como protagonistas das transformações sociais do município de Guarapuava.

Nas análises, evidenciamos os trechos mais ilustrativos das experiências e demos às mulheres entrevistadas nomes fictícios, visando preservar sua privacidade³. Já nas análises dos artigos de opinião publicados no jornal, evidenciamos as conquistas das mulheres como organização coletiva, sua formação política e teórica e seus desafios e questionamentos perante o enfrentamento à violência de gênero na sociedade.

Nosso esforço em ouvir as experiências e as vivências das mulheres do *Movimento de Mulheres da Primavera* possibilita compreender como elas se veem e se constroem como sujeitos, como/por que ingressaram na militância e que tipos de lutas elas travam, diariamente, em suas relações conjugais e familiares, que terminam por provocar a desconstrução de um imaginário e, ao mesmo tempo, a reconstrução de suas identidades como mulheres empoderadas. Por meio da análise das entrevistas, conseguimos ampliar o entendimento sobre as mudanças que o *Movimento de Mulheres da Primavera* provocou não só no âmbito do enfrentamento à violência e da inserção das mulheres na política, mas nos espaços mais íntimos que as mulheres ocupam no seu cotidiano.

A memória sobre o movimento de mulheres é construída ao longo de dez anos: de 2004, quando da fundação do movimento, até 2014, momento em que grande parte das conquistas do Movimento está consolidada. No entanto, para compreender a (re)

³ Optamos por referenciar as entrevistadas com nomes fictícios, apesar de todas elas terem assinado o termo de consentimento e autorizado o uso de seus nomes verdadeiros. Para facilitar a compreensão, os trechos das entrevistas são assinalados em itálico no corpo do texto.

construção das identidades, estendemos a linha do tempo para um passado mais longínquo, não só para focar a formação histórica da população e da cultura de Guarapuava e dos estereótipos de gênero que, hoje, tentam ser desconstruídos, mas para acessar as histórias dessas mulheres quando estas rememoram sua atuação no movimento a partir de uma experiência passada. Segundo Jelin (2002), nós reordenamos o passado com base nas experiências do presente. Ao falar de suas vidas, as mulheres do movimento reformulam sua vivência a partir dos espaços ocupados hoje e nas representações feitas por si mesmas e que desejam passar para o outro.

É importante considerar que cada um dos relatos é enquadrado dentro de um sistema de significados que leva em conta o contexto e as conquistas já alcançadas. Não são mulheres submissas, vítimas da violência, da desigualdade de classe, gênero e etnia, são mulheres fortalecidas dentro do movimento, empoderadas, trabalhadoras e resistentes, que abrem suas experiências a partir de uma base firme de estudo e vivência no enfrentamento, que conquistaram nos últimos anos a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres e têm sua luta reconhecida pela sociedade em que vivem.

Destacar as experiências vividas pelas mulheres que formam esse movimento torna possível a inserção das mulheres de Guarapuava na história social do município, demonstrando sua atuação como protagonistas no desenvolvimento dos direitos humanos e caracterizando-as como peças necessárias para a transformação dos valores que emperram a conquista da igualdade de gênero e a garantia dos direitos humanos universais. A inserção das mulheres na história, a partir do mergulho direto em suas ações e vivências é uma forma de alterar a lógica da escrita da história centrada nos homens: tornar a presença e a atuação das mulheres essenciais para a compreensão das sociedades é, também, compreender as sociedades através da óptica das mulheres.

Vinculamos a memória à construção das identidades das militantes do *Movimento de Mulheres da Primavera*. Como identidade de grupo, abordaremos as bandeiras de lutas, o contexto social e histórico de fundação e desenvolvimento do movimento. Como identidade social dos sujeitos, nos apoiaremos nas diferenças e na impossibilidade de definição do que é ser “mulher”, uma definição impossível, pois baseada na vivência e nas memórias de cada uma – como indivíduo e como grupo – e, portanto, fluída. Evidenciamos, a partir dos relatos e dos artigos jornalísticos, as práticas culturais, os questionamentos e as reconstruções sobre a memória coletiva das mulheres do *Movimento*

de Mulheres da Primavera: o processo de reconhecimento, formulação e emancipação de suas identidades sociais como mulheres em relação ao grupo.

A estrutura desse estudo está organizada em cinco capítulos, alguns dos quais recebem títulos que se referem, por analogia, ao processo de desenvolvimento das borboletas. Esta relação entre mulheres e borboletas é resultado de algumas discussões realizadas durante as reuniões do *Movimento de Mulheres da Primavera*, nas quais elas se comparam, muitas vezes, a borboletas que precisam se fortalecer em seu casulo antes de ganhar o mundo com suas fortes asas.

O capítulo posterior à introdução (capítulo 2) é teórico, no qual abordamos os Estudos Culturais como um campo teórico-metodológicos que percebe a cultura e a construção das identidades sociais a partir de processos sócio-históricos e de relações de poder. Trazemos conceitos como identidade, representação, memória e teorias de gênero e contextualizamos os movimentos de mulheres e movimentos feministas no âmbito da América Latina e do Brasil. Tratamos as memórias – individuais, coletivas e históricas – como uma prática de poder, que permite às mulheres perpetuar suas vivências através dos tempos.

No capítulo 3, intitulado “O gestar da borboleta”, apresentaremos o ambiente de concepção do Movimento – o contexto social e histórico de Guarapuava e sua relação com a religião -, assim como a estruturação, a evolução e o fortalecimento do movimento até a forma que possui nos dias atuais – sem, no entanto, nos alongarmos detalhadamente na abordagem cronológica e histórica do movimento. Neste capítulo são evidenciadas as bandeiras defendidas pelo *Movimento de Mulheres da Primavera* e a sua relação com os chamados “novos” movimentos sociais que se desenvolveram, principalmente, após os períodos ditatoriais na América Latina. Discutiremos as lutas travadas a partir de uma formação religiosa e a preocupação com o envolvimento das mulheres no âmbito político.

No quarto capítulo discutimos a violência de gênero, a participação das mulheres na esfera política e as políticas públicas de combate à violência, desenvolvidas, principalmente, por iniciativa das mulheres do movimento, que possibilitaram a ascendência de uma representante na esfera política partidária. Nesse âmbito, serão apresentadas as conquistas do movimento no âmbito social e sua visibilidade na cidade a partir das ações coletivas organizadas por elas desde 2012. A discussão sobre gênero é retomada na medida em que as mulheres mostram as concepções sobre sua própria identidade, reveladas durante as reuniões e entrevistas. Seguindo a analogia da borboleta,

este capítulo traz a quebra do casulo: a conquista de novos espaços (públicos e político partidários) e as principais dificuldades enfrentadas pelas borboletas nesse processo e, mesmo, após ele.

No capítulo cinco, tecemos algumas considerações a respeito dos resultados da pesquisa. A formação do *Movimento de Mulheres da Primavera* leva em conta características importantes para a compreensão das principais inquietações e dos assuntos que são, também por elas, silenciados. A emancipação econômica e a inserção de mulheres na política são bandeiras que se relacionam diretamente com a preocupação desse grupo em enfrentar e combater os altos índices de violência contra as mulheres e feminicídios⁴. No entanto, apesar do amplo avanço realizado pelo movimento, sua estreita relação com a religião mantém algumas discussões ainda submersas. Além da dificuldade de algumas mulheres em se auto intitulem feministas ou parte de um movimento feminista, alguns temas ainda são tabus para algumas delas, tais como o aborto e as relações homoafetivas.

Ao terminar essa trajetória, é possível compreender como ocorreu e qual é, até agora, o resultado da luta dessas mulheres organizadas em torno de questões de gênero na cidade de Guarapuava, suas conquistas, sua relação com a religião e com os problemas sociais e as identidades sociais – individuais e coletivas – que foram sendo modificadas e reconhecidas por esses sujeitos sociais.

Sendo assim, esta pesquisa pretende manter viva a memória de empoderamento e luta dessas mulheres que buscam combater toda a forma de discriminação e exploração. Apesar dos desafios com os quais ainda se deparam, mesmo dentro de seus próprios lares, seus relatos são fruto da resistência, dedicação e sacrifício pessoal e tornam-se armas de lutas para as futuras gerações.

⁴ Também chamado femicídio, (MENEGHEL et al., 2013). Considera-se feminicídio qualquer manifestação ou exercício de relações desiguais de poder entre homens e mulheres que culmine na morte de uma ou mais mulheres. Este tipo de homicídio possui, em sua maioria, uma direcionalidade única: a maior parte é cometida por homens contra mulheres e esses homens são conhecidos das mulheres. “O femicídio encontra-se no ponto mais extremo do *continuum* de violência misógina, podendo ocorrer junto a outras formas de violências extremas: tortura, prostituição forçada, estupros corretivos, espancamentos, mutilação e privação de liberdade para mulheres. (MENEGHEL et al, 2013, p. 524).

2 CULTURA EM (TRANS) FORMAÇÃO: MOVIMENTOS SOCIAIS, MEMÓRIA, REPRESENTAÇÕES E IDENTIDADES DE GÊNERO

“Que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância.” (Simone de Beauvoir)

“Ninguém nasce mulher, torna-se mulher.” (Simone de Beauvoir)

Nossa proposta de análise do *Movimento de Mulheres da Primavera* e do processo de empoderamento das mulheres militantes, por meio da relação entre cultura, memória, identidade e representação torna-se possível a partir do suporte teórico-metodológico dos Estudos Culturais. Tal campo de pesquisa, desenvolvido na Grã-Bretanha, principalmente a partir dos anos 1950⁵, tem como enfoque o estudo da construção social e histórica das culturas e das identidades e representações sobre grupos – de raça, gênero, geração, etnia etc. Trata-se de um viés metodológico interdisciplinar para estudos na área de cultura – no sentido amplo dado pela antropologia, mas restrito ao universo das sociedades industriais contemporâneas – e suas relações de poder. Sua agenda temática envolve questões amplas e diversas, como gênero e sexualidade, identidades nacionais, pós-colonialismo, etnia, cultura popular e seus públicos, práticas político-estéticas, discurso e textualidade, pós-modernidade, multiculturalismo e globalização, entre outros. Um traço importante de atuação dos Estudos Culturais é o compromisso de interagir diretamente com as práticas políticas, sociais e culturais, também objetos de sua abordagem.

As análises desenvolvidas nesse campo de pesquisa envolvem um leque de preocupações que abrangem relações entre cultura, história e sociedade e buscam compreender em que medida que, mesmo fixada na dimensão política, a cultura de um grupo e, inicialmente, das classes populares, funciona como contestação da ordem social ou, contrariamente, como modo de adesão às relações de poder.

A formação do *Centre for Contemporary Cultural Studies* na Universidade de Birmingham, em 1964, teve como proposta “[...] utilizar os métodos e os instrumentos da crítica textual e literária, deslocando sua aplicação das obras clássicas e legítimas para os

⁵ De acordo com Armand Mattelart & Eric Neveu (2004), com os estudos de Richard Hoggart, Raymond Williams e E. P. Thompson, na década de 1950, esse campo é efetivamente fundado. Para Ana Carolina Escosteguy (2001), embora haja algumas divergências, os trabalhos desenvolvidos por esses três pesquisadores da Escola de Birmingham são considerados os “fundadores” dessa área, devido leque comum de preocupações, que abrange a relação entre cultura, história e sociedade.

produtos da cultura de massa e para o universo das práticas culturais populares” (MATTELART & NEVEU, 2004, p. 56). A partir daí, amplia-se o estudo sobre os produtos culturais consumidos pelas classes operárias e estudos sobre a mídia. Os teóricos deste campo estão ligados por uma abordagem que afirma que por meio da análise da cultura de uma sociedade – as formas textuais e as práticas documentadas de uma cultura – “[...] é possível reconstruir o comportamento padronizado e as constelações de ideias compartilhadas pelos homens e mulheres que produzem e consomem os textos e as práticas sociais daquela sociedade” (ESCOSTEGUY, 2001, p. 25-26). Trata-se de uma perspectiva que enfatiza a produção ativa da cultura, ao invés do seu consumo passivo.

A percepção da cultura como produção ativa, a ser realizada pelos indivíduos e grupos, é também utilizada na análise dos produtos midiáticos. No modelo de “codificação/decodificação” de Stuart Hall (1973), o teórico propõe estudar as mensagens midiáticas como práticas culturais, ou seja, considerar a formatação do material discursivo (discurso, imagem, relato), em que pesam dados técnicos, pressão de produção e modelos cognitivos, ao invés de apenas perceber a mídia como um funcionamento limitado a uma transmissão mecânica (emissão e recepção) de conteúdos (o contexto de produção e o contexto social dos receptores interferem mutuamente no processo cognitivo).

O desenvolvimento dos Estudos Culturais culminou na ampliação dos temas de investigação para além das culturas populares e dos meios de comunicação – e das audiências, posteriormente. Temáticas relacionadas com as identidades, sejam de classe, gênero, étnicas/raciais ou geracionais, passaram a fazer parte das preocupações dessa área de estudos.

Questões como raça e etnia, o uso e a integração de novas tecnologias como o vídeo e a TV, assim como seus produtos na constituição de identidades de gênero, de classe, bem como as geracionais e culturais, as relações de poder nos contextos domésticos de recepção, continuam na agenda, principalmente, das análises de recepção. Destacam-se, como ênfases mais recentes neste tipo de estudo, os recortes étnicos e a incorporação de novas tecnologias. Em relação às estratégias metodológicas, estas continuam calcadas na etnografia e na observação participante, embora possam parecer mais diversificadas – (auto)biografias, depoimentos, histórias de vida. (MATTELART & NEVEU, 2004, p. 166-167).

A concepção de estilhaçamento e os processos de identificação pelos quais passam os sujeitos na modernidade são temáticas inseridas nos Estudos Culturais. A relação desses

processos com a memória e as representações sociais, e sua análise centrada em grupos organizados em movimentos sociais – desenvolvida principalmente no contexto latino-americano – é o que conduz o nosso olhar para as mulheres do *Movimento de Mulheres da Primavera* e as questões de gênero.

Stuart Hall (2009) assinala a identidade na contemporaneidade como diáspora, isto é, um deslocamento espacial, temporal e, ao mesmo tempo, a permanência de uma ligação com o passado – mesmo que este passado seja associado a uma imagem em ruínas. De acordo com o teórico cultural, a formação de novas identidades está ligada ao recontar o passado através da memória e da afirmação da diferença. Por ser uma busca permanente, que trava relações com o presente e com o passado, a identidade não é fixa: implica movimento e tem, evidentemente, história. A construção das identidades das mulheres do *Movimento de Mulheres da Primavera*, de Guarapuava/PR, por exemplo, leva em conta um momento de profundas mudanças na forma como elas se relacionam com seu presente e retomam seu passado.

O processo de identificação das mulheres do movimento perpassa pela memória, quando buscam diferenciar duas pessoas: seu “eu” do presente em contraposição com o seu “eu” do passado, anterior ao movimento de mulheres. A memória, no entanto, não é algo individual ou neutro, as lembranças ocorrem, segundo Maurice Halbwachs (2004), em relação ao grupo, e são reformuladas de acordo com a relação estabelecida entre o passado e o presente. Para melhor analisar as construções de memória, identidade e representação, precisamos compreender teoricamente cada conceito, a começar pela concepção de memória.

2. 1 Memória coletiva: um processo constituído a partir da interação social

Os processos constitutivos de identidades sociais e representações, ou seja, concepções que criamos e compartilhamos sobre grupos, imagens e, inclusive, sobre nós mesmos, estão sempre alterando o mundo em nossa volta. Esses processos levam em conta as memórias sobre o passado e o interesse dos grupos – sejam hegemônicos ou minoritários – em alterar ou manter os sentidos que são aceitos socialmente. Portanto, a relação que estabelecemos com a memória e com as “verdades” socialmente construídas está em constante mudança, sendo, a cada passo, problematizada.

A representação que temos sobre o mundo é o resultado da interação entre o eu (nosso corpo, sistema nervoso etc.) e o ambiente (a sociedade, nossa convivência em grupos). Visando inserir a problemática social à teoria da memória de Henry Bergson⁶, o sociólogo Maurice Halbwachs (2004)⁷ aprofundou a concepção de memória: ele a compreendia como “quadros sociais da memória”, ou seja, a memória individual situa-se na encruzilhada das malhas de relações múltiplas nas quais as pessoas estão engajadas, não existindo sem considerar sua relação com o social. Halbwachs (2004) não crê que na memória individual como um fenômeno da psique, que se constrói isoladamente. Ele demarca o social como base da memória e transpõe a ideia de uma suposta fixação da memória no passado, ao entender o movimento que nela se efetua, a partir dos significados que os sujeitos dão aos acontecimentos que os atravessam, em função da sua situação no momento presente. Assim, nossas concepções não estão fechadas sobre si mesmas, sendo arrastadas em múltiplas direções, como se a lembrança fosse um ponto de referência diante da variação dos quadros sociais e da experiência coletiva.

A análise de Halbwachs (2004) é importante, pois evidencia que as relações sociais não são limitadas ao mundo da pessoa, mas perseguem a realidade interpessoal das instituições sociais, nas quais a memória do indivíduo depende de suas relações com a família, classe social, escola, igreja, profissão, enfim, com os grupos de convívio e grupos de referência peculiares a ela ou a ele. O enfoque do sociólogo amplia a compreensão da memória enquanto construção do sujeito, apoiada nas referências fundadas nas interações sociais. São as referências que fincam os sujeitos aos diversos grupos de sua convivência social, remetendo-os a sensações de identificação e pertencimento. A memória, para Halbwachs (2004), é trabalho de construção e reconstrução permanente dos sujeitos; ele focaliza, a partir dessa perspectiva, a Memória Coletiva – que se distingue de Memória Histórica -, cuja narrativa dá conta dos eventos, dos acontecimentos, porém, na maior parte das vezes, com vazios que seriam preenchidos por aqueles que os realizam e com os significados que estes lhe atribuiriam.

A socióloga Elizabeth Jelin (2002) aproxima-se de Halbwachs (2004), ao compreender que a experiência humana incorpora vivências próprias, mas também de outros que lhe são transmitidas. A memória tem um papel altamente significativo como

⁶ Em 1896, o filósofo francês Henry Bergson publica “Matéria e Memória”, obra em que trabalha a questão da memória a partir do problema das relações entre corpo e espírito. Ver Bergson (2010).

⁷ Sociólogo francês da escola durkheimiana, Maurice Halbwachs publicou a obra “A memória coletiva” na década de 1940.

mecanismo para fortalecer o sentido de pertencimento a grupos e comunidades. “Muitas vezes, especialmente no caso de grupos oprimidos, silenciados e discriminados, a referência a um passado comum permite construir sentimentos de autoestima e maior confiança em si mesmo/a ou no grupo”. (JELIN, 2002, p. 10, tradução nossa)⁸.

Jelin (2002) aborda a memória como um processo ativo a ser realizado: a memória como trabalho. Essa perspectiva coloca a pessoa e a sociedade em lugar ativo e produtivo. Um é agente de transformação e, no processo, se transforma a si e ao mundo. “Trabalhar” a memória significa elaborar, incorporar memórias e lembranças em lugar de reviver e agir; implica poder esquecer e transformar os afetos e sentimentos. No plano coletivo, segundo Jelin (2002, p. 16), “[...] o desafio é superar as repetições, superar os esquecimentos e os abusos políticos, tomar distância e, ao mesmo tempo, promover o debate e a reflexão ativa sobre esse passado e seu sentido no presente/futuro” (tradução nossa)⁹.

O processo de recordar e esquecer, segundo Jelin (2002), considera não só a perspectiva cognitiva do sujeito – com sua relação com fatores emocionais e afetivos -, mas a sua relação com uma rede social: de grupos, instituições e culturas. A passagem do individual para o social e interativo se estabelece. Quem lembra ou esquece são indivíduos sempre localizados em contextos de grupos sociais específicos e é impossível recordar e recriar o passado sem apelar para estes contextos. A questão que se impõe é o peso relativo do contexto social e individual nos processos de memória. “As memórias individuais são sempre enquadradas socialmente. Estes quadros carregam a representação geral da sociedade, suas necessidades e valores. Incluem também a visão de mundo, animada por valores, de uma sociedade ou grupo” (JELIN, 2002, p. 20, tradução nossa)¹⁰.

Assim como os quadros, que são históricos e sofrem mudanças, toda memória é uma reconstrução, mais do que uma lembrança. Da mesma forma, há um plano em que a relação entre memória e identidade é quase banal, porém, importante como ponto de partida para pensar que o núcleo de qualquer identidade individual ou grupal está ligado a um sentido de permanência (de ser um mesmo) ao longo do tempo e do espaço. Poder

⁸ “A menudo, especialmente en el caso de grupos oprimidos, silenciados y discriminados, la referencia a un pasado común permite construir sentimientos de autovaloración y mayor confianza en uno/a mismo/a y en el grupo” (JELIN, 2002, p. 10).

⁹ “En el plano colectivo, entonces, el desafío es superar las repeticiones, superar los olvidos y los abusos políticos, tomar distancia y al mismo tiempo promover el debate y la reflexión activa sobre ese pasado y su sentido para el presente/futuro” (JELIN, 2002, p. 16).

¹⁰ “Las memorias individuales están siempre enmarcadas socialmente. Estos marcos son portadores de la representación general de la sociedad, de sus necesidades y valores. Incluyen también la visión del mundo, animada por valores, de una sociedad o grupo” (Jelin, p. 20).

recordar e rememorar algo do próprio passado é o que sustenta a identidade, segundo Jelin (2002). “A relação é de mútua constituição da subjetividade, uma vez que nem as memórias, nem a identidade são ‘coisas’ ou objetos materiais que se encontram ou se perdem” (JELIN, 2002, p. 24-25, tradução nossa)¹¹. As identidades e as memórias são coisas com as quais pensamos e, como tais, não têm existência fora de nossas relações sociais e nossa história.

A relação mútua de constituição de memórias e identidades sugere, segundo Jelin (2002), uma espécie de vai-e-vem: para fixar certos parâmetros de identidade (nacional, de gênero, política ou de outro tipo), o indivíduo seleciona certos quadros, certas memórias que o colocam em relação com os outros. Esses parâmetros implicam em, ao mesmo tempo, ressaltar traços de identificação grupal com alguns e diferenciar traços de outros, para definir os limites da identidade. Tais parâmetros e traços se convertem em quadros sociais para enquadrar as memórias. A memória é, portanto, elemento essencial do que se chama identidade, individual e coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje.

Pela definição de Stuart Hall (2006), é possível reconhecer uma estreita relação entre memória e identidade: a identidade é uma busca permanente, algo que está em constante construção: trava relações com o presente e com o passado e, por isso, não pode ser fixa, determinada num ponto para sempre. Ao relacionar-se com o presente e com o passado, a identidade é construída, portanto, em relação à memória (individual, coletiva e histórica) que envolve os indivíduos. A memória é, também, um processo de reconstrução, reflexão sobre o passado; não é algo pronto e determinado sobre o qual somente lembramos. As propostas de Halbwachs (2004) e de Jelin (2002) possibilitam que compreendamos a construção das representações e das identidades sociais relacionadas ao contexto social, à vivência dos indivíduos em relação aos grupos aos quais pertencem. Halbwachs (2004) propõe que nenhuma memória é essencialmente individual, mas está sempre ancorada a uma memória coletiva – de grupo -, seja quando vivenciamos algo na presença de outras pessoas, seja quando nossas experiências pessoais nos fazem lembrar outras pessoas com as quais convivemos. Segundo ele, as lembranças permanecem coletivas, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estejamos envolvidos. A sensação de pertencimento ao grupo é essencial, segundo Halbwachs (2004), para a

¹¹ La relación es de mutua constitución en la subjetividad, ya que ni las memorias ni la identidad son “cosas” u objetos materiales que se encuentran o pierden. (JELIN, 2002, p. 24-25).

construção da memória; é na relação com o grupo que formamos as lembranças de nossas experiências.

[...] É porque, em realidade, nunca estamos sós. [...] não posso dizer que estava só, que refletia sozinho, já que em pensamento eu me deslocava de um tal grupo para outro [...]. Outros homens tiveram essas lembranças em comum comigo. Muito mais, eles me ajudam a lembrá-las: para melhor me recordar, me volto para eles, adoto momentaneamente seu ponto de vista, entro em seu grupo, do qual continuo a fazer parte, pois sofro ainda seu impulso e encontro em mim muito das ideias e modos de pensar a que não teria chegado sozinho, e através dos quais permaneço em contato com eles. (HALBWACHS, 2004, p. 30-31).

Tendo em conta a memória como um processo coletivo e inacabado, um trajeto a ser percorrido e uma construção constante, é imperativo que se considere tanto a memória coletiva sobre um acontecimento, as identidades sociais hegemônicas, as representações, os padrões de comportamento de grupos em determinadas sociedades, sempre em relação com o contexto histórico, problematizando cada uma das “verdades” consolidadas. O historiador Jacques Le Goff (2013), ao argumentar sobre a evidente relação que há entre memória e história, sendo o tempo a matéria fundamental da história, evidencia que a oposição passado/presente é essencial na aquisição da consciência do tempo. Sendo assim, o exame da temporalidade reforça o fato de que a oposição presente/passado não é um dado natural, mas uma construção.

Sendo uma construção, Le Goff (2013) lembra que a memória coletiva – assim como a história – obedece a interesses, autoriza manipulações, conscientes ou inconscientes. Para o historiador, a construção da memória coletiva é entendida como uma prática ou exercício de poder, por isso,

[...] Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram ou dominam sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 2013, p. 390).

O silenciamento a respeito das mulheres na história é, portanto, uma evidência da manipulação e das estratégias de algumas sociedades para instituir o poder da atuação dos homens na transformação das sociedades. Para reverter essa lógica e passar a incorporar a atuação das mulheres na história das sociedades é que o estudo das memórias coletivas

torna-se necessário. De acordo com Le Goff (2013), a partir da segunda metade do século XX, se elucida a importância do papel que a memória coletiva desempenha:

[...] a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todas, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção. (LE GOFF, 2013, p. 435).

Assim, a construção da memória coletiva de grupos de minoria, tais como o *Movimento de Mulheres da Primavera*, torna-se ferramenta de luta por visibilidade e se constitui numa forma de analisar sua existência e atuação para compreender as transformações sociais. A memória coletiva é tanto instrumento como objeto de poder. Dar visibilidade a grupos silenciados é uma maneira de dar poder a esses grupos, que passam a influenciar e conquistar espaços para além de sua atuação local e restrita.

Pensar sobre as transformações sociais e grupos minoritários na sociedade contemporânea significa debruçar-se sobre as relações cotidianas, sobre as relações entre a memória coletiva e os conflitos que ocorrem para que essa memória se mantenha ou se modifique. A memória coletiva é, segundo Halbwachs (2004), a forma de lembrar e de pensar o mundo em relação ao grupo ao qual pertencemos, aos acontecimentos compartilhados e aos significados que, após construídos, se mantêm para que sejam lembrados e repassados. A força e a duração da memória coletiva têm por suporte um conjunto de indivíduos que lembram enquanto membros do grupo, mas as lembranças de cada um podem aparecer em diferentes intensidades, dependendo das experiências e do lugar que se ocupa no grupo (HALBWACHS, 2004).

Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. (HALBWACHS, 2004, p. 55).

As memórias individuais, portanto, estão em constante relação com a memória coletiva do grupo. Para Halbwachs (2004), enquanto indivíduos de determinado grupo compartilham as lembranças individuais com os demais membros do grupo, tais

lembranças também formam a memória coletiva do grupo. O processo inverso também ocorre: na medida em que a memória coletiva do grupo está sendo construída, ela influencia e atua diretamente na forma como as lembranças individuais são (re)construídas. Assim, o pertencimento e a construção de identidades de indivíduos dos grupos têm uma relação intrínseca com a memória coletiva; e o processo de construção e atualização das memórias coletivas depende, em grande medida, do esforço constante dos grupos em, constantemente, rememorar-la.

2.2 Identidade social: identificação e pertencimento

De acordo com a percepção dos Estudos Culturais, a ideia de identidade cultural deve servir para discutir a progressiva transformação dos valores sociais e para explorar os diversos tecidos culturais que a compõem. Desta reflexão desprende-se uma proposta que destaca a natureza negociadora da formação histórica da identidade cultural. (ESCOSTEGUY, 2001).

Stuart Hall, em seu livro *A identidade cultural na pós-modernidade* (2006), apresenta as rupturas que ocorreram, em diferentes momentos históricos, na concepção de sujeito. Do sujeito do iluminismo (centrado, unificado, sujeito masculino, “cartesiano”, individual, localizado no centro do conhecimento) ao sujeito moderno (sociológico), em que passa a considerar a formação do sujeito na interação entre o eu e a sociedade (uma formação subjetiva através da participação do sujeito em relações sociais e do modo como processos e estruturas são sustentados pelos papéis que os indivíduos desempenham), a definição das identidades torna-se menos rígida, baseada nos papéis e na interação entre indivíduo e sociedade.

Segundo Hall (2006), a partir do surgimento do “sujeito pós-moderno” se estabelece a fluidez das identidades culturais: o sujeito previamente vivido como tendo uma identidade única e estável, torna-se fragmentado, composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático (HALL, 2006).

À medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante

e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2006, p. 13).

Hall (2006) constata, portanto, que a identidade não é algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Ela permanece sempre incompleta, está sempre em processo, sempre sendo formada. Por isso, ao invés de falar em identidade, ele sugere que seja dito “identificação”, vendo-a como um processo em andamento, a falta de inteireza que é preenchida a partir do nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros. Para Hall (2006), a identidade deveria ser considerada um processo contínuo de redefinir-se e de inventar e reinventar a sua própria história.

Outra perspectiva sobre a identidade é proposta pelo sociólogo Zygmunt Bauman (2005), que se debruça sobre a questão da identidade na sociedade “líquido-moderna”. Para ele, a questão da identidade precisa envolver-se com o que realmente é: uma convenção socialmente necessária. Reconstruir a passagem da dimensão individual, que a identidade sempre tem, para sua codificação como convenção social. Segundo Bauman (2005), a questão da identidade só surge com a exposição do indivíduo a “comunidades” de segunda categoria (que ele classifica como aquelas fundidas por ideias ou por uma variedade de princípios, como movimentos sociais, partidos políticos etc.), e apenas porque existe mais de uma ideia para evocar e manter a unidade desta comunidade, já que os indivíduos a ela pertencentes ficam expostos à diversidade e ao policulturalismo do nosso mundo. A questão da identidade, portanto, só começa a existir na diferença, por haver o não pertencimento, o não ser algo: existe na oposição daquilo que se é e do que (tudo aquilo) que não se é.

No entanto, a ideia de “ter uma identidade” oculta o fato de tratar-se, sempre, de processo de pertencimento ou de identificação, isto é, uma tarefa a ser realizada, vezes e vezes sem conta, e não um destino.

Tornamo-nos conscientes de que o ‘pertencimento’ e a ‘identidade’ não têm a mesma solidez de uma rocha, não são garantidos por toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso - são fatores cruciais tanto para o ‘pertencimento’ quanto para a ‘identidade’. (BAUMAN, 2005, p. 17).

Assim, tanto a identificação quanto a sensação de pertencimento são construções de dimensão coletiva, ancoradas ao espaço-tempo e aos significados produzidos nesse contexto. Portanto, os processos de identificação não ocorrem separados ou independentemente dos significados que damos ao mundo. A localização no tempo e no espaço é a coordenada básica de todos os sistemas de representação: todo meio de representação deve traduzir seu objeto em dimensões espaciais e temporais. “Diferentes épocas culturais têm diferentes formas de combinar essas coordenadas espaço-tempo”. (HALL, 2006, p. 70).

Portanto, ao identificarem-se como mulheres, as militantes do *Movimento de Mulheres da Primavera* compreendem que há uma representação sobre as mulheres no tempo e no espaço em que estão inseridas. Baseia-se numa espécie de “contrato” sobre o que é “ser mulher” no contexto contemporâneo de Guarapuava/PR. No entanto, não existe essencialmente o ser “mulher” e, na medida em que se problematiza a naturalização do gênero pela configuração biológica do sujeito, essa concepção é quebrada, abrindo a possibilidade para o surgimento de diferentes representações e novas formas de identificação. Consequentemente, o sujeito descentrado, híbrido e fragmentado é capaz de identificar-se com diversos grupos (de classe, gênero, religião, etnia/raça etc.), sentindo-se pertencente a todos eles, concomitantemente.

A discussão sobre o que é “mulher” é ainda muito pertinente nos estudos feministas¹². De acordo com Cláudia de Lima Costa (2002), as abordagens teóricas sobre os sujeitos do feminismo, que incluem utilizar categorias como “mulher” ou “feminino”, são necessárias para questionar o caráter essencialista que se pode atribuir às categorias, demonstrando rigidez nas identidades. Há, de acordo com ela, um paradoxo da categoria “mulher”: por um lado, muito utilizada na luta política contra a opressão (“essencialismo estratégico”) e, por outro, muito questionada dentro do rigor acadêmico.

Considerando a construção teórica e filosófica a respeito da “mulher”, posicionar-se como tal de maneira positiva - e não como oposição à concepção de “homem”, como negação (“não homem”) ou como o “outro” – já se constitui numa forma de transgressão,

¹² A filósofa existencialista Simone de Beauvoir, nos anos 1940, deu importantes contribuições para a discussão sobre a condição de “mulher”: no que consiste “ser mulher” pelos olhares da biologia, psicanálise, materialismo histórico etc. Os dois volumes de seu livro “O Segundo Sexo” são considerados um marco por denunciar as raízes culturais da desigualdade entre homens e mulheres e por estudar a fundo o desenvolvimento psicológico das mulheres e os condicionamentos que elas sofreram e sofrem durante sua socialização em diferentes espaços/tempos. Ver Beauvoir (1970).

já que, segundo Costa (2002), no patriarcado¹³, nunca foi permitido à “mulher” a condição de sujeito. No entanto, é evidente o constante deslizar entre “mulher” como signo e mulheres como sujeitos de “relações reais”. “Aqui reside a dupla visão do feminismo: seu sujeito, longe de ser apenas uma metáfora ou uma questão de pura diferença, existe dentro e fora da ideologia de gênero” (COSTA, 2002, p. 66, grifo da autora).

Uma solução que se esboça no uso político e acadêmico de “mulher” para definir os sujeitos feministas poderia ser conceber essa categoria como uma identidade, uma posição de sujeito, que se delinea em determinado espaço/tempo e que, ao criar vínculos – sempre provisórios – com outros sujeitos (baseados nas semelhanças), possibilitam a constituição de sujeitos coletivos, tais como: “classe trabalhadora”, “negros”, “mulheres”, entre outros. Tal identificação que ocorre entre sujeitos enquanto coletivos deve, portanto, permanecer fixa ao menos enquanto prática política, no sentido de que se assumir como “mulher” é assumir esta posição politicamente, como identidade, que considera a localização do sujeito – geográfica, social, sexual, econômica etc. – a partir da qual interpretamos o mundo e na qual nos fundamentamos. O gênero, nesse sentido, não é a-histórico, universal, totalizante, mas é relevante, na medida em o assumimos como uma posição a partir da qual podemos agir politicamente.

Ao reconhecer a posição da “mulher” como identidade, como um lugar de posições múltiplas e variáveis dentro do campo social e compreender a experiência como “[...] o resultado de um conjunto complexo de determinações e lutas, um processo de renegociações contínuas das pressões externas e resistências internas” (COSTA, 2002, p. 67), a ideologia feminista foi capaz de recorrer à categoria “mulher” sem retornar a uma posição nominalista, sendo ainda crucial, apesar das contestações, a criação de uma identidade de gênero fixa.

A concepção de “mulher” como posicionalidade é relacional e sua importância, segundo Costa (2002), está em possibilitar que diferentes posições, intersectadas por outras categorias sociais e ocupadas pelas mulheres, possam “[...] ser usadas como um lugar a

¹³ “Patriarcado” é compreendido aqui no sentido weberiano, como um sistema, uma sociedade anterior ao capitalismo, em que o senhor era a lei, cujo domínio estava referido ao espaço das comunidades domésticas agrárias ou formas sociais mais simples, e tinha sua legitimidade garantida pela tradição. Nos estudos feministas atuais, há teóricas que utilizam o termo como adjetivo da sociedade moderna - “família patriarcal”, “ideologia patriarcal” –, denunciando o que chamam de “dominação patriarcal”, ou seja, a dominação dos homens sobre as mulheres. O uso do termo não é unanimidade, há muitas teóricas feministas que rejeitam o seu emprego para se referir à sociedade contemporânea capitalista; outras dão sentidos diferentes para o mesmo termo. Uma retomada teórica interessante sobre os conceitos de sociedade patriarcal e estado patrimonialista, desenvolvido pelo pensamento social brasileiro, é realizada por AGUIAR (2000).

partir do qual essas mulheres se engajam com a construção, e não com a simples descoberta de significados” (COSTA, 2002, p. 77). Além de evitar a traiçoeira rede do essencialismo, esse conceito permite que outras identidades sociais e relações além do gênero possam assumir prioridade na formação da consciência multivocal das mulheres. É importante pensar sobre o lugar no sujeito na teoria, segundo Costa (2002), pois isso pode ajudar a revelar os modos pelos quais esse sujeito (do feminismo) constrói novos locais de enunciação, proporcionando-lhe outras formas de ver e saber e, o que é mais importante, de aprender a partir da experiência daquelas que vivem em outros lugares.

Nesse sentido, além de “mulheres”, as militantes do *Movimento de Mulheres da Primavera* se identificam entre si pela diferença que estabelecem com outros sujeitos da sociedade, com relação à classe, raça/etnia, religião, orientação sexual e outros eixos de interseccionalidade. É importante demarcar que suas lutas se inserem em uma cidade de interior, localizada no sul do Brasil, em um bairro geograficamente periférico. São mulheres, em sua maioria, das classes populares, inseridas num contexto religioso. Esse conjunto de semelhanças que se estabelece entre elas possibilita a construção de uma identidade coletiva das “mulheres da primavera”, uma posição de sujeito político que elas incorporam na sua vivência cotidiana.

Segundo Bauman (2005), o processo de identificação ocorre a partir do momento em que se questiona sua identidade atual em oposição a outras identidades, quando ocorre um “despertar” de sua condição ao relacionar-se com outras possibilidades. “[...] Você só tende a perceber as coisas e colocá-las no foco do seu olhar perscrutador e de sua contemplação quando elas se desvanecem, fracassam, começam a se comportar estranhamente ou o decepcionam de alguma forma”. (BAUMAN, 2005, p. 23).

A partir da percepção de Hall (2006), em que pesa o processo de identificação como algo que ocorre com relação ao exterior, relação entre indivíduo e o mundo e, portanto, histórico, sociológico e cultural (variável e fluído), as identidades sociais das mulheres do *Movimento de Mulheres da Primavera*, os processos de identificação, sofreram mudanças ao longo do desenvolvimento do movimento. Por meio das entrevistas coletadas, é perceptível a ocorrência de uma “tomada de consciência” de si, que nasce na relação que cada uma estabelece com o coletivo, com as demais mulheres reunidas em torno do movimento. Assim como os processos de identificação alteram a forma como cada indivíduo vê a si mesmo/a, as representações sobre as mulheres também sofrem rupturas.

2.3 Representações: os significados compartilhados sobre as mulheres na sociedade

A cultura é vista por Stuart Hall (1997) como o conjunto de valores ou significados partilhados, isto é, um conjunto de práticas estruturado pela produção e intercâmbio de significados. Nessa concepção, Hall (1997) identifica a linguagem como processo de significação, ou seja, os significados só podem ser partilhados pelo acesso comum à linguagem, que funciona como sistema de representação.

Segundo o teórico cultural, a linguagem é central para os processos pelos quais os grupos produzem significados: é por meio do uso que fazemos das coisas, o que dizemos, pensamos e sentimos – como representamos – que damos significado. No entanto, não há uma maneira única de apropriar-se da linguagem, os significados culturais não são permanentes, não são dados: são construções histórico-sociais e possuem efeitos reais, regulam práticas sociais. O compartilhamento de significados – ideias, conceitos e sentimentos - entre grupos e seu intercâmbio possibilitam que diferentes grupos interpretem o mundo mais ou menos de forma semelhante. A representação liga o significado e a linguagem à cultura; é parte essencial do processo pelo qual o significado é produzido e intercambiado entre os membros de uma cultura; trata-se de um mapa conceitual partilhado, resultado de uma construção social e, portanto, uma prática, um trabalho de representação.

Para Hall (1997), muito além de existirem em si mesmos, objetos, pessoas e eventos adquirem significado mediante uma representação mental que lhes atribui um determinado sentido sociocultural. O teórico prioriza a abordagem discursiva devido à sua preocupação com os efeitos e consequências da representação – como o conhecimento produzido pelos discursos incide sobre as condutas, a formação ou a construção de identidades incide sobre a interpretação em determinadas épocas históricas. O autor ressalta que a análise das representações deve ser feita relacionando-as com as formas materiais – símbolos, figuras, imagens, narrativas, palavras e sons – onde circula o significado simbólico, levando-se em conta que representações se tratam de significados estabelecidos por dada sociedade e que, no processo de sua assimilação, podem vir a parecer naturais ou inevitáveis.

A naturalização de significados denota o triunfo da representação em determinada cultura. Isto é, no caso das representações construídas sobre os sujeitos estudados em nossa pesquisa – as mulheres – a naturalização do instinto materno, por exemplo, tido como

inerente à mulher, é resultado de construções sócio-históricas que, até hoje, interferem nas condutas e papéis que se espera que as mulheres desempenhem.

O estudo dos processos de construção dos sentidos sobre o mundo, desenvolvido pelos Estudos Culturais, também é uma preocupação da história cultural. Em seu texto *O mundo como representação*, Roger Chartier (1991) argumenta que a forma de leitura e compreensão de um texto – conteúdo - é diferente dependendo do grupo, do contexto e do suporte em que é veiculado. Diferentes grupos interpretam de maneiras diferentes o mesmo texto, pois “[...] as significações múltiplas e móveis de um texto dependem das formas por meio das quais é recebido por seus leitores (ou ouvintes)” (CHARTIER, 1991, p. 178). Isso significa entender “[...] a operação de construção de sentido efetuada na leitura (ou na escuta) como um processo historicamente determinado cujos modos e modelos variam de acordo com os tempos, os lugares, as comunidades” (CHARTIER, 1991, p. 178). Para o historiador, as representações são esquemas intelectuais, construções e interpretações, forjadas por grupos e tais representações não são discursos neutros, elas produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência e mesmo legitimar escolhas.

Retornando à noção de representações como instituições sociais, Chartier (2002) propõe refletir três modalidades da relação com o mundo social:

[...] primeiro, o trabalho de classificação e de recorte que produz as configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais “representantes” (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpetuado a existência do grupo, da comunidade ou da classe. (CHARTIER, 2002, p. 73)

O trabalho de classificação e recorte é parte do processo de constituição das representações realizado pelos grupos e, conseqüentemente, da construção de suas identidades sociais. Chartier (2002) demonstra a relação entre representações e identidades como uma prática realizada pelos grupos para reconhecerem-se e demonstrarem sua maneira própria de estar no mundo (sua posição), além de usarem formas

institucionalizadas e objetivadas para perpetuarem sua existência, mesmo quando esse uso é com objetivo de questionamento ou tentativa de ruptura.

A relação dos grupos com as representações sociais, assim como a interiorização dos sentidos produzidos socialmente e a influência desses sentidos na construção das identidades, também são preocupações da abordagem de Chartier (2002):

A articulação entre as propriedades sociais objetivas e sua interiorização nos indivíduos, sob forma de *habitus* social que comanda pensamentos e ações, leva a considerar os conflitos ou as negociações, cujo desafio continua sendo sua capacidade para fazer com que se reconheça sua identidade. É o crédito concedido (ou recusado) à imagem que uma comunidade produz de si mesma, portanto de seu 'ser percebido', que depende a afirmação ou a negação de seu ser social. (CHARTIER, 2002, p. 10-11)

O historiador segue defendendo a importância da noção de representação que permite articular três registros de realidade: 1) as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam, julgam e agem; 2) as formas de exibição e de estilização da identidade que pretendem ver reconhecida; 3) a delegação a representantes (indivíduos particulares, instituições, instâncias abstratas) da coerência e da estabilidade da identidade assim afirmada.

A articulação dos grupos com as representações sociais, apresentada por Chartier (2002), encontra respaldo na ação coletiva do *Movimento de Mulheres da Primavera*. Em primeiro lugar, trata-se de reconhecer que, ao invés da incorporação das representações coletivas, o movimento busca a desconstrução de algumas representações sobre as mulheres na sociedade guarapuavana, por meio do estudo sobre identidades de gênero. Tal embate é travado como forma de organizar suas percepções sobre as quais são feitos os julgamentos e as ações. O segundo ponto, a forma de exibição e estilização da identidade ocorre a partir da desconstrução e da (re) construção de novas representações com as quais as mulheres identificam-se. Em última instância, o movimento e as mulheres tornam-se representantes dentro da sociedade – identificadas nas Romarias, pela comunidade da Paróquia, do bairro e, até mesmo da região – da coerência e da estabilidade alcançada pelas identidades formadas dentro do movimento: a conquista da individualidade e o fortalecimento das mulheres como marcas visíveis dessas identidades.

Chartier (2002) pontua que a história da construção das identidades é formada por uma história das relações simbólicas de força (representações), que define a construção do mundo social como o êxito (ou o fracasso) do trabalho que os grupos executam sobre si mesmos – e sobre os outros – para transformar as propriedades objetivas que são comuns a seus membros em uma pertença concebida, mostrada, reconhecida (ou negada).

A perspectiva da construção das identidades sociais como resultado de uma relação de força “[...] entre as representações impostas por aqueles que têm o poder de classificar e de nomear a definição, submetida ou resistente, que cada comunidade produz de si mesma” (CHARTIER, 2002, p. 73) compreende a dominação simbólica como o processo pelo qual os dominados aceitam ou rejeitam as identidades impostas que visam a assegurar e perpetuar seu assujeitamento. Outra perspectiva reconhecida por Chartier (1991) considera o recorte social objetivado como a tradução do crédito concedido à representação que cada grupo faz de si mesmo, portanto, à sua capacidade de fazer com que se reconheça sua existência a partir de uma demonstração de unidade. O poder de forjar e de dominar as representações sobre o mundo depende do crédito concedido a determinados grupos. Portanto, dado o crédito a algum grupo e às suas representações, estas passam a legitimar as práticas e escolhas de uma sociedade e dos demais grupos que dela fazem parte.

O reconhecimento conquistado pelo *Movimento de Mulheres da Primavera* ocorreu após muitos embates políticos, inclusive, dentro do próprio grupo. O processo de desconstrução de representações e papéis ditos como “femininos” na sociedade guarapuavana e no contexto de participação das mulheres na Paróquia Nossa Senhora de Fátima, foi longo e lento. Ocorreu por meio de muito diálogo e formação. A formação interna do movimento (palestras, cursos e diálogo com especialistas de várias profissões) possibilitou que algumas temáticas fossem melhor assimiladas pelas mulheres que estavam, em grande parte, enquadradas em espaços privados, desempenhando os mesmos papéis que suas avós e mães, sem estímulo para problematizarem a realidade de submissão que muitas viviam. A formação e o diálogo instigaram a reflexão sobre a realidade individual de cada uma das mulheres do movimento e, ancorado às práticas políticas do grupo, como a *Romaria da Mulher* e as demais ações, o *Movimento de Mulheres da Primavera* começou a conquistar espaços e estimular a problematização de algumas representações – ao mesmo tempo em que provocava a construção de novas imagens sobre as mulheres na sociedade.

O conceito de representação como construção social, significados compartilhados por meio da linguagem e conceitos consensuais sobre ideias ou objetos do mundo, ajudam-nos a compreender que nossas concepções sobre o mundo nada mais são que representações. Assim, ao relacionar o signo “mulher”, com seu significante (forma) e seu significado (conteúdo) – formas linguísticas que sustentam a representação – evidenciamos a construção da representação por meio de uma relação binária de gênero (masculino/feminino) que é, também, ligada aos papéis sociais.

O significado de cada elemento social é construído ao longo do tempo pelas sociedades: um objeto nem sempre teve o mesmo significado que tem agora, nem possui o mesmo significado em diferentes sociedades. A representação implica uma produção de sentido, o que veio a ser definido como uma “prática significante”. Não é, simplesmente, reproduzir significados já existentes. No entanto, é importante considerar o embate que se trava entre representações dominantes (hegemônicas) e os sentidos produzidos por grupos de minoria, mais difíceis de serem compartilhados. Os meios de comunicação, por exemplo, constituem-se como espaços onde se fazem circular representações – majoritariamente hegemônicas –, ou seja, são agentes significantes e podem ser utilizados como ferramenta para reproduzir ou reconstruir significados (agenciamento), dependendo dos interesses envolvidos.

Os significados são, então, uma produção social; resultam de uma prática social. Considerando o pressuposto que o sentido é produzido e não dado, diferentes significados podem ser creditados para os mesmos eventos. Diante disso, Hall (1982) problematiza a questão de como o discurso dominante se garante ele próprio como a versão diante dos outros sentidos alternativos ou competitivos. Problematiza, também, como as instituições que são responsáveis pela explicação desses eventos – nas sociedades modernas, os media, por excelência – têm sucesso na manutenção dos sentidos preferenciais (ou dominantes) dentro do sistema de comunicação. (ESCOSTEGUY, 2001, p. 63)

A percepção de Hall (1997) de que a representação é um trabalho, uma prática e que os mesmos eventos podem provocar diferentes sentidos e, portanto, instituir diferentes representações, fica evidente na formação do *Movimento de Mulheres da Primavera* e nas ações públicas que as mulheres do movimento realizam. Se as instituições – Igreja, família, Estado, meios de comunicação etc. – são, até hoje, responsáveis pela reprodução e naturalização de determinadas representações sobre as mulheres, o movimento atua na

problematização dessas representações, buscando maneiras de questionar os papéis e os locais onde as mulheres desta sociedade costumam estar enquadradas e lutando pela construção de novas representações sobre as mulheres.

O surgimento de um campo de estudo que se debruça, principalmente, sobre as questões de identidades, representações, papéis e espaços tidos como “masculinos” ou “femininos” - baseados na definição biológica do sexo - e sobre a divisão binária de gênero, compreendida como a construção social em torno dos significados do que é ser homem e/ou mulher, ajuda-nos a compreender de que maneira as representações sobre as mulheres funcionam como uma prática de opressão perante os homens, uma relação de poder que é naturalizada em diferentes sociedades.

As questões de gênero são preocupações de teorias que buscam desconstruir as concepções naturalizadas sobre homens/mulheres, masculino/feminino. Da mesma forma, problematizam a sociedade binária e heteronormativa, ampliando as discussões para além da definição de sexo biológico, incluindo a orientação sexual, as identidades de gênero e outras interseccionalidades, como a raça/etnia, classe, nacionalidade, religião, entre outras.

2.4 Espaços, papéis e relações de poder binárias e hierárquicas de gênero

As relações sociais, as representações, as identidades de nação ou indivíduo, as concepções históricas e simbólicas aceitas socialmente são permeadas por um campo de forças que deve ser considerado e recuperado. Toda e qualquer verdade consolidada é resultado de uma luta de poder entre forças antagônicas que não devem ser esquecidas no processo de constituição de uma cultura hegemônica que dita regras sociais.

Portanto, é essencial voltarmos-nos para os processos de construção cultural e identitários se quisermos compreender como esta sociedade constituída por grupos tão heterogêneos é organizada de forma a acatar e perseguir um padrão de identidade e de cultura (o padrão hegemônico), enquanto coíbe ou minimiza práticas culturais que se diferenciam. A organização da cultura e a reprodução de determinadas representações sociais são importantes para a manutenção do *status quo*. Já as práticas culturais e as identidades que não se enquadram em um padrão hegemônico são consideradas culturas e identidades “de minoria” no sentido de representatividade social, isto é, quando uma maioria numerosa é silenciada por práticas e discursos de uma minoria – em número – que

detém, historicamente, o poder de mando e de construção de práticas aceitas culturalmente, mesmo em locais marcados pelo multiculturalismo, como é o caso do Brasil.

Assim como sugere Hall (2006), as mulheres tiveram, em várias sociedades e durante séculos, modelos de identidade com os quais podiam se identificar. Algumas estruturas e tradições as colocaram numa relação de submissão perante os homens, centradas em papéis e espaços demarcados e obrigatórios: mãe, esposa, responsável por gerenciar e cuidar do espaço privado.

Michelle Perrot (2008), em seu livro *Minha história das Mulheres*, demonstra que estes indivíduos foram, durante muito tempo, silenciados pelos processos e escritos da historiografia. Ao analisar as mulheres na França, no século XIX, ela argumenta que, por não participarem muito do espaço público, único local que merecia interesse e relato, as mulheres não apareciam nos registros, não eram consideradas fontes e, muito menos, pareciam desempenhar algum papel de destaque nos processos de mudança social. “[...] Elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila. Sua aparição em grupo causa medo.” (PERROT, 2008, p. 17). O silêncio das fontes, segundo Perrot (2008), é um dos motivos das mulheres terem poucos registros na história.

As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas. São elas mesmas que destroem, apagam esses vestígios porque os julgam sem interesse. Afinal, elas são apenas mulheres, cuja vida não conta muito. Existe até um pudor feminino que se estende à memória. Uma desvalorização das mulheres por si mesmas. Um silêncio consubstancial à noção de honra. (PERROT, 2008, p. 17)

O apagamento das mulheres da história representa o silenciamento a respeito da importância do trabalho das mulheres na construção das sociedades. Desde seu trabalho na agricultura, na pecuária, no auxílio da cura de doenças por meio do conhecimento das ervas, as parteiras, as “médicas populares”, que cuidavam dos doentes, de aldeia em aldeia, até os questionamentos e as lutas por elas travadas, visando a conquista de direitos foram durante séculos – e, ainda hoje – apagados por algumas sociedades. As “bruxas” caçadas pelos tribunais da Inquisição da Igreja Católica, na Idade Média, são exemplos, mas hoje, ainda, há tantas outras “bruxas” sendo silenciadas nas relações sexistas da sociedade

contemporânea. A violência física, moral, psicológica pela qual passam inúmeras mulheres é resultado de estruturas sociais que compartilham valores e mantêm relações de poder que são desiguais e injustas para a população de mulheres: sociedades que se construíram baseadas no poder masculino e que mantêm, ainda, a posição de poder por parte do homem.

A relação de poder que se estabeleceu entre homens e mulheres em algumas sociedades e a construção subjetiva dos sujeitos que fazem parte delas, assim como de que forma cada sujeito participa e opera seu poder em determinadas sociedades, é o objeto de estudo das teorias de gênero.

De acordo com a historiadora estadunidense Joan Scott (1995), o uso da palavra “gênero” como uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos, passou a ser feito pelas feministas, principalmente, a partir da década de 1980. A preocupação com tal problemática queria enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo e objetivava descobrir o leque de papéis e de simbolismos sexuais nas diferentes sociedades e períodos, buscando encontrar seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem ou para muda-la. As questões que se colocam são: como o gênero funciona nas relações sociais humanas? Como o gênero dá sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico? Para Scott (1995), o fato de gênero incluir as mulheres, mas sem nomeá-las, pode constituir uma ameaça menor à estrutura hierárquica de poder, porém, também é uma busca por legitimidade para os estudos feministas.

Enquanto o termo ‘história das mulheres’ proclama sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o termo ‘gênero’ inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece, assim, não constituir uma forte ameaça. Esse uso do termo ‘gênero’ constitui um dos aspectos daquilo que se poderia chamar de busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas, nos anos 80. (SCOTT, 1995, p. 75)

Para a historiadora, o termo gênero é utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro, e busca reverter e deslocar a relação binária e hierárquica que existe entre homens e mulheres; também é usado para designar relações sociais entre os sexos, uma forma de indicar as construções culturais, a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se

referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres. “[...] Gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1995, p. 75). Para Scott (1995), gênero é: a) um elemento de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; b) uma forma primária de dar significado às relações de poder (um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado).

Estabelecidos como um conjunto objetivo de referências, os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica e toda a vida social. Na medida em que referências estabelecem distribuições de poder, [...], o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do próprio poder. (SCOTT, 1995, p. 88)

Scott (1995) considera três elementos ou planos de análise de gênero: 1) como categoria fundamental por meio da qual se atribui sentido a tudo (cor de menina, cor de menino); 2) uma maneira de organizar as relações sociais (roupas, profissões, banheiros); e 3) é uma estrutura de identidade pessoal (meninos, homens, meninas, mulheres). A identidade de gênero, portanto, constitui-se desses aspectos. No entanto, é com objetivo de desconstruir a relação naturalizada entre sexo biológico (feminino/masculino) e identidade de gênero (também binária) que os estudos de gênero se desenvolvem.

Nos estudos de gênero, assim como nos movimentos de mulheres e movimentos feministas, outra desconstrução que precisa ser feita é na cartografia que tem sido constante na história das mulheres no interior da sociedade burguesa ocidental: a definição de esferas separadas para as atividades de homens e de mulheres. De acordo com Joana Maria Pedro (2000), nessa definição, a esfera privada tem sido pensada como o lugar das mulheres, mais especialmente a esfera íntima familiar, enquanto a esfera pública é desenhada como lugar dos homens, incluindo o setor público. “[...] a domesticidade, atribuída às mulheres encerradas na esfera privada, vinha acompanhada de virtudes como piedade, pureza e submissão. Assim, além de um lugar definido para as mulheres, atribuíam-se a elas virtudes emanadas deste espaço” (PEDRO, 2000, p. 34).

Para Perrot (2008), a diferenciação entre os papéis e os lugares ocupados por mulheres e homens nas mais diferentes sociedades foi – e muitas vezes ainda é – uma imposição em diversos contextos sociais, desde tempos remotos. Esta delimitação de papéis e espaços “de homens” e “de mulheres” é resultado de uma relação de poder. Se considerarmos os períodos na história em que a mulher era vista como a grande matriarca,

responsável não só pela geração da vida, mas por gerenciar a casa e os empregados, devemos considerar que esse espaço (privado) de domínio da mulher está em oposição ao espaço público, de domínio do homem. Se à mulher cabia cuidar da casa e dos filhos, ao homem cabia o sustento da casa. Tal delimitação esconde a relação de poder que se estabelece. A desigualdade não está no fato de as mulheres desempenharem os trabalhos no âmbito privado, mas na forma como esta tarefa é vista socialmente: não como trabalho, mas como dever não remunerado, vinculado à obrigação das mulheres de realizá-lo, considerado hierarquicamente inferior às tarefas desempenhadas no âmbito público etc. O preconceito e, até mesmo, a violência contra as mulheres, são práticas sociais aceitas em muitas sociedades justamente devido a essa imposição social de papéis desempenhados por homens e mulheres e do espaço por cada um deles ocupado. É a partir dessa diferenciação entre público e privado, relacionada ao gênero, que muitas limitações foram impostas às mulheres e que, ainda hoje, configuram-se em bandeiras de luta nos movimentos, organizações, campanhas e ONGs ligadas às mulheres.

Outra forma de diferenciação é percebida na relação que homens e mulheres têm com sua sexualidade – estritamente ligada às relações sociais e à separação entre os espaços ocupados por homens e mulheres. Às mulheres, em várias culturas, tanto ocidentais quanto orientais, é ensinado desde criança que sua obrigação social – e sexual – é para com o casamento; que as relações sexuais são para a procriação e que o prazer sexual está ligado ao pecado. Essa percepção, que orientou durante séculos as relações em muitas sociedades, tem, muitas vezes, influência religiosa. Nas sociedades pós-industriais ocidentais, por exemplo, por muito tempo as esposas tiveram que agir e ser tratadas como o símbolo da castidade da família, desempenhando o papel de mãe e de reprodutora e não podendo ser tocadas nem para a satisfação do desejo sexual do marido, muito menos para a própria satisfação sexual. É daí, portanto, a dificuldade de muitas mulheres de conhecerem seu próprio corpo e de buscarem seu próprio prazer. Segundo aponta Terezinha Saldanha (2013), nessas sociedades, as prostitutas tiveram um papel importante para a manutenção do casamento sob o véu da castidade das esposas.

A forma como homens e mulheres foram sendo configurados em algumas sociedades explicita a relação de poder existente na relação de gênero, na qual a mulher é o “segundo sexo”, conforme conceituou Simone de Beauvoir (1967; 1970): submetida ao poder do pai, depois do marido, silenciada diante das discordâncias e das violências

sofridas, responsável por suportar, muitas vezes à custa da própria vida, os problemas conjugais.

Assim como essas imposições conseguiram sujeitar muitas mulheres, sempre houve aquelas que não “obedeceram” a “norma”. Desde as que possuíam a sabedoria da cura: as “bruxas”, queimadas em praça pública, até aquelas que lutaram por direitos de trabalho e foram queimadas dentro das fábricas. Essas mulheres de “comportamento desviante” desempenharam papel importante de resistência. O silenciamento da luta dessas mulheres nos escritos da história é a grande prova de tempos em que homens eram considerados os senhores da sociedade, donos das regras do jogo, responsáveis pela evolução da humanidade. A exclusão das mulheres e o não reconhecimento de sua importância para a construção das sociedades faz com que, ainda hoje, sejam necessárias lutas contra a violência e por espaços e reconhecimento social das mulheres.

Tais lutas perpassam pela quebra e desconstrução das representações e estereótipos de gênero repassados de geração a geração, transmitidos nos processos de socialização, especialmente no âmbito das famílias. Como aponta Sandra Maria Nascimento Sousa (2007), ainda nos anos 1950, no Brasil, é possível reconhecer, a partir dos registros de nossa história, as mulheres sendo representadas como o “sexo frágil”, frequentemente assumindo o papel de esposa/mãe, sendo seu lugar de realização o lar, sua conduta moral polarizada entre a santa e a pecadora. No entanto, por mais maciço que pareça a separação de papéis e esferas, há acontecimentos que exigem um processo de mudança, se não em torno de uma possível igualdade nas relações de poder, ao menos possibilitam às mulheres que demonstrem suas capacidades de exercer diferentes atividades, refletindo sobre o que até então foi lhes dado como “norma padrão” de seu modo de vida.

Apesar das inúmeras atividades desenvolvidas pelas mulheres em diversos âmbitos, a depreciação e a desvalorização do seu trabalho – seja no âmbito doméstico, seja no público – ainda é frequente hoje. As mulheres recebem salários, em média, 30% mais baixos que os homens, mesmo com a mesma capacitação e exercendo as mesmas funções. Apesar de todas as lutas, o trabalho no âmbito doméstico – cuidar da casa e dos filhos – continua majoritariamente sob a responsabilidade das mulheres e com seu valor apagado pela estrutura econômica e social¹⁴.

¹⁴ Sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho, desigualdade salarial e trabalho doméstico ver HOFFMANN & LEONE (2004) e MADALOZZO et al (2010).

A imagem da esfera separada, privada, com as virtudes ligadas a ela, tem sido, segundo Pedro (2000), uma figura de linguagem poderosa, usada tanto para justificar e enaltecer a presença feminina neste espaço, como para a crítica, reivindicando a eliminação desta separação das esferas de atuação. A metáfora das esferas tem sido utilizada tanto para definir espaços limitadores, como para reivindicar e construir direitos e proteção. No final das décadas de 1970, e especialmente nos anos 1980 e 1990, inúmeros estudos surgiram para questionar esta metáfora, desnaturalizando-a.

Estes [estudos] mostram como a sociedade tem realizado esforços para a constituição das esferas e para sua manutenção. Mesmo assim, nas relações cotidianas, a responsabilidade das mulheres pelo espaço doméstico continua sendo mantida; aí os homens apenas ‘ajudam’. Por outro lado, por mais que trabalhem e recebam salários, atuando no mercado ou no setor público, considera-se que as mulheres mais **ajudam** que trabalham. Mulheres fisicamente exaustas são visualizadas como se não estivessem trabalhando ou, então, que aquilo que fazem é ‘trabalho leve’ (PEDRO, 2000, p. 35-36, grifo da autora).

Além disso, Pedro (2000) lembra que as profissões mais prestigiadas, assumidas pelas mulheres – professoras, enfermeiras, costureiras etc. - têm sido consideradas femininas por serem extensões de suas atividades no lar. “Entretanto, foi através de algumas destas profissões que muitas mulheres ganharam destaque na esfera pública; eram professoras, por exemplo, as principais sufragistas. A educação, neste caso, pode ser pensada como um capital simbólico – como passaporte para assuntos públicos” (PEDRO, 2000, p. 36).

A partir dos anos 1980, surge uma nova forma de fazer política, fora dos setores tradicionais ligados aos partidos políticos: os chamados “novos movimentos sociais”. Nestes, entravam em cena novos personagens, entre eles as mulheres – tanto de setores médios quanto populares -, que emergiam no interior da luta por direitos individuais violentados, muitas vezes, pelas ditaduras que se espalhavam pela América Latina (PEDRO, 2000).

É a partir desses espaços que muitas mulheres conseguem inserir suas demandas e ocupar o espaço público, chegando, muitas vezes, a se candidatarem em cargos político partidários. É na luta por direitos e pela desconstrução de estereótipos de gênero que as mulheres se fortalecem e encontram novas formas de atuar no mundo, como é o caso das militantes e da luta do *Movimento de Mulheres da Primavera*.

2.5 Movimentos de mulheres, feminismo e religião: luta por direitos e visibilidade no contexto da América Latina

As ações coletivas chamadas “movimentos sociais” são atuações de grupos cujos exemplos podem ser encontrados em várias sociedades e em momentos históricos diferentes. As teorias sobre os movimentos sociais, no entanto, foram desenvolvidas a partir do século XX, por pesquisadores norte-americanos e europeus, criando paradigmas para o estudo desse tipo de mobilização relacionado aos contextos históricos, geográficos e sociais de cada país (GOHN, 2010b). Na América Latina, no entanto, devido à ausência de uma tradição de estudo dos movimentos sociais locais, os pesquisadores fizeram uso dos paradigmas já existentes (principalmente os europeus: a vertente marxista e a abordagem dos Novos Movimentos Sociais), de forma a ajustá-los para a realidade latino-americana. Essa apropriação resultou em um “paradigma latino-americano” que, segundo Maria da Glória Gohn (2010b), concentrou-se nos estudos sobre os movimentos sociais libertários ou emancipatórios (índios, negros, mulheres, minorias em geral); nas lutas populares urbanas por bens e equipamentos coletivos, ou espaços para a moradia urbana (nas associações de moradores e nas comunidades de base da Igreja); e nas lutas pela terra, na área rural.

De acordo com a Gohn (2010b), uma das grandes problemáticas para os teóricos é a definição de movimento social. Segundo ela, na teoria ou na prática, as pessoas costumam ter uma representação do que seja um movimento social: “[...] Esta representação sempre envolve um coletivo de pessoas demandando algum bem material ou simbólico” (GOHN, 2010b, p. 242). Sobre as diferentes interpretações sobre o que é um movimento social na atualidade, a pesquisadora argumenta que decorrem de três fatores principais: as mudanças nas ações coletivas da sociedade civil, no que se refere ao conteúdo, suas práticas, formas de organização e bases sociais; as mudanças nos paradigmas de análise dos pesquisadores; e as mudanças na estrutura econômica das políticas estatais. Dessas alterações, resulta um conjunto díspar de fenômenos sociais que têm sido designados como movimentos sociais.

Em busca de uma conceituação que não seja exata, fechada ou universal - pois a definição varia de acordo com os paradigmas teórico-metodológicos que embasam a análise -, Gohn (2010b) diferencia os movimentos sociais, primeiramente, dos grupos de interesse e das ações coletivas que foram sendo realizadas ao longo dos tempos (GOHN, 2010b, p. 245-247). Segundo ela, os movimentos sociais são, antes de tudo, uma práxis:

referem-se à ação de indivíduos na história, ação que envolve um fazer - por meio de um conjunto de procedimentos - e um pensar - por meio de ideias que motiva e dá fundamento à ação; é uma luta social para a defesa de interesses coletivos amplos ou de grupos minoritários; conservação de privilégios; obtenção e/ou extensão de benefícios e bens coletivos etc. Aproximando-se de uma definição possível, Gohn (2010b, p. 251) resume os movimentos sociais como “[...] ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil”. Gohn (2010b) salienta que, embora os movimentos sociais não sejam a única forma de provocar mudanças, certamente constituem-se como uma das formas possíveis e eficazes de transformação social.

As ações dos movimentos sociais se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas, problemas e/ou disputas em conflito, vivenciadas pelo grupo na sociedade. São a partir das ações que se desenvolvem no processo social e político cultural que se cria a identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. No caso do *Movimento de Mulheres da Primavera*, a identidade coletiva do movimento se constitui a partir das experiências de opressão de gênero vividas pelas mulheres do Bairro Primavera e da Paróquia Nossa Senhora de Fátima. A identidade que une as diferentes histórias é a busca pelo empoderamento e emancipação dentro daquela estrutura social.

Para Gohn (2010b), a organização dos movimentos e sua atuação geram uma série de inovações nas esferas públicas (estatal e não estatal) e privada, principalmente pelo caráter questionador das discussões que surgem a partir da reunião de sujeitos preocupados com a mesma temática – ou seja, incorporados na mesma identidade coletiva. Os movimentos sociais também participam – em maior ou em menor grau, direta ou indiretamente - da luta política de um país e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política.

Na América Latina, o desenvolvimento de alguns movimentos sociais se deu a partir de instituições ou organizações que ajudam a viabilizar e operacionalizar as pautas e agendas de ação dos movimentos. De acordo com Gohn (2010b), essas instituições ou organizações podem ser: ONGs, sindicatos, partidos, Igreja etc., que acabam por configurar as linhas gerais do projeto que o movimento construirá em sua trajetória. Compreender qual é a relação que se estabelece (e que, muitas vezes, precede a própria existência do movimento) é importante para a análise.

Entre as décadas de 1960 e 1980, período em que muitos países da América Latina passavam por ditaduras militares, houve um crescimento acentuado de ações coletivas: sindicatos, movimentos sociais etc. É nessa época que os principais movimentos despontam em busca da organização de grupos da sociedade civil em torno da recuperação de alguns direitos coibidos pelo regime militar ou na luta por soluções sociais mais profundas, como a reforma agrária, o fim da pobreza, da desigualdade e o acesso aos bens coletivos (saúde, moradia, transporte etc.).

Nesse período se desenvolve, também, na América Latina, um novo viés da Igreja Católica, a Teologia da Libertação¹⁵. De acordo com Márcia Carneiro Knapik (2005), esse “novo jeito da Igreja” representou, no contexto sócio-político, a primeira grande corrente teológica nascida na periferia, com repercussão internacional. As reflexões provocadas por essa vertente abriram espaço para a percepção das condições de vida das mulheres, dos negros e dos índios. No Brasil, muitos movimentos criados e fortalecidos durante o período da ditadura militar, estão fortemente ligados à Teologia da Libertação.

A partir do Concílio do Vaticano II, a Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) – criadas na década de 1950 – passam a influenciar mais diretamente no contexto dos movimentos populares que surgiram no Brasil na década de 1960. Muitos desses movimentos, criados na zona rural e expandidos para as periferias das grandes cidades, começaram por iniciativa de um agente pastoral, em torno de motivações religiosas. Nas reuniões periódicas, além de rezar e cantar, os participantes refletiam sobre temas da Bíblia e problemas da comunidade: as pessoas se envolviam em reflexões críticas voltadas para a prática. De acordo com Knapik (2005), o mais importante nesses espaços era que as pessoas se descobriam participando da realidade não como espectadores, mas como agentes transformadores, com a possibilidade de intervir coletivamente sobre ela. Nesses espaços são criados estímulos para a formação da consciência de novos sujeitos eclesiais, políticos, sociais e culturais¹⁶.

¹⁵ O desenvolvimento da face popular da Igreja se deu a partir do papado de Ângelo Giuseppe Roncalli, o Papa João XXIII, que, de 1958 a 1963, realizou intensas atividades em prol da paz mundial e da modernização da Igreja, deixando como principal legado o Concílio do Vaticano II, que tinha como lema a preocupação com os pobres e o diálogo entre as várias religiões. Segundo Knapik (2005), foi a partir da Conferência de Medellín (Colômbia), em 1968, foram definidos novos rumos para a Igreja na América Latina, rompendo com o modelo europeu: a opção pelos pobres, a Teologia da Libertação e a criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) definiram o novo modelo que se espalhou vários países da América Latina.

¹⁶ De acordo com Signorelli (2013), esse novo sujeito eclesial vai olhar e analisar a realidade, não mais a partir da ótica dos grupos sociais, políticos e econômicos que dominam, mas a partir do seu lugar social, ou seja, do pobre. Assim, os leigos e leigas aprendem a ver a realidade e a opressão existente e a possibilidade

A participação nas CEBs significou, segundo Knapik (2005), a possibilidade de entrada, para muitas mulheres, no espaço e na vida pública. A atuação em torno da caridade foi um dos principais canais para que as mulheres cristãs (esposas e filhas) pudessem agir efetivamente na sociedade. A dita “vocação” da mulher para cuidar do desamparado, tradição adaptada da “vocação” para a maternidade, possibilitou que algumas mulheres ampliassem seu espaço para além do cuidado da casa, do marido e dos filhos. Dentro das pastorais, ou das CEBs, as mulheres conseguiam capacitar-se como agentes de intervenção social; nesses espaços, muitas mulheres sentiam-se parte de um grupo que refletia e posicionava-se criticamente. Tal sensação de pertencimento contribuía muito para o aumento de sua autoestima.

Aos poucos, elas foram ocupando postos de lideranças, principalmente na área urbana. Isto as impulsionou até mesmo a participarem, mais tarde, da política. Era o espaço público visto tradicionalmente masculino se abrindo para as mulheres que faziam parte das CEBs (KNAPIK, 2005, p. 75).

Além da participação nas CEBs, as mulheres estiveram envolvidas em muitos movimentos populares em diversos contextos sociais. De acordo com Gohn (2010a), a atuação das mulheres nas lutas populares e civis ocorre há muito tempo dentro de diversos movimentos identitários (como o indígena, quilombola etc.), de classe (MST) e por demandas específicas, como nos Fóruns Mundiais Sociais e Econômicos, por exemplo. Não obstante a participação das mulheres, Gohn (2003) deixa clara a desigualdade de gênero que existe dentro dos movimentos populares. A divisão de tarefas e a relação de poder continuam colocando a atuação das mulheres num espaço invisível, enquanto homens atuam na linha de frente, em cargos de liderança. Apesar do caráter transformador dos movimentos sociais, continuam presentes valores culturais que inferiorizam as mulheres. Assim, qualquer que seja a luta que se trava, a luta pela igualdade de gênero deve ser uma das bandeiras.

de um processo libertador que tenha a si mesmo e a sua classe como sujeito. “Os frutos dessa ebulição eclesial estarão presentes, quase que imediatamente, no engajamento dos cristãos leigos e leigas nas lutas sociais. Entendem-se sujeitos das necessárias transformações, não aceitando que a direção lhes venha de fora”. (SIGNORELLI, 2013, p. 51).

[...] O maior contingente com participação das mulheres foi nos movimentos populares, como demandárias de reivindicações populares por melhorias, serviços, equipamentos coletivos [...]. Foram elas que lutaram por creches, transporte, saúde etc. Participaram, e participam, dos mutirões para a construção da casa própria como mão-de-obra e como gerenciadoras dos processos. Aliás, a participação das mulheres nos movimentos populares, tanto urbanos como rurais, é um tema ainda pouco estudado. Certos aspectos da cultura popular que estabelece “lugares e atribuições” para homens e mulheres, sempre estiveram presentes no interior dos movimentos populares. Fazer a comida e cuidar das crianças continuam a ser “atribuições” das mulheres nos canteiros dos mutirões. Entre as lideranças o número de homens é proporcionalmente maior do que o de mulheres, e essa relação se inverte quando olhamos sua participação no conjunto do movimento (GOHN, 2003, p. 44).

Outra perspectiva da participação das mulheres é as lutas por melhores condições de trabalho. Nos últimos dois séculos, principalmente após a industrialização nas sociedades ocidentais, surgiram diversos movimentos de luta contra as condições degradantes de trabalho e as cargas horárias exaustivas, sem pausa ou alimentação adequadas. Assim, as mulheres, também inseridas nesse contexto, lutaram pela causa operária e, em alguns casos, formaram demandas específicas para as trabalhadoras, como a luta por mais direitos para mulheres grávidas ou com filhos pequenos. A atuação das mulheres no âmbito trabalhista motivou-as a lutar, por extensão, em prol de seus direitos sociais e civis. Sendo trabalhadoras no âmbito público, e exercendo, pois, uma jornada dupla – acumulando os papéis do cuidado da casa e dos filhos -, tornou-se urgente a ampliação de seus direitos, que possibilitassem a educação formal, o voto universal, sua participação em espaços de decisão e, inclusive, sua atuação em cargos de liderança. Foi nesse período, metade do século XIX e início do século XX, que as mulheres se inseriram em movimentos abolicionistas, trabalhistas, organizaram movimentos pelo sufrágio universal, assim como travaram lutas por melhores condições de vida para a classe trabalhadora, que envolviam a conquista de direitos também para as crianças¹⁷. Gohn (2010a) aponta importantes periódicos (jornais e revistas) que circularam desde o século XIX, criados e escritos por mulheres, que funcionavam como veículo de debate e luta por direitos para as mulheres.

O período de efervescência dos movimentos sociais, de associações comunitárias, clubes de mães e de jovens, CEBs, movimentos em defesa da moradia, do meio ambiente, dos direitos humanos, os movimentos de mulheres, o movimento feminista, o negro e

¹⁷ Tais demandas do final do século XIX e início do século XX caracterizam o feminismo de primeira onda.

outros de existência bem localizada na América Latina, ampliou, ainda mais, o campo de reivindicações: passam a entrar em cena interesses que extrapolam o mundo estrito do trabalho, despertando outras dimensões da cultura. “A novidade dessas lutas populares revelou-se no âmbito do sociopolítico ao compor um quadro de lutas pelo direito de organização e de participação, fissurando o poder autoritário” (ESCOSTEGUY, 2001, p. 46). É a partir dos movimentos sociais identitários, entre os anos 1970 e 1980 na América Latina e no Brasil, que surgem a luta e a conquista de novos direitos.

Heloísa Buarque de Hollanda (1994) lembra que, embora o feminismo como ideologia política possa ser identificado desde o século XIX, é a partir de 1970 que o pensamento feminista surge como novidade no campo acadêmico e se impõe como uma tendência teórica e inovadora e de forte potencial crítico e político, principalmente por problematizar as relações de poder e as estruturas que criam as “verdades”, conceitos “naturalizados” sobre indivíduos (homens e mulheres).

A partir da década de 1970, começa a se evidenciar o debate, hoje irreversível nos meios políticos e acadêmicos, em torno da questão da ‘alteridade’. No plano político e social, esse debate ganha terreno a partir dos movimentos anticoloniais, étnicos, raciais, de mulheres, de homossexuais e ecológicos que se consolidam como novas forças políticas emergentes. [...] Podemos dizer mesmo que, nos últimos anos, é inegável no quadro da reflexão teórica das ciências sociais e humanas a evidência de uma progressiva e sistemática desconfiança em relação a qualquer discurso totalizante e a um certo tipo de monopólio cultural dos valores e instituições ocidentais modernas” (HOLLANDA, 1994, p. 8-9).

Um conjunto de fatores propiciou a eclosão do movimento feminista no Brasil. Alves & Pitanguy (1985) consideram o momento histórico em que outros movimentos de libertação denunciam a existência de formas de opressão que não se limitam ao econômico (movimentos negros, de minorias étnicas, ecologistas, homossexuais etc.)¹⁸. A inserção das mulheres nas universidades, o aparecimento da pílula anticoncepcional nos EUA, que

¹⁸ A partir de 1960 houve uma profunda transformação na organização social brasileira, fruto da plataforma nacional desenvolvimentista proposta pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). A expansão do sistema educacional e do mercado de trabalho – mesmo que de forma excludente – ofereceram novas oportunidades para as mulheres, principalmente das camadas médias. Assim, o modelo de socialização com base na realização pessoal a partir do casamento e da maternidade cedia lugar ao estímulo à profissionalização e à inserção em cursos universitários.

possibilitou a muitas mulheres maior controle sobre seu corpo e sua sexualidade¹⁹ e a luta contra a ditadura também influenciaram a mobilização feminista no Brasil.

Cynthia Andersen Sarti (2004) pontua que o feminismo militante, que começou a dar visibilidade à questão das mulheres nas ruas brasileiras, surge como consequência da resistência das mulheres – principalmente da elite intelectual - à ditadura. O fato de muitas mulheres militantes latino-americanas contrárias à ditadura estarem exiladas na Europa no período de efervescência das lutas feministas na França, estimulou a criação de grupos de mulheres. O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris e a bagagem teórica e prática dessas experiências tornaram possível a mobilização feminista no Brasil a partir da segunda metade dos anos 1970 – quando as mulheres exiladas retornam ao país. O impacto do feminismo norte-americano e europeu também fez com que, em 1975, a ONU instituisse a Ano Internacional da Mulher, forçando o reconhecendo da problemática das mulheres pela comunidade internacional.

Ao considerar a divisão sexual como uma questão política, pois evidencia relações de poder, o feminismo rompe com os modelos políticos tradicionais, que atribuem uma neutralidade ao espaço individual e que definem como *política* unicamente a esfera pública. O feminismo aponta para o caráter subjetivo da opressão. Conscientizando-se de que as relações interpessoais contêm também um componente de poder e de hierarquia, o feminismo procurou, em sua prática como movimento, superar as formas de organização tradicionais. Ao invés de uma disciplina única, centralizada, caracteriza-se pela auto-organização das mulheres em suas múltiplas frentes: revela-se também na esfera doméstica, no trabalho, em todas as esferas em que mulheres buscam recriar as relações interpessoais, repensar e reformular a sua identidade sob uma ótica em que o indivíduo, seja homem ou mulher, não tenha que se adaptar a modelos hierarquizados; que as diferenças biológicas e anatômicas entre os sexos não se traduzam em relações de poder. (ALVES & PITANGUY, 1985).

Knapik (2005) pontua que, no contexto latino-americano, ficam claras duas vertentes sociais dos movimentos de mulheres²⁰: uma composta por mulheres de grandes

¹⁹ A discussão sobre a liberdade sexual e a contracepção é característica do feminismo de segunda onda, em que as mulheres passam a considerar as desigualdades políticas e culturais como intrinsecamente ligadas. Nessa época, as mulheres são incentivadas a considerar os aspectos de suas vidas pessoais como politizados e como reflexo das estruturas de poder sexistas. Nesse período é que é cunhado o slogan “o pessoal é político” pela ativista feminista Carol Hanisch.

²⁰ De acordo com Knapik (2005), a expressão “movimento de mulheres” ainda não existia antes de 1964. Falava-se em “organizações femininas” para derivar as ações realizadas exclusivamente por mulheres com pautas ligadas às suas necessidades. De acordo com Gohn (2010a), a luta por melhores condições de vida é a

centros urbanos – de classe média ou alta, que dão origem aos grupos feministas, com enfoque no questionamento da divisão sexual do trabalho, separação entre esfera pública e privada, direitos às decisões sobre seu corpo, maternidade etc. – e outra que mobilizou mulheres da periferia, de camadas populares, estimuladas pela Igreja Católica, que ganharam força com o trabalho pastoral inspirado na Teologia da Libertação²¹.

Nesse aspecto, a distinção entre os dois tipos de movimento leva em conta uma questão de classe. Assim como no conjunto da América Latina, os movimentos populares no Brasil foram os que trouxeram à cena política, de forma majoritária, a participação das mulheres. No entanto, segundo Gohn (2003), enquanto na Europa a presença das mulheres se fez em torno de questões de gênero, na América Latina o movimento feminista, apesar de importante, ficou circunscrito a grupos específicos mais intelectualizados. As primeiras feministas brasileiras, além de estarem inseridas na luta contra a ditadura, voltaram ao Brasil dispostas a batalhar por mais participação política e por direitos das mulheres – divórcio, liberdade sexual, autonomia, entre outras -, mas encontraram resistência em alguns grupos de esquerda, mais preocupados com demandas populares – saúde, moradia, alimentação, trabalho. Assim, as feministas viram a necessidade de incorporar as suas demandas em organizações de bairros, resultando em um movimento interclasses. Sarti (2004) lembra que a inserção de demandas feministas nas organizações de bairros deu uma tonalidade própria ao movimento feminista brasileiro, levando em conta, também, a influência da religião católica nesses espaços.

Essa atuação conjunta marcou o movimento de mulheres no Brasil e deu-lhe coloração própria. Envolveu, em primeiro lugar, uma delicada relação com a Igreja Católica, importante foco de oposição ao regime militar. As organizações femininas de bairro ganham força como parte do trabalho pastoral inspirado na Teologia da Libertação. Isso colocou os grupos feministas em permanente enfrentamento com a igreja na busca de hegemonia dentro dos grupos populares. O tom predominante, entretanto, foi o de uma política de alianças entre o feminismo, que buscava explicitar as questões de gênero, os grupos de esquerda e a Igreja Católica, todos navegando contra a corrente do regime autoritário. Desacordos sabidos eram evitados, pelo menos publicamente. O aborto, a

característica essencial dos movimentos de mulheres. Estes movimentos surgiram como forma de reivindicar direitos e soluções para as necessidades, principalmente, ligadas às questões familiares.

²¹ A preocupação de pesquisadoras/es do campo dos movimentos sociais em diferenciar os conceitos de movimentos feministas e movimentos de mulheres torna-se importante à nossa pesquisa no sentido de contextualizar as bases do surgimento e a identificação das militantes do *Movimento de Mulheres da Primavera*. No entanto, essa distinção pouco se traduz na realidade: pode-se dizer que ambos os movimentos buscam a ampliação dos direitos das mulheres até um patamar de equidade – o que acaba por alcançar toda a família e, em consequência, a sociedade.

sexualidade, o planejamento familiar e outras questões permaneceram no âmbito das discussões privadas, feitas em pequenos ‘grupos de reflexão’, sem ressonância pública. (SARTI, 2002, p. 39).

Além da distinção entre movimentos de mulheres e movimentos feministas quanto à classe e contexto de surgimento, Gohn (2010) aponta que os movimentos de mulheres, embora mais numerosos, eram quase invisíveis enquanto movimento *de* ou *das* mulheres. Nesses movimentos, o enfoque recaía sobre suas demandas (creches, vagas ou melhorias nas escolas, postos e equipamentos de saúde etc.), que atingem toda a população, embora fossem protagonizadas pelas mulheres.

Movimentos de mulheres, no entanto, acabam incorporando demandas feministas – mesmo que não se intitulem como tal. Ao preocuparem-se com a falta de estrutura da comunidade (creches, escolas, postos de saúde etc.), sua luta influencia diretamente no processo emancipatório das próprias mulheres. Em muitos contextos sociais, as mulheres ficam impossibilitadas de participarem da vida pública (trabalhar fora, entrarem na política partidária e ocupar cargos de liderança) por não terem acesso a equipamentos coletivos que assegurem o cuidado de seus dependentes. Da mesma forma, são feministas quando organizam campanhas e reivindicações centradas no seu próprio universo, tais como o enfrentamento à violência contra as mulheres, a luta contra as discriminações no mundo do trabalho, pelo domínio sobre seu corpo e sua sexualidade, pela desconstrução dos papéis sociais que as colocam, majoritariamente, como responsáveis pela criação e educação dos filhos e filhas etc.

A atuação das mulheres é majoritária tanto em movimentos feministas quanto em movimentos populares, sua luta é pelo exercício pleno da democracia na medida em que têm a questão da liberdade como horizonte da ação coletiva (Gohn, 2010a). Embora seja ampla a presença de mulheres em movimentos sociais, ainda há sociedades onde a participação das mulheres encontra-se circunscrita aos espaços ligados à prática religiosa – e exclusivamente nos bastidores. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as Pastorais e as atividades de caridade são, para algumas mulheres, os únicos locais de autonomia e livre participação. É nesses espaços que algumas discussões são realizadas, surgindo demandas por mais atuação política na esfera social. É nesse contexto que, em Guarapuava/PR, surge o *Movimento de Mulheres da Primavera*.

3 O GESTAR DA BORBOLETA: O PROCESSO DE RECONHECIMENTO DAS MULHERES COMO SUJEITOS POLÍTICOS E SOCIAIS NO MOVIMENTO DE MULHERES DA PRIMAVERA

"Nada causa mais horror à ordem do que mulheres que lutam e sonham".
(José Martí).

Compreender as mulheres do *Movimento de Mulheres da Primavera*²² significa reconhecê-las a partir do contexto sócio-histórico em que estão enquadradas, ou seja, as condições “ambientais” no e para o “gestar das borboletas”. Assim, buscamos focar nesse momento a criação do movimento em 2004, por mulheres do Bairro Primavera²³, de Guarapuava/PR, que atuam ativamente na Paróquia Nossa Senhora de Fátima, envolvidas nas CEBs e nas Pastorais da Igreja Católica e guiadas pelo viés da Teologia da Libertação.

Guarapuava é uma cidade localizada no Terceiro Planalto, região dos Campos Gerais do Paraná. Sua área de extensão que era de 175.000 km, após inúmeros desmembramentos, hoje possui 3.117 km²²⁴. De acordo com Terezinha Saldanha (2013), Jeorling J. Cordeiro Cleve (2009)²⁵ e Francisco Ferreira Junior (2012), no período de colonização, capitães da coroa portuguesa foram enviados reconhecimento e ocupação da área, feitas a partir de Carta Régia, com a vinda da Família Real ao Brasil, em 1808. A política de povoamento das terras paranaenses estimulava a vinda de famílias brancas, através da doação de sesmarias e outros benefícios a imigrantes e migrantes. Essa política resultou no extermínio dos povos tradicionais: índios Cambés, Votorões e Cayeres.

Atualmente, a população local constitui-se de cerca de 160 mil habitantes²⁶, composta por descendentes dos colonizadores portugueses (principalmente tropeiros), índios, negros (escravos e seus descendentes), imigrantes que vieram em diferentes

²² O nome do Movimento, desde o início e na criação do estatuto, era Movimento de Mulheres do Bairro Primavera. Devido à universalidade de suas lutas e à inserção de outras mulheres de outros bairros, optou-se por suprimir a palavra “bairro” do nome, representando também as “Mulheres da Primavera” como mulheres de um novo tempo, do florescimento de novas oportunidades e de uma nova sociedade. Hoje, o movimento caracteriza-se como *Movimento de Mulheres da Primavera*.

²³ O Bairro Primavera está localizado nas margens da BR 277 e PR 466. Possui 1,44 Km² de extensão e população de 6,8 mil habitantes (Disponível em: <http://www.concidade.com.br/concidade/users/escala1-5000>. Acesso em dez/2014). Geograficamente periférico, e tradicionalmente católico, a comunidade se desenvolve em torno das atividades da Igreja e tem recebido mais investimentos na última década, a partir da inserção de representantes locais na Câmara Municipal, principalmente por meio do Projeto pelo Bem Comum - iniciativa da Diocese de Guarapuava para inserção de cristãs e cristãos leigos na política partidária.

²⁴ Fonte: IBGE: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=410940>

²⁵ O desembargador guarapuavano Jeorling J. Cordeiro Cleve (2009) faz um relato cronológico sobre o povoamento da região de Guarapuava.

²⁶ Fonte: IBGE. <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=410940>

momentos e por diversas razões - entre eles japoneses, ucranianos, italianos, poloneses, franceses, austríacos, árabes e sírio-libaneses e alemães (principalmente os suábios do Danúbio que se instalaram nas cinco colônias do Distrito de Entre Rios, há 18 km da cidade de Guarapuava).

Assim como ocorreu no processo histórico brasileiro, a sociedade guarapuavana possui uma industrialização tardia e sua economia depende em grande parte da produção agrícola – tanto em grandes propriedades de terra, quanto da agricultura familiar. O desenvolvimento agrário contempla o cultivo de cevada, milho, soja, trigo e batata-inglesa. Atividades como a pecuária, a indústria, o comércio e a prestação de serviços também compõem a estrutura econômica da cidade.

Sobre a formação populacional da Guarapuava, é importante destacar a presença de degredadas e degredados enviadas/os de Portugal para a região para cumprirem pena, durante o período colonial, num regime de “prisão sem muros” (FERREIRA JUNIOR, 2012, p. 56). A ausência de registros históricos que tratem do assunto fez com que o historiador Ferreira Junior (2012) se interessasse em estudar sobre o envio e a vida dessas pessoas para a região, buscando recuperar estes grupos do esquecimento e do apagamento da história.

[...] propiciar um outro olhar sobre a história da cidade de Guarapuava que, na sua grande maioria, tem sido produzida de forma memorialista abarcando apenas os “grandes” personagens que fizeram parte do processo de ocupação do local que se tornaria a cidade. As discussões historiográficas do século XX já demonstraram a atenção que merecem os sujeitos socialmente marginalizados para um melhor entendimento dos processos históricos. (FERREIRA JUNIOR, 2012, p. 21).

Os sujeitos marginalizados, elementos antes negligenciados pela historiografia sobre a cidade – mulheres, operários, prisioneiros – têm sido recentemente considerados indispensáveis na compreensão sociocultural das sociedades. Cleve (2009), por exemplo, destaca os principais nomes de famílias que se estabeleceram na cidade de Guarapuava, dando importância aos “grandes homens” e se refere apenas de passagem às mulheres e aos degredados, personagens de grande importância para a construção desta sociedade. No livro de Cleve (2009), constatamos apenas nas últimas vinte páginas o registro da presença de algumas mulheres na construção social da cidade, quando o autor trata a questão do ensino em Guarapuava. A valorização de “grandes homens”, geralmente capitães da coroa

que ocuparam o território dos Campos de Guarapuava, e o completo apagamento de outros grupos que compuseram e compõem a cidade, são perceptíveis pelos nomes das ruas, pelos monumentos históricos e em outros espaços públicos de comemoração e memória. A valorização de personalidades masculinas, brancas e da elite é refletida nos valores sexistas e racistas que ainda hoje circulam por Guarapuava.

As lacunas deixadas pela história oficial e pelos relatos memorialistas sobre os aspectos históricos e sociais de Guarapuava demonstram a importância de uma escrita da história na perspectiva das mulheres²⁷.

De forma memorialista, Gracita Gruber Marcondes (1998)²⁸ retrata as mulheres como incansáveis trabalhadoras e guerreiras no processo de formação de Guarapuava. Ela aponta a importância da mão-de-obra que auxiliava os maridos em todos os trabalhos da fazenda, “inclusive os mais grosseiros”. De acordo com ela, as mulheres tinham como responsabilidade administrar as atividades que tinham como foco a família, apesar do conservadorismo e das restrições que recebiam na época da sociedade colonial, resultado dos valores culturais adquiridos por influência da Coroa Portuguesa. Às mulheres que Marcondes rememora (1998) - membros da elite urbana do século XIX -, era proibido, por exemplo, comer à mesa quando recebiam visitas de estranhos; e a elas só era permitido sair de casa para os atos religiosos ou festas, mas sempre acompanhadas por familiares ou escravos/as. A privação do estudo também foi uma característica da sociedade até meados do século XIX: as meninas não aprendiam a ler, recebiam da mãe os ensinamentos sobre trabalhos de agulha e prendas domésticas, pois a educação das mulheres visava prepará-las apenas para cumprir o papel de esposa, mãe e “rainha do lar”. A mudança na educação das mulheres ocorreu, segundo Marcondes (1998), com a primeira professora de Guarapuava, Bibiana Barrier Bittencourt, que organizou, em 1836, uma turma com 19 meninas, e ministrava aulas em sua casa. O ensino passou a incorporar as mesmas matérias que eram ensinadas aos meninos, além dos trabalhos com agulha e prendas domésticas, música e

²⁷ Ferreira Junior (2012) aponta para o estudo de Fernando Franco Netto (2005), a respeito da constituição da população de Guarapuava, chamando a atenção para fatores que determinaram a pequena quantidade de mulheres na região: em regiões fronteiriças, a presença de mulheres é menor devido aos perigos que o local apresenta; a Carta Régia de 1809 proibia o contato dos homens da expedição com mulheres das aldeias indígenas; a maior parte da tropa da expedição não trouxe família, razão da ausência de mulheres brancas na região. Segundo Ferreira Junior (2012), o envio de mulheres portuguesas condenadas a cumprir o degredo nesses campos também caracteriza o objetivo de povoar a região com pessoas brancas.

²⁸ Gracita Gluber Marcondes é uma reconhecida memorialista de Guarapuava. O trabalho aqui citado (MARCONDES, 1998) possui caráter didático e não tem rigor científico, mas foi utilizado a título de complementação e devido à ausência de algumas informações em outras fontes consultadas. Cleve (2009) também usa essa referência em alguns pontos de sua obra.

francês, que eram atividades rotineiras para mulheres da elite. Para as famílias de escravos/as, ex-escravos/as e trabalhadoras e trabalhadores das camadas mais pobres, o acesso à leitura e à escrita, como se sabe, foi ainda mais tardio.

Devido à colonização portuguesa, a religião católica teve grande influência na comunidade de Guarapuava. Além da tradição religiosa, os aspectos culturais de Guarapuava resultam, segundo Marcondes (1998), dos costumes da sociedade tradicional campeira, baseada na grande propriedade e na mão de obra familiar e escrava.

[...] Aqui reproduziram o mesmo estilo de vida da Família Patriarcal Rural, uma grande família com costumes conservadores, onde todos estavam submissos à autoridade do Senhor: a esposa, os filhos solteiros e casados, netos, genros e noras, escravos, agregados e, por laços de solidariedade, também os afilhados e os vizinhos que necessitavam de sua ajuda material ou da sua proteção política (MARCONDES, 1998, p. 68).

Marcondes (1998) retrata as mulheres de Guarapuava como vítimas e heroínas, respectivamente. Segundo ela, mesmo com as dificuldades e as limitações a que estiveram sujeitadas, conquistaram um espaço para além da esfera privada, embora não deixassem de se responsabilizar pelas atividades e papéis que delas, historicamente, dependiam.

[...] Apesar das dificuldades dos primeiros tempos, a mulher guarapuavana conseguiu derrubar muitas barreiras, pois com muita competência vem se destacando nas artes, nas ciências, na educação, medicina, comunicação, direito, informática, publicidade, moda, finanças, indústria e comércio, sem deixar de ser mulher, esposa e mãe. (MARCONDES, 1998, p. 75).

O salto cronológico e a participação das mulheres em várias profissões, conforme relatado no texto de Marcondes (1998), heroiciza as mulheres e, assim, mantém no esquecimento a batalha travada por muitas delas para que hoje alguns direitos sejam garantidos.

Saldanha (2008; 2013), ao estudar a prostituição e a violência contra mulheres no período de 1940-1944, em Guarapuava, evidencia que a conquista de direitos e do espaço público pelas mulheres da cidade é algo muito recente, assim como mostra que o preconceito e o apagamento dessas mulheres perante o pai, o marido ou o patrão é marca recorrente na sociedade ainda na metade do século XX.

Em sua tese de doutorado, Saldanha (2008) demonstra que a voz das mulheres era silenciada. Em casos de violência, por exemplo, somente era possível realizar uma queixa na delegacia se a mulher estivesse acompanhada por algum responsável: um homem que se encarregasse de abrir o processo por ela. Assim, a própria lei brasileira não permitia que as mulheres tivessem uma ação autônoma. Da mesma forma, Saldanha (2008) evidencia que as mulheres, durante muito tempo, foram privadas de uma identidade social, sendo reconhecidas simplesmente em sua relação com o homem. A historiadora resume:

[...] as mulheres não eram vistas atuando no espaço público, seu acesso à escrita foi tardio, o que produzem no ambiente doméstico é rapidamente consumido, elas mesmas apagam seus vestígios por considerarem insignificantes. Para os artistas, as mulheres eram imaginadas e representadas e não escritas ou contadas. Elas não têm sobrenome, têm apenas um nome. Se forem casadas são as senhoras dos senhores, fulano de tal; se são solteiras são as filhas de fulano de tal; se são empregadas domésticas, são as empregadas do senhor fulano de tal; se forem órfãs, são conhecidas pelo nome do pai. É preciso ser piedosa ou escandalosa para existir. (SALDANHA, 2008, p. 42-43).

O nome próprio é uma marca de identidade. A negação do uso do nome às mulheres significa uma forma de apagamento de suas memórias e da sua própria existência. Perante a sociedade, elas eram silenciadas, ignoradas como sujeitos. No entanto, apesar do apagamento social do nome das mulheres, o local do nome nos autos dos processos-crime deixa outra evidência. De acordo com Saldanha (2008), a única forma de registro da existência de algumas mulheres pobres de Guarapuava está nesses registros, onde elas apareciam como vítimas/ofendidas. O registro da existência das mulheres (principalmente pobres), relacionadas a abusos, violências e ofensas se constitui, ainda hoje, como uma marca de identidade de muitas guarapuavanas.

A relação entre mulheres e espaço privado – e, conseqüentemente, a ausência de uma identidade social autônoma, a violência e o silenciamento - foi um processo naturalizado em muitos espaços e épocas e a problematização dessa construção social foi, em vários casos, oprimida. Qualquer tentativa de quebra ou rompimento na estrutura social vigente – seja por homens ou mulheres ousados/as, que buscaram libertação das amarras sociais – foi violentamente condenadas por suas respectivas sociedades.

A resistência de várias mulheres ao longo dos tempos possibilitou o surgimento gradativo de demandas feministas em ações populares. Nos últimos duzentos anos, no

Ocidente, surgiram diversas lutas pelo sufrágio universal, por direitos trabalhistas, por igualdade salarial, por reconhecimento dos direitos civis, pelo fim da violência, entre outros, que, aos poucos, transformam as identidades e representações sobre as mulheres na sociedade. Em Guarapuava, apesar de tardia, a luta também surgiu e se fortaleceu nos últimos dez anos, transformando a postura submissa de muitas mulheres em uma posição ativa de sujeito social e político. O “despertar” de sua condição de sujeição foi parte de um processo que teve, como determinante, o surgimento de um movimento social de mulheres dentro da Igreja Católica.

3.1 O Movimento de Mulheres da Primavera: atuação através do exercício da fé

Em Guarapuava, assim como em muitos municípios do interior do Brasil, a influência da religião na estrutura social das cidades e da zona rural é evidente. Aliado à prática da fé e da caridade, muitas mulheres desenvolvem o questionamento em torno de seu real papel na sociedade, dos espaços em que estão confinadas e das limitações impostas pela tradição patriarcal, desenvolvendo a percepção de si como minorias sociais e oprimidas.

O *Movimento de Mulheres da Primavera*, criado em 2004, no Bairro Primavera, em Guarapuava/PR, surgiu como resultado do “despertar” de sua condição. A comunidade do bairro localizado na periferia da cidade, entre a BR 277 e a PR 466, é tradicionalmente católica e possui um forte envolvimento com a política partidária, principalmente desenvolvido dentro das associações de moradores e do Projeto pelo Bem Comum. As mulheres pioneiras do Movimento, organizadas dentro da Igreja e amparadas na fé católica (influenciadas pelo viés da Teologia da Libertação e atuantes dentro das pastorais e das CEBs), tinham como objetivo o fortalecimento de si mesmas, a reflexão sobre a violência contra a mulher e sobre as suas dificuldades enquanto cristãs, filhas, esposas e mães dentro da sociedade.

Embora o viés da Teologia da Libertação não seja mais trabalhado e discutido pela Igreja Católica desde meados de 1990, as militantes do *Movimento de Mulheres da Primavera* fazem questão de marcar, tanto em suas reuniões como nas entrevistas, sua formação dentro dessa práxis libertadora. Segundo elas, é uma forma de ler e praticar a religião, de maneira mais ligada às problemáticas sociais.

Muito antes de se tornarem organizadas e de realizarem reuniões periódicas, as “Mulheres da Primavera” se ampararam na memória e na história como primeiro passo para a desconstrução de suas representações e identidades sociais marcadas na sociedade guarapuavana. Com apoio da paróquia Nossa Senhora de Fátima, do bairro Primavera, algumas mulheres decidiram realizar uma Romaria em 2004 para explicar o real significado do Dia Internacional da Mulher. Segundo o relato de uma das pioneiras do movimento, Angela Godoi (2014), o objetivo primordial da ação era mostrar para a comunidade que o dia 8 de Março tinha sido instituído como forma de lembrar as lutas das mulheres por direitos e não como data comercial para presentear as mulheres com flores e chocolates. Na Romaria, foi realizada uma encenação, em que as participantes desempenhavam papéis de mulheres sendo queimadas dentro de uma fábrica, visando chamar a atenção da comunidade de uma maneira pedagógica.

Antes de surgir o movimento, eu comecei a me envolver mais com a Pastoral da Criança, por que o pessoal estava me chamando, já que eu passava por um momento muito crítico de violência doméstica. Devido ao meu envolvimento, fui chamada para ajudar na cozinha da Romaria da Mulher. Teve uma roda de chimarrão na casa da mãe da Eva, onde estava a Eva [Schran de Lima], a irmã dela e o padre Sécio e outras pessoas, e estavam falando do dia 8 de Março, o Dia Internacional da Mulher, e comentando por que dar presente, por que dar rosas, por que o comércio explorava tanto isso, sendo que o 8 de Março não era um dia de comemoração, mas um dia de tristeza, por causa daquelas mulheres que foram queimadas na fábrica [...]. Até então nem eu não sabia que era isso. [...] Na Romaria, que iriam contar o que realmente era o dia da mulher, que a maioria não sabia. Foi na Igreja Nossa Senhora de Fátima, no Primavera, foi feito um teatro, uma encenação de uma fábrica, foi tacado fogo, com gritos, como se as mulheres estivessem dentro dela. Foi encenado o que aconteceu. Aí o pessoal se assustou, por que não sabiam que era daquele jeito que surgiu o Dia Internacional da Mulher. Aí todo mundo começou a se acordar [...] Aí que a gente foi ver, nossa, tem mulheres que morreram para que hoje nós tivéssemos algum direito. (GODOI, Angela. Entrevista 2. [abr. 2014]. Entrevistadora: Morgani Guzzo. Guarapuava, 2014).

O envolvimento de Angela com o movimento está relacionado com um momento de dificuldade: vítima de violência doméstica, ela decidiu divorciar-se do marido, mas enfrentou um período de problemas emocionais e depressão. O convite para participar mais ativamente das atividades da Igreja foi o que a fez sair de casa. Seu envolvimento posterior com o movimento foi consequência do diálogo com outras mulheres nas ocasiões da organização das romarias. As memórias que as mulheres entrevistadas acessam são

reconstruções de momentos marcantes em sua experiência individual, mas sempre relacionados com o grupo ou outras pessoas que estiveram envolvidas. A experiência relatada pela maior parte das mulheres relaciona a sua entrada no movimento com a participação ativa nos espaços da Igreja. A proximidade entre as mulheres da vizinhança do Bairro Primavera facilitava os convites para as reuniões do movimento.

A realização da 1ª Romaria da Mulher, em 2004 - o primeiro passo dado pelo grupo de mulheres -, está amparada na desconstrução de uma memória coletiva através da memória histórica sobre o dia 08 de Março. Considerando que a nossa memória nunca é totalmente individual, mas perpassada por acontecimentos e relatos históricos, que são acionados pelas leituras de jornais, livros ou pela conversação – uma memória emprestada e não exatamente pessoal (HALBWACHS, 2004) – há uma distinção entre as memórias pessoais (internas) e as sociais (externas), ou ainda entre a memória autobiográfica e a memória histórica. Tal distinção importa para compreender de que forma o Dia 8 de Março é rememorado pela sociedade de consumo (propaganda, empresas, comércio), pela história e pelas mulheres do Movimento de Mulheres da Primavera.

Segundo Halbwachs (2004), os quadros coletivos da memória não se resumem em datas, nomes e fórmulas. Ao lado de uma história escrita, há uma história viva que perpetua ou se renova através do tempo e onde é possível encontrar um grande número de correntes antigas que haviam desaparecido somente na aparência. Portanto, é possível reconhecer ao menos dois lados da memória sobre o dia 8 de março. Amparado na memória histórica, a data remete à luta de muitas mulheres em vários países, por melhores condições de vida e de trabalho, e marca acontecimentos como um incêndio em uma fábrica de Nova Iorque, em 1911, com grande número de costureiras mortas, episódio que foi incorporado ao imaginário coletivo como a origem do Dia Internacional da Mulher. Por outro lado, a memória coletiva construída em torno dessa data provocou a despolitização da data, o apagamento da luta das mulheres. Assim, a memória coletiva sobre o Dia da Mulher construída na sociedade capitalista, que transforma tudo em mercadoria, evidencia que, para grande parte da sociedade, esta data é simplesmente um dia para homenagear as mulheres, dar presentes, flores e bombons e de agradecê-las por serem esses seres castos, fortes, responsáveis pela maternidade, pela criação dos filhos, pelo marido e, ainda, trabalhadoras competentes em seus espaços de atuação (motes utilizados incansavelmente pela publicidade, em busca da venda de produtos e da reprodução dos estereótipos de gênero).

Com a realização da *1ª Romaria da Mulher* (Figura 1; Figura 2) pelo *Movimento de Mulheres da Primavera*, foi dado o primeiro passo para a desconstrução de algumas representações sobre o Dia Internacional da Mulher, evidenciando o ponto de divergência entre a memória histórica e a memória coletiva. Entendendo que a memória coletiva é moldada por grupos, no seio dos quais já foram elaboradas concepções que reinaram por algum tempo sobre a sociedade, e que esses grupos podem recuar e deixar lugar para outros, que segurarão durante certo período o cetro dos costumes e modificarão a opinião segundo novos modelos e concepções (HALBWACHS, 2004), as mulheres do movimento buscaram, por meio da encenação de fatos históricos, desconstruir a atual concepção despolitizada sobre o Dia Internacional da Mulher e sobre as mulheres representadas na comemoração deste dia.

Segundo Halbwachs (2004), se não fosse esse meio social passado sobrevivendo para nós pelas anotações históricas, se a memória coletiva não tivesse datas e definições, ou lembranças arbitrárias dos acontecimentos, ela nos seria muito mais exterior. No entanto, a relação entre a vida pessoal e a memória coletiva ocorre muito tempo mais tarde do acontecimento em si, ou seja, a alteração da memória individual e coletiva sobre o Dia Internacional da Mulher pode ter sido desencadeada na Romaria da Mulher de 2004, mas só acontece plenamente algum tempo depois, por meio da reprodução constante da memória histórica no meio social.

Figura 1 - 1ª Romaria da Mulher. *Movimento de Mulheres da Primavera*, 2004.



Fonte: Acervo do *Movimento de Mulheres da Primavera*.

Figura 2 - 1ª Romaria da Mulher (Movimento de Mulheres da Primavera, 2004).



Fonte: Acervo do Movimento de Mulheres da Primavera

A romaria do *Movimento das Mulheres da Primavera* constitui-se como um momento de envolvimento da comunidade do Bairro Primavera e da Paróquia Nossa Senhora de Fátima com as demandas defendidas pelas mulheres da organização. As

temáticas são definidas em reuniões e, geralmente, provocam uma tomada de consciência das mulheres da comunidade. Pelos documentos fotográficos da 1ª Romaria (Figura 1; Figura 2), verifica-se a participação de pessoas de todas as faixas-etárias, famílias inteiras, homens, mulheres e crianças carregando cartazes e marchando pela causa. Além da importância das temáticas, a missa e as orações são atividades que sempre atraem uma grande quantidade de fiéis.

O uso da encenação como ferramenta para explorar os temas é uma constante nas *Romarias da Mulher*. A dramatização de situações historicamente vividas por mulheres das mais diversas camadas sociais, nas mais diferentes situações, choca a comunidade e provoca a reflexão. É nesse momento da Romaria que algumas mulheres conseguem reconhecerem-se nas situações encenadas; é durante as dramatizações que, geralmente, ocorre o despertar de sua condição, conforme nos contou Edileuza Lemos (2014).

Nas duas primeiras eu não participei muito ativamente, que na época eu tinha os meus filhos pequenos, não participei diretamente da organização, por que eu não podia na época. Mas eu lembro bem forte a primeira que eu participei bem, foi assim que a gente fez, de organizar, foi na terceira romaria, se eu não me engano, que a gente fez um teatro. Foi um teatro assim, bem de improviso, que eles vieram tipo assim, dois dias antes, para eu ajudar a elaborar e a gente fez o teatro e foi um teatro bem impactante. E eu me identifiquei muito com aquele teatro, que aquele teatro fazia parte da minha história, que era sobre o alcoolismo. Sabe? Então, por que eu venho de uma situação do meu pai alcoólatra, né? E meu marido, quando eu casei, também bebia. Não chegava a ser alcoólatra, assim, compulsivo, mas ele sempre teve problema com a bebida e a gente brigava muito com isso. Então, desse dia em diante eu nunca mais me desliguei do movimento, por que eu me identifiquei com aquela cena, e eu sei que a gente emocionou muito as pessoas que tavam (sic) ali, por que quando terminou o teatro, que eu saí ali no meio de novo do povo pra continuar a caminhada, tava (sic) todo mundo, as mulheres, chorando e eu sabia que aquela era a história delas, mas elas não contam, elas não falam. Então, eu me identifiquei muito com aquilo, com esse teatro que a gente fez, por que fazia parte da minha história, era uma realidade. (LEMOS, Edileuza. Entrevista 5. [jul. 2014] Entrevistadora: Morgani Guzzo. Guarapuava, 2014).

Embora as romarias restrinjam o público para aquele ligado à religião católica, a importância dessa ação do *Movimento de Mulheres da Primavera* está, justamente, na possibilidade de provocar a reflexão da comunidade religiosa para a desigualdade de gênero e, principalmente, para a violência contra a mulher. A encenação de situações cotidianas pelas quais passam diversas mulheres no contexto do Bairro Primavera

constitui-se como uma possibilidade de identificação e confronto das mulheres com a sua própria realidade, enxergando as situações em que vivem como problemáticas e violentas, como foi o caso de Edileuza Lemos (2014). As romarias são os únicos momentos em que a comunidade religiosa do bairro se envolve diretamente nas discussões do movimento; constituem-se, para algumas mulheres, como as únicas possibilidades de “despertar” de suas condições.

Da primeira romaria em diante, o grupo de mulheres ganhou força e ampliou seu espaço de atuação e visibilidade, agregando mais mulheres interessadas em participar do movimento. Realizando a romaria anualmente, o *Movimento de Mulheres da Primavera* alcançou membros da igreja e de seu bairro e ganhou confiança da paróquia para continuar com a ação na qual a fé católica é aliada à problematização dos estereótipos e dos preconceitos sobre as mulheres. O apoio do movimento às vítimas de violência ou em situação de dificuldade, assim como a possibilidade de empoderamento das mulheres durante as reuniões e formações do movimento fazem com que muitas mulheres alcancem novas formas de identificação e pertencimento. A experiência das mulheres do movimento perante sua identidade em (des) construção, assim como o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento ao grupo é o tema desenvolvido a seguir.

3.2 Mulheres em movimento: identidades em (des) construção

A partir da organização das Romarias da Mulher, as mulheres do Bairro Primavera passaram a realizar reuniões periódicas de estudo, formando, assim, o *Movimento de Mulheres da Primavera*. Além do papel das romarias de ajudar as mulheres a “despertarem” de suas condições, a existência de um grupo que ampare aquelas que “despertaram” tornou-se essencial.

Para muitas entrevistadas, fica clara a relação que se estabelece entre a memória, a representação sobre o sujeito “mulher” (características e papéis desempenhados) e o processo de identificação pelo qual elas passam dentro do movimento, que culmina no reconhecimento de si. No processo de entrevista, perguntamos o que motivou cada uma delas a entrar no movimento, em que período essa vontade ou necessidade surgiu e que transformações a participação no movimento tem causado na sua vida. Deixamos as mulheres livres para contar, acessando memórias e buscando em exemplos pessoais,

individuais e/ou íntimos as formas de demonstrar as mudanças que ocorreram na sua forma de se perceber após sua atuação no *Movimento de Mulheres da Primavera*.

Uma das mulheres do movimento é Maria de Souza, 31 anos, casada, mãe de um menino de sete anos e secretária da Paróquia Nossa Senhora de Fátima²⁹. Em seu relato, ela demonstra o suporte emocional recebido das mulheres do movimento em uma situação crítica em seu ambiente de trabalho.

Tipo assim, a situação que eu vivi no meu trabalho, eu sofri um assalto e depois que eu sofri esse assalto, eu fiquei muito tensa e me fechei para o restante do mundo, eu queria ficar quieta em casa, não queria mais voltar a trabalhar, não queria mais voltar pro lugar onde eu fui assaltada. Apesar de eles não terem sido violentos, assim, não bateram em ninguém, mas eles chegaram armados, então eles tavam (sic) usando a violência. Então, eu me senti muito mal com isso. Mas lá no meu trabalho, ninguém veio assim, claro, todo mundo me apoiou, mas eu senti que era muito superficial: “ah, não, você vai conseguir superar”, e tal. Mas na minha casa, na minha família, ninguém queria que eu voltasse a trabalhar, todo mundo queria que eu ficasse em casa. Mas, gente, eu não achava isso certo, apesar de que era o que eu tava (sic) com vontade de fazer. E o movimento falou assim pra mim: “Não, Maria, não é isso. Você tem que enfrentar por que isso não é só você, não é um problema só teu, muitas pessoas passam por isso e nem por isso vão parar, vão deixar de viver, por causa disso. Você tem que ser firme, ser madura o suficiente para encarar isso, e superar. Você vai superar, você é forte! Você é uma mulher, você é guerreira”. Então, o movimento, nesse aspecto, o movimento me dá muito apoio [ela sorri], sabe? Pra mim (sic) saber lidar com os meus problemas e ter maturidade para enfrentar. Então é isso, na minha vida o movimento é isso. É como se fosse um suporte, para mim (sic) superar aquelas dificuldades que eu tenho no dia-a-dia, como eu falei no início. (SOUZA, Maria de. Entrevista 3. [jun.2014]. Entrevistadora: Morgani Guzzo. Guarapuava, 2014).

Maria de Souza recupera um episódio da sua vida em que o movimento de mulheres foi importante para dar força e confiança. Ao relatar que, sem o movimento, ela teria desistido do emprego, principalmente pela pressão da família, ela apresenta duas concepções sobre si: a do passado e a do presente. A Maria, antes do movimento, era uma mulher frágil, insegura, sobre quem a opinião familiar exercia grande peso. Já, a Maria do presente, é uma mulher transformada com o apoio do movimento, que a orientou para que não abandonasse o emprego e a sua individualidade, insistindo para que acreditasse em sua força como “mulher guerreira”. O recurso da memória (o que eu fazia antes e como faria

²⁹ No dia da entrevista, Maria de Souza ainda trabalhava na Paróquia. Após o assalto, ela buscou outro emprego e hoje trabalha como secretária de um escritório de contabilidade.

agora) torna-se uma maneira de perceber esses processos de transformação das mulheres do movimento. As lembranças ajudam a formar sua concepção de sujeito como parte de um grupo que as apoia e, conseqüentemente, ajuda a construir suas identidades (de mulheres “fortes”; “guerreiras”; “independentes”).

Ao utilizar adjetivos, mesmo na fala do movimento de mulheres, o relato de Maria deixa transparecer o processo de empoderamento e de conquista da confiança das mulheres que acontece dentro das reuniões periódicas e das formações. O trecho: “*Você tem que ser firme, ser madura o suficiente para encarar isso e superar. Você vai superar, você é forte! Você é uma mulher, você é guerreira*” evidencia o suporte dado pelo movimento para o processo de identificação das mulheres como sujeitos donas de sua vida, fortes e capazes de superar os obstáculos do dia-a-dia. Essa concepção empoderada de si transforma, claramente, as identificações dessas mulheres com o grupo e, conseqüentemente, as representações. O relato apresenta uma nova representação das mulheres: ao invés de “inseguras”, “fortes” e “guerreiras”. A identificação com uma representação de força das mulheres é uma das maneiras de desconstruir as representações de fragilidade e dependência que ainda circulam sobre as mulheres.

A utilização dos relatos que evidenciam o acesso à memória é importante para o processo de restauração das identidades das mulheres do *Movimento de Mulheres da Primavera*. Para elas, lembrar a forma como agiam antes de o movimento entrar nas suas vidas é necessário para avaliar as mudanças provocadas a partir de sua inserção no movimento.

A experiência de outra mulher do *Movimento de Mulheres da Primavera* demonstra que o reconhecimento sobre si a partir de novas identificações provocou mudanças na forma como ela se enxerga e como se relaciona com seu cônjuge. Elaine da Silva (2014) tem 36 anos, é casada e mãe de quatro filhos. Começou a participar dos encontros por curiosidade, mas a relação com as outras mulheres possibilitou que ela se reconhecesse como sujeito, quando a identificação que ela tinha com um “modelo” de mulher (e esposa), até aquele momento, começou a fracassar. Ao relatar uma questão cotidiana com o marido, ela pontua como antes do movimento ela reagiria e como, a partir do movimento, ela passou a se questionar a respeito das responsabilidades que ela assumia dentro da relação.

Na verdade assim, eu comecei no movimento, não que eu tivesse passado por uma situação, mas eu fui mais para conhecer. Quando eu cheguei lá e vi que era exatamente o que eu queria para mim, assim, como mulher,

mais para aprender os direitos das mulheres, por que a gente sempre fala de mulheres submissas e eu, às vezes, não que eu fosse submissa, mas tinha coisas que eu não sabia como falar, por exemplo, com o meu marido. Ele dizia “é pedra”, então era pedra. Então, através do movimento, para mim, nossa, a minha vida como mulher mudou. Eu tentei fazer com que ele enxergasse as coisas, o outro lado, que não era exatamente do jeito que ele achava que as coisas eram, que a mulher já tem que levantar de manhã, vamos dizer, no domingo, fazer o café para o marido, servir, depois lavar a louça, cuidar dos filhos e deu. Não, eu, para mim, no domingo, eu saio de manhã, vou na reunião³⁰, volto, e geralmente ele vai trabalhar no domingo de manhã e eu já deixei bem claro para ele que eu não levo o fogão, não levo nada, é só ele levantar e fazer. E acontece assim. Mas eu mudei bastante, a maneira de ver as coisas, até de eu falar com as pessoas, às vezes eu fico vendo uma mulher falando coisas que aconteceu, eu já vou lá: “Cara, não sei o que, não faça isso”. Eu já cheguei a dar livrinhos, panfletinhos assim, para elas verem como que é legal, para ir nos encontros. E assim, para mim, foi melhor ainda, quando aconteceu uma situação na minha família, com a minha irmã. Só que eu tentei levar ela pro movimento, mas ela não quis. Não quis, quis continuar naquela situação. (SILVA, Elaine. Entrevista 4. [abr. 2014] Entrevistadora: Morgani Guzzo. Guarapuava, 2014).

O relato de Elaine Silva demonstra uma mudança em sua relação conjugal, quando ela passa a priorizar as atividades do movimento, no domingo, por exemplo, e solicita uma transformação na atitude do marido, de esperar que ela faça e sirva o café da manhã, limpe e cuide dos filhos. Para ela, a mudança na forma de agir não prejudica a relação, ao contrário, ela sente-se mais segura de si, motivada, inclusive, a convidar outras mulheres para participar das atividades do movimento, “para elas verem como que é legal”.

O que ocorreu no processo de construção da identidade de Elaine (2014) foi que, em certo momento, a partir do seu envolvimento com o *Movimento de Mulheres da Primavera*, sua identificação com a esposa que fazia tudo para o marido e ouvia suas opiniões sem questionar (um modelo de esposa que se repete nas experiências das mulheres do movimento) fracassou, deixou de fazer sentido. Esse “despertar” que, segundo Bauman (2005), ocorre após alguma decepção ou fracasso, provoca uma ruptura na sensação de pertencimento a identidade que se tinha construído até então, criando a necessidade de formular outras identidades, buscar a sensação de pertencimento em grupos que compartilhem dos valores e ideais do “novo” sujeito que começa a se formar.

No relato de Maria de Souza (2014), a relação com o marido também foi afetada após a sua inserção no *Movimento de Mulheres da Primavera*. A tomada de consciência

³⁰ As reuniões do Movimento de Mulheres da Primavera ocorrem quinzenalmente nas manhãs de domingo.

que ocorre quando as mulheres começam a reconhecerem-se como sujeitos políticos é transformadora.

Com relação ao meu marido, por exemplo, eu tinha um pensamento assim, que eu tinha que fazer tudo para agradar ele. E nem sempre isso está certo. Porque às vezes eu sofria com isso, eu me autocobrava muito. E o movimento me proporcionou a entender que, eu, sim, tenho que dar a minha parcela de contribuição, mas ele também tem que fazer alguma coisa pro nosso relacionamento dar certo, e em todos os aspectos. Também na área íntima, digamos assim, me ajudou bastante a ter mais maturidade, de perceber que eu tenho que dar minha parcela de contribuição e ele também, não é só eu que tenho que a obrigação de agradá-lo, mas que ambos têm que ter essa preocupação. (SOUZA, Maria de. Entrevista 3 [jun. 2014) Entrevistadora: Morgani Guzzo. Guarapuava, 2014).

A mudança na forma como se identificam como mulheres (antes e depois do movimento), reflete todo o processo de empoderamento que ocorre durante as reuniões. A tomada de consciência de si como sujeito, resulta numa mudança substancial na forma como caracterizam as “mulheres”. Tornam-se mais donas de si, mais exigentes e mais conscientes do seu valor. O empoderamento do indivíduo afeta todas as relações, desde a criação dos filhos, o envolvimento com a comunidade, até as relações conjugais, inclusive sexuais.

Mesmo sendo sujeitos heterogêneos, as mulheres do *Movimento de Mulheres da Primavera* passam, vagarosamente, a transformar a noção e o entendimento em torno da representação das mulheres na sociedade, retirando dessa noção as restrições do caráter privado e “materno” que são, frequentemente, associados à sua condição de mulher no local em que estão inseridas. As representações sobre o que significa ser uma boa esposa, uma boa mãe e uma mulher bem sucedida também se alteram.

O contato com grupos que permitem novas identificações, também transformou a postura de Elaine (2014) com relação a sua cor³¹. Em seu depoimento, ela lembra diversos momentos em que sofreu preconceito por ser negra, tanto no trabalho, quanto na relação com vizinhos, conhecidos e até parentes. Numa das situações, antes ainda de entrar no movimento, Elaine lembra uma experiência de grande impacto que ocorreu com relação ao preconceito dentro da própria família: quando a sogra, ao falar com outra nora, referiu-se a

³¹ Tratamos da questão racial/étnica como um conceito político, na medida em que a diferença é absorvida como desigualdade, provocando hierarquias e exclusões. O reconhecimento dessa desigualdade como realidade social e política possibilita a promoção do debate e do enfrentamento efetivo do racismo.

ela de maneira pejorativa, como a única nora “nega”. Nessa época, Elaine lembra que foi o estopim para que houvesse o reconhecimento de sua identidade negra e para que surgisse nela, independente do grau de parentesco, a coragem de denunciar a sogra por racismo. Apesar dos apelos do marido, ela não fraquejou e foi até a delegacia.

Quando eu tava (sic) chegando lá no portão da Delegacia, ele chegou, de carro. [Pergunto: “aí você não fez nada?” e ela responde]: Sabe porque que eu não fiz? Tava (sic) fechada. Aí ele falou: “Você vai?”, e eu falei: “Vou, porque temos que parar com isso. Então se tem que parar, alguém tem que começar”. Eu falei: “Por que se todo mundo, ‘ah, me chamou de nego’, e pronto, nunca vai mudar as coisas. Então, me desculpe, é tua mãe? Você tá vendo a minha cor? Eu nunca vou ficar assim, nunca vou ficar igual a você, nunca vou ficar, nem que eu passe Quiboa!” [...] Sabe? Quer dizer, nesse dia eu só não denunciei nada porque tava fechada, por que se não...” (SILVA, Elaine. Entrevista 4. [abr. 2014] Entrevistadora: Morgani Guzzo. Guarapuava, 2014).

Apesar da postura de enfrentamento ao racismo de Elaine, não havia muitas discussões sobre o assunto dentro do movimento de mulheres. Foi a partir de um encontro da União Brasileira das Mulheres (UBM), em Curitiba, que Elaine foi confrontada com a situação da cor, pela primeira vez, dentro do grupo: quando as companheiras queriam que ela fosse representar o movimento junto ao grupo de mulheres negras da UBM. Essa identificação foi um “despertar” de Elaine como a representante negra do *Movimento de Mulheres da Primavera*.

Foi interessante porque foi assim: até então as meninas todas tinham cuidado de falar de negros. Quando foi uma vez lá, eu não lembro o que era que ia ter, só que eu percebi que elas tavam (sic)... elas queriam falar, mas elas tavam (sic) com medo, tipo, de me magoar ou que eu ficasse ofendida. Aí eu falei não, vou tomar a decisão né. Eu falei: “Eu represento uma mulher negra, vocês têm aqui, eu!”. Aí a Paula: “É isso que nós queria ouvir de você, porque nós tava (sic) com medo”. Eu falei: “Não, vocês vão dizer que sou loira?”. Eu fico até brava de as pessoas dizerem “morena”. Eu já deixo bem claro: “não sou morena, eu sou negra mesmo. Diga que sou negra que eu não vou me ofender”. [...] Portanto, depois que eu fui representar, em Curitiba, aí teve aquela polêmica também em 2012 da Deusa Themis, que daí fui eu, negra né. Mas no movimento, tranquilo. (SILVA, Elaine. Entrevista 4. [abr. 2014] Entrevistadora: Morgani Guzzo. Guarapuava, 2014).*

* Mantivemos o nome fictício, também, da colega do movimento citada.

Eliane (2014) conta que a participação na atividade do movimento de mulheres negras em âmbito estadual foi determinante para seu “despertar” identitário-racial como uma mulher negra. É importante considerar que o protagonismo das mulheres negras dentro do movimento de mulheres, do movimento feminista ou do movimento negro é determinante, pois evidencia duas formas de opressão e discriminação: de raça e de gênero (e, não raro, de classe). Apesar da forte presença das mulheres negras nesses movimentos, por muito tempo elas permaneceram invisíveis, assim como suas demandas. Portanto, é essencial que consideremos, nesse momento, a interseccionalidade de raça e gênero na constituição das identidades das mulheres do *Movimento de Mulheres da Primavera*.

Ao problematizar as representações sociais sobre as mulheres na sociedade e ao estimular a ruptura com o pertencimento a determinadas identidades sociais estereotipadas, baseadas em representações naturalizadas sobre a mulher – principalmente relacionadas aos papéis de esposa e mãe -, o *Movimento de Mulheres da Primavera* passa a perceber que, assim como as identidades são variáveis e dependem de processos e relações sociais que se estabelecem em diferentes momentos, os significados sobre o mundo – as representações das coisas, grupos e de nós mesmos que são compartilhadas na sociedade – são, igualmente, passíveis de transformação.

Um exemplo da naturalização da representação das mulheres ligada à maternidade, ao cuidado, está no relato de Edileuza Lemos, 44 anos, mãe de três filhos, viúva, secretária e militante do *Movimento de Mulheres da Primavera*:

Eu vejo pela minha mãe. As minhas irmãs e até minhas tias, esses dias, domingo até, elas tavam (sic) falando que não iam deixar a mãe ir mais lá em casa, ficar sozinha comigo, conversar comigo, porque diz que eu to virando a cabeça dela. Por que a primeira pessoa que eu tive que convencer que eu precisava separar, foi a minha mãe. Ela não concordava. Na família, assim, é inadmissível. Ela dizia que era assim mesmo, “veja eu” [...]. E a minha mãe ensinou assim: “É assim mesmo, veja eu, quantos anos...”, não sei o quê, “por que mulher, imagina você abandonar esses homens, eles viram mendigos, o que vai ser deles”, sabe? E não sei o quê. Aí eu dizia: “Mãe, mas eles têm tanta oportunidade de mudança, né, e não mudam, por que que tem que ser só a gente”. Então eu que tive que convencer a minha mãe, sabe, aos poucos. (LE MOS, Edileuza. Entrevista 5. [jul. 2014] Entrevistadora: Morgani Guzzo. Guarapuava, 2014).

Entre as diversas condutas que são cobradas das mulheres em um casamento, Edileuza relata a dificuldade que enfrentou com a própria família (além da comunidade, as amigas e amigos das filhas e filhos etc.) quando decidiu que iria pedir o divórcio. Além de

evidenciar como a responsabilidade de manter o casamento ainda é, principalmente, das mulheres – um peso que se carrega ao longo da vida, pois é uma conduta passada de geração para geração -, o relato de Edileuza revela a representação das mulheres ligada à maternidade e ao cuidado. Uma das maiores preocupação da mãe dela, ao não aceitar que ela pedisse a separação, era como iria ficar o marido no caso de ela deixa-lo: iria virar mendigo, não ia conseguir se virar sozinho, pois precisa do cuidado da esposa para sobreviver. Esta é outra representação muito comum nos relatos das mulheres do *Movimento de Mulheres da Primavera*. A responsabilidade não é apenas de cuidar da casa e dos filhos, mas ser o suporte, uma espécie de “mãe”, também, para os maridos.

A construção social com base em uma separação binária de espaços – masculinos e femininos -, assim como nas profissões, nos comportamentos e nas responsabilidades fica evidente nos relatos das mulheres do *Movimento de Mulheres da Primavera*. O papel das mulheres ligado aos afazeres domésticos não se altera, mesmo quando elas trabalham fora. Elaine Silva (2014), em seu relato, demonstra como as responsabilidades do âmbito privado – cuidar da casa e dos filhos – influenciaram na sua relação de autoridade para com os filhos, que supera a relação de respeito que os filhos possuem com o próprio pai.

Veja, eu tenho quatro filhos, um de 18, um de 13, uma de 7 e uma bebê que vai fazer 2 anos. Então você vê, não é fácil, ali são cabeças e pensamentos diferentes. E meu marido viaja, fica três, quatro meses fora de casa, então eu que sou mãe e pai. Eu que tenho que conversar com o meu mais velho pra ver se ele tá com problema, eu tenho que conversar com o G., com a C., ajudar em estudo, tudo, e fora a L. que depende tudo de mim, para dar banho, para trocar, tudo. E eu que tenho que conversar, tenho que brigar com eles. Tudo é eu. E até hoje ainda é assim. Por que o meu marido é um homem que assim, uma pessoa que, eles estão se matando no sofá, na sala, no quarto e ele “parem piazada” e eles não param, e ele fica ali. Ele espera, por que, não sei se é porque eu já tenho uma voz, não sei se é porque eu já falo e resolvo tudo. Ele sempre tá esperando que eu resolva. Teve uma situação agora, esses dias, que eu tava deitada no meu quarto, assistindo, e os piás lá quase se matando. E eu esperando que ele tomasse uma atitude dele como homem, como pai, ir lá e “Você já é homem, você tem 13 anos, vamos se respeitar!”. Não. Eu falei: “Você não vai lá? Você tá em casa, vai lá e dá uma...”. Eu falei: “Por que eles já conhecem eu pisar no chão, você quer ver uma coisa?”. [...] Eu falei: “Quer ver eu colocar o pé no chão e eles saberem que é eu que to levantando?”. Daí ele falou: “Nem tanto”. Aí eu falei: “Quer ver?”. Coloquei o pé no chão, bati assim... “Ai, a mãe tá vindo”. Eu falei: “Viu? Viu?” E vou lá e converso com eles. “Poxa piazada!”. Eu falo a língua deles. Pronto, cada um vai pro seu quarto, pra sua cama e dorme. E às vezes eu fico falando assim: “Você não impôs respeito, e você não falou: ‘ó, eu sou pai, você tem que me respeitar’. Você chega na casa, você diz que tá cansado, vai, toma um

banho e deita e fica lá. E eu não, eu to lá, cozinhando, fazendo comida pra eles, que a cada passo tão com fome, não sei o quê, tem alguma coisa, “mãe, vem ver uma coisa.” E tudo é eu. [...] Se eu voltar a trabalhar [fora de casa] vai ser a mesma coisa, além de eu ter que me preocupar com meu trabalho, tem a minha casa, a mesma coisa”. (SILVA, Elaine. Entrevista 4 [abr. 2014]. Entrevistadora: Morgani Guzzo. Guarapuava, 2014).

Na relação de Elaine com os filhos, a voz de autoridade que, em algumas sociedades, é naturalizada como a voz paterna é, nesse caso é da mãe. Na relação mais próxima que ela possui com os filhos, já que o marido viaja, é a ela quem possui o comando do lar. No entanto, o fato de o marido não ter iniciativa, conforme ela conta, acaba por sobrecarregá-la com as tarefas domésticas. Em suas mãos está a criação dos filhos e o cuidado da casa e, mesmo que ela volte a trabalhar fora, essa responsabilidade não deixará de ser dela. Na relação que se estabelece entre Elaine e o marido, os significados dos papéis de pai e mãe, socialmente construídos, continuam mantendo a maior responsabilidade em cargo da mãe.

Ainda com relação à diferenciação de papéis e lugares destinados a homens e mulheres, Edileuza Lemos (2014) problematiza os espaços proibidos, ainda hoje, para mulheres casadas. Segundo ela, a mulher pode ficar rodeada de homens no trabalho, mas não pode sair sem o marido para se divertir. O que ela escancara é o preconceito de gênero que a sociedade ainda tem com as mulheres. Se é casada, deve ser casta, cuidar da casa, ir ao trabalho e à Igreja. Diversão passa longe do cotidiano dessa mulher representada no relato de Edileuza. Viagens, bebidas, futebol e diversão são práticas apenas direcionadas aos maridos, aos homens.

Eu saio, eu sempre saí. Até dentro do movimento, nesse sentido, teve algumas pessoas que eu tive que explicar. Por que elas acham que, tá, a mulher pode ir e tal, mas ainda tem algumas mulheres que acham que tem coisas que as mulheres não podem fazer. E eu gosto de dançar, e eu vou em baile. Eu vou! E meu marido não me proibia. Por que eu ele viajava e eu dizia: “Eu vou no baile”. E ele: “Pode ir.” Ou só dizia: “Vai com fulana, fulano”, e eu ia, sabe? [...] Mas ele não ficava bravo, ele podia até não gostar, mas ele não me falava. Por que daí eu dizia: “Você vai jogar bola, você vai no churrasco, você vai viajar, e eu não sei o que, né, fazia excursão e tal. Você vai no churrasco, você vai jogar bola, e volta bêbado pra casa. E eu só vou trabalhar, só vou trabalhar, trabalhar, trabalhar. Então, eu vou no baile”. Só que eu não vou voltar bêbada pra casa. E eu não vou fazer nada lá. E eu não tô sozinha, eu tô com a minha irmã, sempre com alguém. Só to sem ele, mas tem alguém lá comigo, conhecido, parente. E eu não volto bêbada, eu vou lá, danço e

volto dormir. E eu dizia sempre no movimento para as mulheres: então mulher é só pra ir na Igreja, limpar a casa, trabalhar fora, por que daí ela pode trabalhar no meio dos homens, quando é pra trabalhar ela pode trabalhar no meio de bastante homens, por que no serviço não tem assédio sexual, né? Mas se ela for se divertir, sem o marido, aí ela é biscoite. Se eu posso levantar todo dia cedo com dor de cabeça, com cólica, grávida, trabalhei sempre, né? Por que eu não posso ir no baile, no sábado, se ele não pode, se ele tá lá na praia, tá há uma semana numa excursão na praia, e eu não posso ir no sábado pro baile, com a minha irmã, com a minha tia, com a minha vizinha? Mas é difícil, eles não aceitam. Não aceitam! Por isso que eu fui muito criticada. Se eu fosse uma mulher que estivesse só em casa, trabalhando, trabalhando, indo na Igreja, trabalhando, indo no Movimento e não fosse me divertir, talvez eles não iam me condenar, sabe? (LE MOS, Edileuza. Entrevista 5 [JUL. 2014] Entrevistadora: Morgani Guzzo. Guarapuava, 2014).

Edileuza (2014) explicita o preconceito que ainda existe contra as mulheres, principalmente casadas, que buscam o prazer, a diversão, que não está relacionado ao outro, mas significa a sua própria busca por autonomia e bem estar. A cobrança social - de castidade, submissão e devoção ao lar, ao marido e aos filhos – aparece nos comentários das vizinhas e dos vizinhos e, até mesmo, de familiares. No relato de Janaina Aparecida Batista, 40 anos, casada, mãe de uma menina de 12 e um menino de 3 anos, costureira, também ficam evidentes os preconceitos relacionados à mulher que busca sua independência. Para ela, além de precisar convencer a mãe e o marido da importância de estudar e de trabalhar fora, ainda era preciso ultrapassar o preconceito de vizinhos, vizinhas e familiares quando ela saía de casa para trabalhar.

A minha mãe não queria que eu estudasse. Ela sempre dizia: “vai sair da casa só quando for pra morar com o marido”. Não me apoiava, mas eu sempre quis estudar. Meu marido também não estudou, ele também não queria que eu estudasse. Mas eu fui mesmo assim. Às vezes eu chutava o balde, eu ia lá e fazia, depois eu conversava e ele aceitava. Eu tinha feito até a 4ª série, mas depois fiz o supletivo e terminei o segundo grau. Meu marido era quase analfabeto, ele nem sabia escrever o nome. Aí quando ele precisou fazer a carteira de motorista, eu ensinei ele, eu que alfabetizei ele. Aí deu tudo certo. Mas para trabalhar também é difícil. Ele não quer que eu trabalhe. Mas não é bem assim, hoje, caminhoneiro, não dá. Eu falo pra ele, a gente vai viver apertado, não precisa, se eu tenho saúde, gosto de trabalhar e posso trabalhar. Mas ainda assim às vezes é difícil, por que eu tenho meus filhos também. Quando eles estão doentes, eu já falei para o meu patrão, eles só têm eu. Então eu falto, eu largo, pra ficar com eles. Eu coloco meus filhos em primeiro lugar. Mas o meu marido, ele queria que eu ficasse só em casa. Eu não consigo. Eu nunca fui acomodada. [...] Eu sinto que às vezes as pessoas olham diferente. A gente não pode sair de casa arrumada para vir pro centro,

pagar contas ou ir trabalhar. As pessoas estranham, comentam. Eu gosto de me arrumar, eu me sinto bem. Mas eu sei que eles acham que não deveria, já ouvi comentários. (BATISTA, Janaina Aparecida. Entrevista 9. [nov. 2014] Entrevistadora: Morgani Guzzo. Guarapuava, 2014).

As experiências das mulheres do *Movimento de Mulheres da Primavera* deixam claro o fato de que, na sociedade de Guarapuava, principalmente nos bairros e comunidades mais ligadas à tradição religiosa, ainda predomina a separação de papéis de gênero. As mulheres continuam sendo cobradas socialmente para que desempenhem os papéis de mãe, esposa e dona-de-casa. A elas há muitas proibições e restrições quanto aos espaços onde podem circular. Aos homens, maridos e filhos, há uma liberdade maior, repercutindo valores que são fortemente problematizados dentro do *Movimento de Mulheres da Primavera*.

Diante da constatação da desigualdade de gênero que impera tanto em nível pessoal (nas relações familiares) quanto em nível social, as mulheres do movimento buscaram capacitar as mulheres para que elas pudessem se inserir em outros espaços, para além do lar. Os cursos de formação, as discussões em torno de textos feministas e a reflexão sobre a participação das mulheres na política auxiliaram as mulheres do *Movimento de Mulheres da Primavera* a alçar voos mais altos. A partir da Escola de Formação Fé e Política da Diocese de Guarapuava, a preocupação e o engajamento das mulheres excederam os limites da religião e passaram efetivamente à prática política partidária. É sobre este tema que trataremos a seguir.

3.3 Fé e ação política: a luta das mulheres pelo alcance dos espaços públicos

A organização anual da Romaria da Mulher, as reuniões de estudo e a mobilização das mulheres para além da Paróquia Nossa Senhora de Fátima pelo *Movimento de Mulheres da Primavera* fez com que surgisse a necessidade de formalizar as ações do grupo de mulheres do Bairro Primavera de Guarapuava.

Segundo Gohn (2010b), é usual que a organização de um movimento seja inicialmente informal e que, com o tempo, ocorra a necessidade de formalizações, o estabelecimento de funções, divisões de tarefas, cargos, criação de um estatuto etc. A pesquisadora argumenta que há também movimentos que, aparentemente, não possuem uma organização formal, mas que na realidade são estruturas rígidas, como as próprias

CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) que “[...] atuavam segundo práticas assembleísticas e não tinham uma organização formal em termos de cargos: presidente, vice-secretário etc. Entretanto, respaldavam-se na própria estrutura eclesial, na qual as hierarquias eram mantidas” (GOHN, 2010b, p. 259). No caso do *Movimento de Mulheres da Primavera*, apesar de ser composto majoritariamente por mulheres católicas atuantes dentro da paróquia, ele se pretende independente e, muitas vezes, crítico da própria Igreja.

De acordo com o relato de Joana Camargo, 36 anos, militante do movimento, advogada, casada e mãe de um menino de 14 anos, apesar de o *Movimento de Mulheres da Primavera* sempre ter tido uma organização não hierárquica de cargos, em certo momento houve a necessidade de formalização, com a criação de um CNPJ e de um estatuto que reconhecesse o movimento na área jurídica. O Estatuto Social da “Associação das Mulheres do Bairro Primavera – Movimento de Mulheres do Bairro Primavera” data de 02 de junho de 2009.

Para a formalização do movimento também. Quando eu vim para cá, quando eu conheci o movimento, elas já se reuniam, faziam a romaria, faziam ações do movimento há muitos anos, já tinha lá, 5 ou 6 anos que elas faziam isso. Só que elas não tinham um estatuto, não tinham um CNPJ, não tinham uma organização formal, não existiam juridicamente. Era um movimento, mulheres que se reuniam e faziam; era muito ligada à igreja, dependente da Igreja, como se fosse uma pastoral, até, na época, que tinha como principal evento a Romaria da Mulher. Hoje ela já tem um papel bem maior, bem diferente, e existe juridicamente, tem lá seu CNPJ, faz suas arrecadações, foi declarada de utilidade pública pelo município, ainda tem a declaração do Estado [...]. Mas ela está apta a fazer projetos. Eu acho que a minha contribuição foi nesse aspecto. [...] Na verdade, nós sempre pensávamos assim, como é que o movimento vai se manter? Nós temos gastos, a gente gasta com papel para fazer a formação, deslocamento... como que o movimento vai se manter? Não tinha. Era mais a contribuição das próprias mulheres, e tal. E nós pensamos assim: se a gente conseguir fazer um projeto, conseguir recursos da Receita Federal, que sempre tem, ou um projeto da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, a nacional, então a gente vai ter um andamento desse projeto, do movimento. Mas para isso precisa existir no mundo jurídico. Então precisava ter um CNPJ, pra ter um CNPJ precisava ter um estatuto, que é como um contrato social de uma empresa, precisava ter uma diretoria e nós fizemos a eleição da primeira diretoria, cada uma ficou responsável também por uma área de formação, divulgação. Mas essa formalização aconteceu muito mais para isso, do que efetivamente, não tinha assim, presidente, sempre foi como é até hoje, uma coisa mais organizada no coletivo, cada uma tinha a sua função, mas sem hierarquia. A formalização aconteceu justamente para isso, para tentar existir no mundo jurídico, tentar conseguir recursos para viabilizar os projetos de formação, nesse aspecto. (CAMARGO,

Joana. Entrevista 7. [nov. 2014] Entrevistadora: Morgani Guzzo. Guarapuava, 2014).

A necessidade de formalização do movimento ocorreu por uma série de questões, inclusive de disputa política, envolvendo uma das militantes do movimento da política partidária. Segundo Joana, essa necessidade surgiu quando a atuação das mulheres já alcançava espaços da política partidária - quando a então militante Eva Schran de Lima já ocupava uma cadeira na Câmara de Vereadores de Guarapuava. Em entrevista, Paula Santos, 27 anos, contadora, acadêmica de jornalismo, casada, sem filhos, também fala sobre o processo de formalização do *Movimento de Mulheres da Primavera*, evidenciando que a institucionalização do mesmo tornou-se necessária após um episódio de exclusão do movimento da lista de entidades que iriam compor o Conselho da Mulher.

O estatuto foi organizado e tudo mais para a gente poder fazer convênios, pra gente poder ter legitimidade de participação e decisão em alguns meios. Primeiro de tudo a intenção era que a gente conseguisse recurso para a manutenção de alguma coisa, mas a gente nunca, nem tentou, recurso de nenhum lugar. Mas a primeira possibilidade concreta foi um convênio com a Unicentro para cursos de inglês lá no bairro, por que precisava de uma entidade e tudo mais e a entidade parceira foi o Movimento de Mulheres. [...] O segundo ponto que eu achei que foi assim, um dos mais, foi a participação no Conselho Municipal da Mulher. A partir do momento que a gente teve CNPJ e tudo mais, na época foi o Antenor, vereador, que fez uma alteração na lei do conselho para incluir novas entidades. Só que nós não estávamos incluídas dentro das novas entidades que eles estavam propondo. E como a Eva era vereadora na época, foi para votação e ela leu as entidades e viu que o movimento não tava lá e pediu vistas, que fala, na época, para incluir o movimento. Aí conversou com ele que era o autor da lei, ele incluiu e o Movimento começou a fazer parte do Conselho Municipal da Mulher. Só que nesse momento teve um episódio interessante, por que as entidades que faziam parte antes fizeram uma carta de repúdio às entidades que estavam sendo inseridas nessa lei nova. Que primeiro não tinha sido conversado com o pessoal do Conselho [...] e que não eram entidades tão representativas assim, e que ninguém ia participar... Então, teve essa carta de repúdio, mas não adiantou nada, a gente continuou participando, mesmo que hoje o Conselho tá bem parado, mas a gente tem cadeira de titular e suplente dentro do Conselho. Então, você ter um CNPJ, você ter essa organização te legitima enquanto organização social dentro desses círculos. (SANTOS, Paula. Entrevista 8 [nov. 2014]. Entrevistadora: Morgani Guzzo. Guarapuava, 2014).

A disputa política e a carta de repúdio quanto à participação do *Movimento de Mulheres da Primavera* na lista de entidades que compõem o Conselho Municipal da

Mulher revelou a necessidade de institucionalização e de publicização da ação das “mulheres da Primavera”. Era preciso, nesse momento, criar maneiras de “aparecer” de modo mais amplo perante a sociedade – fora do Bairro Primavera. Por isso, nessa época, foi criada uma identidade visual e um veículo de divulgação das ações do movimento. Paula Santos (2014) conta sobre a ideia da logomarca e do *blog*.

E foi logo depois dessa lei que nós decidimos criar uma identidade visual para o Movimento de Mulheres, que é a logo [logomarca]. E eu lembro que a nossa intenção era que o destaque não fosse uma imagem, que fosse o nome mesmo, e que o destaque fosse “mulheres” e “primavera”. Por que só isso já bastava, saberiam que era a gente. [...] Então a gente resolveu essa identidade visual. Lilás, né, por toda a história do lilás, não é rosa nem azul, para a gente iniciar um blog. Por que nós pensamos no blog por que a Alana ia tentar o mestrado na época e nós não tínhamos registros de nada do movimento e ela queria estudar a questão histórica do movimento, não sei a abordagem, mas era uma abordagem de educação, não sei qual que era. [...] E a mulher falou assim: “Mas não, como você quer estudar a história, a educação não formal, não escolar, se eles não tem registros, não tem nada?”[...] Aí a gente, não, vamos começar a escrever, vamos colocar. E a gente começou a fazer o blog para fazer contato de reunião, contato de que teria tal coisa, que as mulheres participaram em tal lugar, por que a gente sabe que botou na internet, alguém sempre vai achar. Então, foi mais por isso que a gente fez o blog. (SANTOS, Paula. Entrevista 8 [nov. 2014]. Entrevistadora: Morgani Guzzo. Guarapuava, 2014).*

* Nome fictício

A utilização de um *blog* como meio de comunicação alternativo é importante para os movimentos sociais e entidades civis, tanto para publicizar/dar visibilidade às suas demandas quanto para disseminar conteúdos alternativos àqueles abordados pelos grandes veículos de imprensa. Os jornais ou revistas alternativos (muito importantes, principalmente, em períodos ditatoriais) fizeram o que, agora, os *blogs* e *sites* independentes fazem com grande facilidade: produzir conteúdo de baixo custo, com olhar diferenciado daquele dado pela mídia hegemônica. Segundo a socióloga Maria da Glória Gohn (2010a), os espaços comunicacionais são estratégicos para os movimentos sociais.

A internet tem sido o grande meio/veículo articulador de ações coletivas e movimentos sociais. Ela possibilitou a criação de redes virtuais que viabilizam conexões de grupos que nunca se encontraram fisicamente de fato. A internet e outros meios das novas tecnologias informacionais possibilitam não apenas a conexão e estruturação das ações, mas eles têm sido os grandes agentes divulgadores das informações, alimentadores das

ações e reações em cadeia, em tempos recordes. (GOHN, 2010a, p. 149-50).

O *blog do Movimento de Mulheres da Primavera*³² (Figura 3) foi criado em 2011. A primeira, do dia 5 de julho de 2011, é o lançamento da logomarca e do *blog*. Em suporte gratuito, são divulgadas as principais atividades em desenvolvimento pelo movimento, além de alguns textos e informações de interesse das mulheres e de quem acompanha suas lutas. Ali também são postadas poesias escritas pelas mulheres, agenda de atividades e a estrutura e as funções de liderança desempenhadas por cada membro.

Figura 3 – “Bem-vindas”, postagem de lançamento da logomarca e do *blog*.



Fonte: *print screen do Blog do Movimento de Mulheres da Primavera*³³.

A divulgação das atividades, tanto pelo *blog* quanto pelas redes sociais³⁴, contribuiu sobremaneira para a visibilidade do *Movimento de Mulheres da Primavera*. No entanto, foi

³² Disponível em: <http://mulheresdaprimavera.blogspot.com.br/>. Acesso em 14/02/2014.

³³ Disponível em: <http://mulheresdaprimavera.blogspot.com.br/2011/06/bem-vindas.html>. Acesso em 18/12/2014.

³⁴ O Movimento também lançou uma página no site de relacionamentos Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Movimento-de-mulheres-da-primavera/296061293777895?fref=ts> Acesso em 18/12/2014.

a atuação de uma das militantes, Eva Schran de Lima, na política partidária, que deu a maior contribuição para o aumento da visibilidade das ações do movimento.

A inserção das mulheres do movimento no mundo da política partidária, sua formação e participação, ocorreu, em um primeiro momento, dentro da própria Igreja, a partir do envolvimento de algumas das militantes na Escola de Formação Fé e Política.

As Escolas de Formação Fé e Política surgiram a partir dos novos rumos da Igreja após o Concílio Vaticano II, momento em que foram escritos alguns documentos, principalmente a Constituição *Gaudium et Spes*, que alterou a forma como a Igreja se relacionava com o mundo e com a política e colocou as bases para uma inserção da Igreja na sociedade. De acordo com Antônio Aparecido Alves (2013), no que diz respeito à formação sociopolítica, esse documento acentua a necessidade de uma “[...] educação civil e política [para que] todos os cidadãos possam desempenhar o seu papel na sociedade” (ALVES, 2013, p. 113). Para este autor, as Escolas de Formação Fé e Política têm uma historicidade particular:

[...] Sua novidade é a forma de equacionar e articular essa formação, procurando responder às demandas do momento histórico, de acordo com uma reorganização interna dos movimentos sociais na década de 1990, na linha de um movimento cívico pela ‘ética’ e pela ‘cidadania’ a partir da fé cristã (ALVES, 2013, p. 111).

Segundo Alves (2013), a mobilização popular em torno da Assembleia Constituinte, iniciada em 1986, e a “década das lutas cívicas pela cidadania”, com movimentos sociais centrados na ética e em questões humanitárias em 1990, foi o que desencadeou a criação de Escolas de Formação Fé e Política nas dioceses brasileiras. Para ele, estas escolas não são propriamente um lugar geográfico, mas uma categoria da realidade,

[...] que deseja intervir positivamente na tessitura social, preparando novos atores sociais, pois elas respondem a uma demanda de capacitação política, para que as novas mediações sejam utilizadas para expressar uma fé ativa e viabilizar o bem comum em um novo contexto social. [...] [As Escolas de Formação Fé e Política] destacam-se por seu propósito de propiciar uma educação política mediada por princípios da fé cristã, tendo dessa maneira um referencial bíblico, espiritual e teológico (ALVES, 2013, p. 121).

Em Guarapuava, a Escola Diocesana de Formação Fé e Política foi fundada (juntamente com mais oito Escolas em todo o país) por influência da Campanha da Fraternidade de 1996, cujo tema era Fraternidade e Política. Após a fundação dessas escolas, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) entrou em contato com elas para realizar o “Seminário Nacional de Fé e Política” em 2004. Como resultado dessa iniciativa, fundou-se o Centro Nacional de Fé e Política, tendo como patrono Dom Helder Camara.

Ao apresentar as Escolas de Formação Fé e Política, torna-se importante evidenciar que algumas das mulheres que organizavam a *Romaria da Mulher* todos os anos, estavam também inseridas nesse contexto de formação política da Igreja. Assim, foi uma consequência que a preocupação com a política se desenvolvesse também dentro do próprio movimento de mulheres.

A participação das mulheres na política partidária é ainda muito recente e desigual, e a própria Igreja, durante séculos, foi contrária à inserção das mulheres no âmbito público. De acordo com Maria Isabel da Cruz (2013), a participação da mulher na própria Igreja é algo recente, datado do início do século XX. Ela constata que, apesar de documentos eclesiais tratarem da problemática da mulher, não significa que a igreja tenha sido favorável à sua luta e organização. Ao analisar vários documentos, a autora observa que a igreja reafirma que o papel das mulheres é ser “esposa e mãe no contexto da família”. Da mesma forma, o mundo do trabalho não é para a mulher, pois as mães de família devem trabalhar em casa. Com relação à política, Cruz (2013) destaca que, em 1950, o papa Pio XIII teve um posicionamento que incentiva o voto das mulheres, mas isto se deu devido à disputa por um novo modelo de sociedade, entre o capitalismo e o comunismo, e diante do medo do triunfo comunista. O marco do Concílio Vaticano II é lembrado pela autora devido à publicação de vários documentos que abordaram a temática das mulheres. No entanto, segundo ela, apesar dos documentos oficiais manifestarem que a discriminação contra a mulher contradiz a vontade de Deus, a influência patriarcal prevaleceu ainda durante anos no seio da igreja.

A Conferência de Medellín, segundo Cruz (2013), exerceu enorme influência na elaboração da “teologia feminista latino-americana”, uma leitura renovadora a partir das experiências das mulheres, que começaram a participar como sujeitos no trabalho teológico. A partir do novo olhar de uma Igreja voltada para os pobres, as mulheres começaram a adentrar nos espaços antes reservados somente aos homens, por meio da

reflexão e do debate da Teologia da Libertação e na participação nas CEBs. (CRUZ, 2013, p. 198)³⁵. Apesar dos avanços, Cruz (2013) conclui que ainda há uma resistência, muitas vezes das próprias mulheres, em disputar cargos e posições de liderança. A questão principal está na insegurança que elas possuem diante de concorrentes do sexo masculino e do receio de não serem boas o suficiente – características em muito ligadas aos processos de socialização que sempre colocaram as mulheres como o sexo frágil, incapazes de cuidar de assuntos “sérios” de negócios.

Em Guarapuava, o receio e a insegurança foram sentimentos que apareceram durante as formações do *Movimento de Mulheres da Primavera* e na posterior candidatura de uma representante do movimento a um cargo público. A partir da criação da Escola de Formação Fé e Política e do Projeto pelo Bem Comum, desenvolvido no Bairro Primavera, a comunidade passou a se envolver mais na política partidária³⁶.

Segundo Eva Schran de Lima & Priscila Schran de Lima (2013), este projeto tinha como objetivo capacitar cristãos leigos e leigas para que pudessem concorrer a cargos públicos na Prefeitura de Guarapuava. A formação política realizada dentro do projeto possibilitou não só a capacitação de futuros líderes comunitários ou candidatos políticos, mas também teve extrema importância na formação de eleitores mais conscientes do papel do voto numa sociedade democrática.

O estímulo de um dos padres e de uma irmã da comunidade - o Pe. Sercio Ribeiro Catafesta e a Freira Hulda Lia Francener (conhecida como Irmã Lia) -, que investiram em formação bíblica, eclesiológica, cristológica e política, foi importante para despertar o comprometimento político e cristão de seus paroquianos.

Foi um período de muito envolvimento na Paróquia Nossa Senhora de Fátima, as formações eram voltadas para a Doutrina Social da Igreja, opção preferencial pelos pobres, Comunidades Eclesiais de Base e movimentos sociais. Foi uma ebulição de pessoas querendo envolver-se. O Pe. Sercio animava as formações com sua gaita e as lideranças eram presença com as pastorais para unido e forte o rebanho. Na época, as coordenadoras eram Eva Schran de Lima, Roseli Niedjvieski e Dalmice de Paula Drevinski. (LIMA & LIMA, 2013, p. 226).

³⁵ As CEBs abriram espaço, segundo Cruz, para as mulheres expressarem sua fé, exercerem liderança, e participarem de espaços de decisões e de coordenação, organizando atividades festivas, celebrações, escrevendo documentos e reflexões e contribuindo para incentivar outras mulheres a despertar para seu novo papel dentro da vida da Igreja. (CRUZ, 2013).

³⁶ O Projeto pelo Bem Comum é um projeto desenvolvido dentro da Escola de Formação Fé e Política, mas no âmbito da Paróquia Nossa Senhora de Fátima, do Bairro Primavera. O projeto tem como objetivo escolher um ou uma representante da comunidade cristã do bairro (por meio de plebiscito) para concorrer nas eleições municipais a uma vaga na Câmara de Vereadores.

Segundo Lima & Lima (2013), o pensamento político das lideranças da comunidade foi amadurecendo, resultando em um regulamento do projeto político, contendo alguns princípios para a ação, tais como “ter como princípio norteador e decisivo o BEM COMUM”; “Valorizar em primeiro lugar a dignidade da pessoa humana”; a candidatura deve ser “do projeto, da comunidade, não devendo prevalecer a vontade do pré-candidato sobre a força da comunidade”, entre outros (LIMA & LIMA, 2013). O cumprimento desse regulamento tornou-se condição básica para o interessado concorrer ao plebiscito para a escolha do representante do bairro para as eleições.

O primeiro plebiscito que escolheu o representante do Projeto pelo Bem Comum do bairro Primavera nas eleições para vereador de Guarapuava ocorreu em 2004. Objetivando a união no bairro, a escolha do candidato foi feita entre as pastorais e na celebração da missa na Paróquia Nossa Senhora de Fátima. Mesmo sem a vitória naquela eleição, o projeto continuou forte e, em 2008, as mulheres do *Movimento de Mulheres da Primavera*, já organizadas há quatro anos, viram a oportunidade de adentrarem em um campo importante para a sua luta: a política partidária.

De acordo com Lima & Lima (2013), nas eleições municipais de 2008, havia quatro homens interessados em serem candidatos a vereador pelo Bairro Primavera. No entanto, as lideranças femininas do bairro, mulheres leigas cristãs envolvidas na Romaria da Mulher, questionaram por que não havia mulheres com vontade política. Assim, convidaram uma das integrantes do movimento, com experiência em liderança dentro da paróquia, Eva Schran de Lima, para concorrer ao plebiscito que escolheria a pessoa que representaria a comunidade nas eleições. O jornal *A Notícia do Centro-Oeste* (2007), publicou a matéria “Eva e Gilson, quem terá a preferência do eleitor?”, na qual os candidatos da Consulta Popular apontam seus objetivos como representantes do Bairro Primavera nas eleições de 2008 (Figura 4).

Figura 4 – “Eva e Gilson, quem terá a preferência do eleitor?”

18 a 24 de agosto 2007

| GERAL

A NOTÍCIA | 9

Eva e Gilson, quem terá a preferência do eleitor?

A reportagem do jornal A NOTÍCIA, ouviu os candidatos, Gilson e Eva. Na entrevista, ambos manifestaram o porque, do desejo de participar do processo da Consulta Popular; que irá apontar o nome de um deles, para concorrer ao cargo de vereador; como representante da comunidade do Bairro Primavera, nas eleições municipais do ano que vem.



Gilson Luiz Siqueira

“ Moro no bairro Primavera há 38 anos, nesse tempo, tenho uma vida política em comunidade. Participo sempre como igreja, sei que deve ser fundamental para o político de hoje, ser cristão antes de qualquer coisa, para que esteja em constante preocupação com o outro, isto é, o nos-

so irmão”, considera Gilson.

O candidato diz ter consciência, que para haver mudanças e para que projetos sejam executados é preciso ter um representante dentro da Câmara Municipal.

“Tenho visto ao passar dos anos, que a política vem se tornando apenas interesse de poucos, ou para alguns, o interesse é para o bem próprio. Esta consulta popular, será de máxima importância, neste dia os moradores da Primavera, poderão de forma democrática, manifestar a sua vontade escolhendo o seu pré-candidato a vereador em outubro do ano que vem. Coloco o meu nome, apreciação do nosso povo, para saber seerei o representante da minha comunidade no Legislativo guarapuavano”

Gilson reconhece a importância deste projeto, “tenho certeza que, não apenas estamos oferecendo para as pessoas o direito de escolher seu candidato, mas também a oportunidade de nos questionarmos, a realmente ser um candidato. Se eu conseguir este privilégio de ser o escolhido, serei um funcionário do povo e também desse projeto, fazendo juntos a escolha do partido e definindo projetos para serem executados na Câmara, dando sustentabilidade para o futuro vereador. Quero que nos dias em que o projeto for votado na Câmara Municipal, a comunidade esteja marcando presença, no Plenário. Certamente será uma grande força contra qualquer um, que não quiser aprovar os nossos projetos. Estes projetos, vão ser elaborados pela nossa comunidade, para atender as necessidades do bairro e comunidades do interior. Também ajudando a fiscalizar, como se fossem mais vereadores me apoiando”, pretende.

Segundo Gilson, a equipe política possui pessoas comprometidas com a igreja e o bairro. “Essa equipe, vai exigir a responsabilidade e o meu compromisso assumido perante essa comunidade”, observa.

Para finalizar, Gilson deixa a sua mensagem, “nas pequenas atitudes, mas fazendo sempre o melhor em prol da comunidade, que nos tornamos grande”. Por isso estou selando o meu compromisso pela igreja, pelo projeto o bairro Primavera às comunidades do interior e também por Guarapuava”, finalizou.



Eva Schran

A candidata Eva Schran declarou, “através da observação e da vivência com a realidade do bairro Primavera, desde seu início sempre participei dos grupos de reflexão e vivência, catequese de crianças, jovens e adultos, Legião de Maria, Copae, CPP, Pastoral da Criança. Com as famílias desenvolvíamos planos para melhorar a nossa qualidade de vida e as relações de trabalho do bairro e do interior”.

Eva falou o que sempre a motivava era a indignação frente às injustiças e a esperança de mudar. “Ainda hoje, são esses valores que me motivam e em união com as mulheres do grupo Mulheres em

ação do Bairro Primavera, decidi trabalhar em prol do projeto e colocar a disposição de todas e todos os cuidados maternos e femininos nas relações políticas. É uma prova de confiança de mulher para mulher, porque conhecemos a nossa capacidade. Hoje, ano de 2007, o nosso bairro tem a oportunidade de decidir em conjunto e escolher uma pessoa para melhor representar os interesses do povo frente a Câmara dos Vereadores. Acredito piamente no projeto, porque compreendo que o meu nome é dado a disposição de todos os moradores do bairro Primavera, para junto comigo expressarmos as nossas vontades, os nossos sonhos e planos para um bairro Primavera melhor”, salientou e continuou, “a minha indignação e esperança faz com que eu diga com todas as letras que: O MANDATO NÃO SERÁ MEU, O MANDATO SERÁ DAS MORADORAS E DOS MORADORES DO BARRIO PRIMAVERA. O meu papel, será trazer as decisões da Câmara para discutir e decidir em conjunto com a comunidade e levar os nossos projetos para votação, também em conjunto”, prometeu Eva Schran.

“Juntos construiremos a nossa dignidade, o espaço popular para as tomadas de decisão da nossa polis (do grego: cidade), juntos faremos política, ou seja, governaremos em unidade para o bem comum. É o começo de uma nova história, que será escrita pela mão de cada cidadã e cada cidadão, que acreditarem e agir em conjunto, pois um sonho sonhado sozinho é apenas um sonho, mas um sonho sonhado em conjunto é realidade”, considera Eva Schran.

Crerios

Foi organizado um elenco de critérios para a escolha de candidato a vereador que irá representar a comunidade no processo. O documento é composto de 12 itens que deverão ser observados e obedecidos pelo aspirante.

O documento em seu item I determina a criação de uma equipe de campanha, composta de um representante do candidato, o padre Pároco da Igreja Nossa Senhora de Fátima e os membros ativos da Pastoral Política. A eles foi designado observar que os critérios da campanha sejam cumpridos, organizar as eleições e levar o andamento da campanha ao Conselho Paroquial. O Artigo III estabelece que o período da campanha ocorra durante todo mês de agosto corrente, como também determina que a campanha termine no último dia do mesmo mês. No Artigo XI fica estabelecido, que a consulta popular, ocorrerá no próximo dia 2 de setembro. O artigo XII do documento sentença, que o candidato, que não alcançar êxito ao resultado final desta consulta popular, se compromete não se inscrever como candidato a vereador nas eleições do ano que vem.

Salão de Beleza
Casturina

hidratação / queratina
escova progressiva, corte de cabelo,
escovas, tintura, relaxamento,
sobrancelha
manicure e pedicure
unhas de porcelana
depilação
maquiagem

Atendimento com hora marcada
3623-6601 / 8604-2017
Rua XV de Novembro - 3733

PIZZARIA

BONA BONNYE

(42) 3622-2649

Rua Vicente Machado - 2028

AUTO PEÇAS NOVO MILÊNIO

Peças para automóveis,
caminhões e tratores em geral
(42) 3624-1160 / 3624-6451

AUTO PEÇAS NOVO MILÊNIO

Av. Manoel Ribas - 4129
Conradinho

MI CORES
CONFECÇÕES

Confecções de uniformes
profissionais, escolares e
esportivos.

Jalecos para empresas
Criações com arte e estilo,
com o menor preço, qualidade
e rapidez na entrega

3622-6336
Rua Barão do Rio Branco - 1367

ORGULHO Gaúcho

Locação e confecção
de Pilches e Acessórios

(42) 3629-1695
Rua João Fortcamp - 429 - Primavera

A escolha de Eva como candidata do Bairro foi abordada pelo *Jornal dos Bairros de Guarapuava* (2008) (Figura 5), que também deu destaque para o Movimento de Mulheres e da Romaria da Mulher (Figura 6). Após o plebiscito local, a candidata a vereadora passou a representar não só o *Movimento de Mulheres da Primavera*, mas o Bairro Primavera nas eleições de 2008.

Figura 5 – “Um projeto político sobre os alicerces da União”

Jornal dos Bairros de

Guarapuava

fevereiro/2008

Um projeto político sobre os alicerces da união



Empresária contabilista Eva Schran, discute solução aos problemas do bairro.

peessoa, escolhida pela comunidade, através de uma consulta popular, incluindo nisso trabalhos junto as pastorais, movimentos de moradores, escola e associação, foi decidido que fosse um morador do bairro para representar na Câmara Municipal.

Através deste projeto, o candidato escolhido na época teve uma votação expressiva e animadora para a comunidade, mesmo não tendo sido eleito. Neste mesmo ânimo, e com uma participação ainda maior, foi decidido em 2004 em assembléia de moradores que esse projeto político deveria continuar.

O intuito desse projeto é e unir forças em prol de escolher uma única pessoa representando o bairro, por isso há uma articulação entre a igreja, as pastorais, movimentos, associação de moradores, empresários e comunidades rurais.

Além disso, o projeto defende um processo eleitoral baseado em princípios cristãos e éticos, promotor de uma nova cultura política.

Para participar desse projeto os pré-candidatos devem cumprir alguns critérios, entre eles: ser morador do bairro, ser um participante ativo das formações de fé e política, apoiando o candidato da consulta popular.

Dos cinco candidatos inscritos na assembléia popular de 2 de setembro do 2007, no decorrer dois decidiram apoiar projeto e não participar do plebiscito e dois candidatos optaram por desistir por questões políticas, assim permaneceu a pré-candidata Eva Schran de Lima empresária contabilista, moradora do bairro há 25 anos e plena correção ética e moral e incansável lutadora pelas melhorias do Primavera, tendo como destaque sua participação ativa junto a comunidade e pelo Movimento de Mulheres do Bairro Primavera, onde encontra sua verdadeira vocação.

Por ser um bairro de grande porte e um dos mais importantes em termos de votantes e os moradores sentir-se sem representantes, em 2002 foi iniciado o Projeto Político da Primavera para a escolha de uma

Fonte: *Jornal dos Bairros de Guarapuava*, ano 2, nº 3, p. 11, Guarapuava/PR, Fevereiro de 2008.

Figura 6 – “Movimento da mulher propõe valorização da pessoa”

11

Movimento da mulher propõe valorização da pessoa



Com a idéia de valorizar ainda mais a participação feminina nas organizações da comunidade, surgiu no Bairro Primavera a realização da Romaria da Mulher que este ano no dia 09 de março estará completando sua 5ª edição, do sucesso de um evento que vem acontecendo desde 2004 época do primeiro encontro, com o tema “No teu olhar mulher a esperança de um novo dia”.

A Romaria relembra a histórica luta das mulheres, as dificuldades, as conquistas e o papel participativo da mulher na sociedade. Trazendo a memória o dia 08 de março de 1857, em que operárias de uma fábrica de tecidos de Nova Iorque nos Estados Unidos, fizeram uma grande greve com ocupação da fábrica reivindicaram melhores condições de trabalho, tais como redução na carga horária diária de trabalho para dez horas – quando nesse tempo as fábricas exigiam 16 horas de trabalho diário – e equiparação de salário com os homens, quando as mulheres recebiam somente 1/3 do salário dos homens na execução do mesmo tipo de trabalho. Essa manifestação foi reprimida de tal forma que as mulheres foram trancadas dentro das dependências da fábrica sendo logo incendiada. Resultando na morte de 130 tecelãs que foram carbonizadas num ato totalmente desumano.

Tudo esta sendo preparado da melhor maneira para o grande encontro deste ano em março, para isso o movimento todos os meses se tem reunido para seu planejamento e discutir as ações, assim como problemas e soluções para o bairro, entre eles a urgência na saúde, a falta de novas creches, necessidades em relação ao meio ambiente e seus possíveis impactos, condições de trabalho, dignidade da mulher e participação popular.

Uma das grandes bandeiras de luta defendidas pelo movimento, além do projeto político, é a revitalização do Rio Primavera/Xarquinho, onde o ano passado foi feito um trabalho de conscientização ambiental nas escolas e no dia 8 de novembro os moradores do bairro, reuniram-se para limpar o rio, plantar mudas de árvores e flores e também realizar visitas às famílias que residem na beira do rio.




Fonte: *Jornal dos Bairros de Guarapuava*, ano 2, nº 3, p. 11, Guarapuava/PR, Fevereiro de 2008.

A definição pela filiação da candidata ao Partido Humanista da Solidariedade (PHS) também foi tomada de forma coletiva e se deu, segundo Lima & Lima (2013) “por este partido não ter envolvimento com os políticos da velha cultura política e por terem

valores cristãos” (LIMA & LIMA, 2013, p. 228)³⁷. Da mesma forma, a organização dos rumos da campanha foram tarefas feitas coletivamente, com o grupo de mulheres. Nas entrevistas realizadas, muitas das militantes apontam esse processo como um dos maiores passos dados pelo Movimento de Mulheres. O desconhecimento sobre as regras de uma campanha política, a dificuldade da campanha e, até mesmo, o fato de estarem tentando eleger uma mulher de um bairro periférico que, além de tudo, não tinha nenhuma ligação com as famílias de tradição política da cidade, foram apontados como os principais desafios. No entanto, tratava-se de um processo importante na luta por emancipação e visibilidade. As mulheres entrevistadas contam que precisaram de união e tudo foi feito voluntariamente na campanha. O relato de Angela Godoi (2014) evidencia esse processo.

[...] Pensamos em lançar uma mulher como candidata para representar as causas das mulheres, dentro do movimento, aí fomos nos reunir para estudar, mas quem? Vamos indicar quem? Sabíamos que precisava, mas não sabíamos quem. Aí foi combinado de ir falar com a Eva [Schran de Lima] por ela ter sido coordenadora do CPP [Conselho da Pastoral Paroquial] e do COPAE [Conselho Para Assuntos Econômicos], por ela já ter feito parte de algum cargo dentro da paróquia, então a gente via que ela era uma pessoa que já estava mais acostumada a lidar com mais gente, com liderança mesmo. [...] Aí nós fizemos a campanha, mas veio aquela questão: como? Não temos dinheiro, não temos nada. Aí fomos, insistimos, porque ela não queria, teve toda uma conversa e tudo, até que ela aceitou. Aí na hora de trabalhar, como vamos fazer? Fizemos tudo voluntário, todo o trabalho da eleição da Eva como vereadora, foi tudo voluntário. As mulheres do movimento iam todo o domingo, trabalhavam a semana inteira e no sábado, quem podia, ou se não o domingo inteiro fazendo campanha voluntária nos bairros, a maior parte, a concentração mesmo foi no nosso bairro e redondeza. [...] Aí conseguimos eleger ela para representar o bairro e era uma representante do movimento de mulheres né, das queixas do movimento, aí sim o movimento ficou mais forte ainda. Nesse período, tinha até um dizer que todos usavam, que foi usado na romaria e foi usado na campanha que era “Sei o meu valor, acredito nas mulheres”, porque até então as pessoas diziam que não podiam votar em mulher, porque chegava lá e não ia ter voz ativa, que ia ficar com medo, que a mulher não sabia lidar com essas questões, era até mesmo fala de outras mulheres, aí escolhemos esse dizer para mostrar que uma mulher, se fosse, ela conseguia. Aí conseguimos eleger ela. (GODOI, Angela. Entrevista 2. [abr. 2014]. Entrevistadora: Morgani Guzzo. Guarapuava, 2014).

O resultado das eleições foi a vitória da candidata do Projeto pelo Bem Comum e representante do *Movimento de Mulheres da Primavera*, com 1.851 votos. O fato de Eva

³⁷ Site oficial: <http://phs.org.br/>. Acesso em 12/12/2014.

Schran de Lima ter sido a sétima mulher eleita vereadora na cidade de Guarapuava em 190 anos revela a dificuldade de participação das mulheres na política partidária.

A vitória nas eleições de 2008 ampliou a visibilidade do movimento e deu mais “corpo” para as ações, segundo as mulheres entrevistadas. Além da Romaria que é realizada todos os anos desde 2004, as atividades de capacitação para mulheres da cidade e região e os cursos ofertados gratuitamente, outras bandeiras políticas e sociais foram sendo desenvolvidas pelo *Movimento de Mulheres da Primavera*. A questão da identidade social de cada uma das mulheres precisou ser trabalhada dentro das reuniões, a formação sobre a história das lutas feministas e dos movimentos de mulheres também fez parte da base para que as mulheres envolvidas no movimento tivessem, cada vez mais, consciência do papel a ser desempenhado na sociedade.

A participação de mulheres na política partidária constitui-se de uma das três bandeiras defendidas pelo *Movimento de Mulheres da Primavera*, mas ocorre após um longo período de formação dentro do próprio movimento. De acordo com uma das militantes, Joana Camargo (2014), a ideia de formação leva em consideração a inserção de mais mulheres na política, ou mesmo de homens que levem em consideração a pauta das mulheres, mas também vai além disso. A participação das mulheres seria um dos últimos passos, depois das mulheres passarem por um processo de formação mais amplo e complexo.

A formação vai além disso, ela é maior. Primeiro a gente tem que tratar da autonomia financeira, da autonomia psicológica da mulher, da autonomia cultural, por que nós temos um problema cultural ainda bastante, que impede que as mulheres saiam do âmbito doméstico para o âmbito público, que é essa ir para a política. Então a nossa formação gira em torno, primeiro no sentido de gerar essa autonomia, proporcionar às mulheres essa independência, e dentro dessa formação também tem o incentivo, a motivação para que elas assumam cargos nas associações de moradores, nas associações de pais e mestres, nas APMs dos colégios, nos espaços de decisão. E não forçar ou pegar a mulher e jogar lá e dizer: agora você vai ser candidata, né? Então tem todo um caminho a ser seguido. Por que uma das coisas - pode parecer preconceito de gênero - mas é uma das coisas que acontece muito, que eu acredito e percebo é que as mulheres, elas querem fazer parte disso, mas elas querem estar preparadas para isso, diferente dos homens, que eles vão e depois vão buscar preparação, vão buscar um aperfeiçoamento, eles vão e aí vão aprender fazendo. E as mulheres querem saber, querem ter o conhecimento para fazer. Então essa é uma diferença que eu vejo de gênero com relação à política. E a nossa formação, ela gira muito em torno disso, de toda essa autonomia, não só da autonomia política, para estar na política, mas da autonomia da mulher, como ser social.

(CAMARGO, Joana. Entrevista 7. [nov. 2014] Entrevistadora: Morgani Guzzo. Guarapuava, 2014).

Joana relata a preocupação que as mulheres com a formação e conhecimento em torno da estrutura e dos processos políticos. Segundo ela, essa postura é diferente daquela de muitos homens que entram na política partidária e, muitas vezes, só buscam aperfeiçoamento após terem sido eleitos. Essa diferença de gênero que ela aponta é um resquício de uma sociedade que historicamente estimulou mais os homens a participarem de espaços políticos e públicos – até mesmo como uma obrigação –, tornando esse envolvimento com a política ou com cargos de liderança algo que se espera deles, algo com que eles devem estar adaptados, como o próprio lar, diferente da situação histórica das mulheres.

A militante Paula Santos fala sobre o avanço das mulheres do Movimento na concepção de política partidária, alcançado através da formação que é feita a partir dos três eixos temáticos que elas trabalham. A preocupação com a formação política, conforme pontuou Joana Camargo (2014), é essencial para a autonomia das mulheres e para surgir nelas o desejo de ocupar espaços de liderança.

O foco do movimento sempre foi a questão da participação política das mulheres, a autonomia econômica e o combate à violência, então, os nossos temas sempre ficavam girando em torno disso. Então, na questão da participação política das mulheres, uma coisa que é muito nítido e foi uma transformação incrível, foi a questão de, por exemplo, a compra de votos. Não se admite compra de votos, não se admite campanhas milionárias, não se admite tal e tal. Então as mulheres começaram a enxergar as tramas políticas que haviam atrás de muitas candidaturas, você não consegue mais enganar mais as mulheres do movimento, “ah, fulano de tal tem chance de eleição”, elas sabem ver coligação, ver percentual de votos, elas sabem ver como funciona política eleitoral, elas sabem ver se a pessoa tem ou não chance; elas sabem escolher partido, sabem como se dá uma coligação, como se dá tudo isso e sabem a importância de uma representação feminina dentro da política e sabem, acima de tudo, que não basta ser mulher para ter políticas voltadas para as mulheres [...], então não é qualquer mulher que vai chegar lá que vai, só porque eu sou mulher que eu vou conseguir os votos que eu preciso ter. Então as mulheres sabem ler tudo isso. (SANTOS, Paula. Entrevista 8 [nov. 2014]. Entrevistadora: Morgani Guzzo. Guarapuava, 2014).

Por se tratar de uma cidade de tradição cristã e de um bairro periférico, grande parte das mulheres envolvidas no movimento acumulavam as tarefas de mãe e esposa (no sentido da responsabilidade pelo lar e criação dos filhos), apesar de muitas terem o desejo

de voltar a estudar ou de trabalharem fora de casa. A atuação do movimento, em conjunto com o mandato da então vereadora, Eva Schran de Lima, auxiliou muitas mulheres em casos de divórcio, emancipação financeira, reconhecimento de patrimônio, entre outros. A orientação jurídica e a divulgação dos direitos das mulheres eram realizadas pelo movimento em conjunto com o mandato. De acordo com a Joana Camargo (2014), que trabalhou no mandato da vereadora Eva Schran de Lima, o movimento dava grande apoio ao mandato e acabava sendo o legitimador de muitas das ações realizadas pela vereadora.

Quando o mandato tinha lá na Casa da Cidadania um atendimento, eu fazia o atendimento às mulheres, independente se eram vítimas de violência ou não. A maioria tinha problemas relacionados ao direito da família: se separavam, não sabiam quais eram seus direitos, tinha ainda muito preconceito de que quem saía de casa perdia o direito ao patrimônio, que se a mulher saía de casa, tinha esse estigma ainda. A guarda dos filhos, também, eles achavam que se atribuisse a culpa pela separação pra a mulher, perdia a guarda dos filhos, então tudo isso nós passamos a esclarecer e conversar com as mulheres. Enfim, era muito mais orientativo (sic) do que de fato de processo. Acabei atuando em alguns, em vários, na verdade, em vários processos em que as mulheres eram vítimas ou tinham algum problema de patrimônio, a gente tentava resolver. Tudo isso em função dessa divulgação de direitos que tinha para mulheres. (CAMARGO, Joana. Entrevista 7. [nov. 2014] Entrevistadora: Morgani Guzzo. Guarapuava, 2014).

A orientação e a divulgação dos direitos das mulheres tem relação direta com uma das bandeiras do *Movimento de Mulheres da Primavera*: a busca por autonomia econômico-social e o desenvolvimento individual. A formação nesse sentido também despertou o interesse de muitas das mulheres militantes pela profissionalização. De acordo com o relato de Paula Santos (2014), a autonomia financeira transformou sobremaneira algumas mulheres do Movimento.

A questão da autonomia econômica eu acho que é um fator que transformou as nossas mulheres, por que a partir do movimento elas se enxergaram na possibilidade de fazer faculdade. A Angela é uma delas. Foi dentro do movimento de mulheres, numa conversa que eu tive com ela, que a Alana teve com ela, que nós falamos: “Meu, por que você nunca fez Serviço Social? É a tua cara!”. E ela: “Ah, é verdade”. E ela foi fazer. Vai se formar esse ano, sei lá, ano que vem, se Deus quiser. A própria Roseli, também voltou a estudar, voltou a fazer o ensino fundamental! Agora está fazendo o ensino médio! Entende? Então, sempre foi cabelereira e tal, e autonomia econômica, autonomia econômica. Ela e a Diana. foram as que mais focaram em autonomia econômica. A Diana. hoje, nossa, ela é uma pessoa 100% diferente de

quando ela entrou. Ela fala da questão da violência que ela sofreu quando ela era criança com o sentimento que ela sabe que é pra ajudar outras mulheres, não é mais de vergonha, de medo, não, ela sabe que é pra ajudar outras mulheres. E mesmo a Maria, agora faz pedagogia, né, a N. que é presidente do movimento, foi presidente até o ano passado, está fazendo Direito agora, está indo pro segundo ano. Então a maioria delas não era acadêmica [...] e elas foram buscar a faculdade, estão buscando sonhos diferentes, vivem dando testemunho. (SANTOS, Paula. Entrevista 8 [nov. 2014]. Entrevistadora: Morgani Guzzo. Guarapuava, 2014).

O desenvolvimento das mulheres ocorre de maneiras diferentes. Ao mesmo tempo em que umas possuem grandes dificuldades para concluir o estudo, outras ainda passam por situações difíceis de violência doméstica. As histórias das mulheres, suas memórias, relacionam tais dificuldades com o processo de empoderamento realizado dentro do movimento. Uma das principais preocupações, que une as três principais bandeiras do Movimento, é o combate à violência: a emancipação financeira vai ao encontro com o desejo e a coragem das mulheres para saírem de uma relação violenta; e a inserção de mulheres na política partidária objetiva desenvolver políticas públicas para o enfrentamento à violência. A questão da violência contra a mulher sempre foi uma preocupação do grupo e tornou-se uma prioridade na atuação da vereadora eleita com a ajuda do movimento. O estudo de soluções para esse grave problema social foi um dos principais objetivos do movimento e de sua representante na Câmara de Vereadores. A conquista dos espaços públicos e as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher são as grandes conquistas do movimento para as mulheres da sociedade de Guarapuava. As políticas públicas, os cursos de formação, a criação da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, a Rede de Enfrentamento à Violência e as campanhas pelo fim da violência de gênero são ações que se desenvolveram a partir da luta das mulheres do Bairro Primavera. A quebra do casulo e a conquista dos espaços públicos é resultado do empoderamento das mulheres do movimento: libertando-se das relações de submissão e de situações de violência, a emancipação torna-se uma realidade de cada vez mais mulheres no contexto guarapuavano.

4 A QUEBRA DO CASULO: A CONQUISTA DO ESPAÇO PÚBLICO E O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”. (Rosa Luxemburgo)

O *Movimento de Mulheres da Primavera* surgiu em um espaço ligado à religião católica e desenvolveu, ao longo de dez anos, bandeiras ligadas à emancipação econômica e social das mulheres, o fim da violência contra as mulheres e a inserção de mais mulheres na política. Os principais temas em discussão nas reuniões quinzenais do Movimento, assim como as temáticas das *Romarias da Mulher*, giram em torno de demandas específicas das mulheres, embora algumas ações tenham ainda caráter mais amplo. A luta pela igualdade de condições entre homens e mulheres na sociedade e o fim da violência constituem a atual força motriz do movimento.

Uma das principais bandeiras, “Mais mulheres na política” foi a causa do fortalecimento do Movimento na sociedade. Porém, devido à estrutura da política partidária e à cultura da sociedade guarapuavana, somente a eleição de uma militante do movimento para a Câmara dos Vereadores não possibilitou a inserção de maneira definitiva da questão da violência e do debate de gênero nos espaços políticos de Guarapuava.

Mesmo tendo uma das militantes do *Movimento de Mulheres da Primavera* na Câmara de Vereadores de Guarapuava, as dificuldades políticas foram inúmeras. Em entrevista, a vereadora Eva Schran de Lima (2014), expõe os empecilhos à sua atuação durante o período exerceu o cargo. Um deles foi a clara divisão entre situação e oposição que impossibilitou que muitas emendas e projetos defendidos por ela não tivessem vez.

Eu era vereadora de oposição e a maioria da Câmara era situação. Tanto que quando eu apresentava emenda para que recursos para as creches ou para o Conselho Tutelar, porque na época o Conselho era muito mal instalado, era na rodoviária, não tinha carro, não tinha computador. E eu apresentava emendas, que era o único momento que a vereadora podia interferir nesse caso aí, da parte de recursos, nunca era aprovado, porque eu era voto vencido. Eles até diziam que era bom, mas não tinha votos suficientes. [...] A minha experiência na Câmara foi boa no sentido assim que deu espaço para as mulheres, dar visibilidade para o movimento, foi assim, nós conseguimos fazer um trabalho bom de ir para os bairros, um trabalho de consciência política, de ir despertando o

pessoal para participar mais na política, mas nessa questão partidária era muito triste, porque não interessava o bem maior, interessava é a fulana que entrou com o projeto... Foi uma das maiores dores para mim, que eu não queria mais saber, era isso: como pode o bem maior não prevalecer, a gente é eleito pelo povo, é trabalhador do povo e tem que estar a serviço... e isso emperrava qualquer coisa. (LIMA, Eva Schran de. Entrevista 6 [jul. 2014] Entrevistadora: Morgani Guzzo. Guarapuava, 2014).

Apesar das dificuldades, a atuação de Eva Schran de Lima na política fortaleceu as mulheres ligadas ao *Movimento de Mulheres da Primavera*. Além das discussões sobre política partidária realizadas nas reuniões, palestras e encontros sobre voto consciente etc., a eleição da candidata do Movimento ao cargo de vereadora em 2008 (mandato 2009-2012) deu visibilidade a uma das principais bandeiras de luta do Movimento: o enfrentamento à violência contra as mulheres. Com a ajuda do mandato de Eva Schran de Lima, as mulheres do movimento conseguiram agendar a pauta da violência na cidade de Guarapuava: ao organizarem algumas ações – marchas e campanhas -, o alto índice de feminicídios na cidade se tornou notícia e gerou repercussão nos veículos jornalísticos e na sociedade local.

Além da *Romaria da Mulher*, que é organizada todos os anos pelo movimento, em março (em comemoração ao Dia Internacional da Mulher), o *Movimento de Mulheres da Primavera* chamou a atenção da comunidade guarapuavana ao participar, em 2012, da *Marcha das Vadias* de Guarapuava³⁸. A Marcha ocorre anualmente em várias cidades do mundo.

Em Guarapuava, a *Marcha das Vadias*, realizada em 23 de junho de 2012 chamou a atenção da comunidade, principalmente pelo nome: “vadias”. Dezenas de pessoas foram às ruas, com os corpos pintados, carregando cartazes e denunciando os altos índices de violência contra a mulher na cidade. No blog do *Movimento de Mulheres da Primavera*, o texto “Marcha das Vadias em Guarapuava” (Figura 5) conta quais foram as principais

³⁸ A primeira *Marcha das Vadias* (*SlutWalk*, no original, em inglês) ocorreu em 2011, em Toronto, no Canadá, após um policial canadense relacionar os altos índices de assédio com a roupa que as moças/mulheres usavam. Em uma palestra, o policial observou que as mulheres deveriam evitar se vestir como vadias (*sluts*, no inglês original) para não se tornarem vítimas de abusos. A lógica de culpabilização da vítima foi rechaçada pela comunidade universitária e o primeiro protesto levou mais de três mil pessoas às ruas de Toronto. A Marcha de Toronto possui um site que pode ser acessado pelo link: <http://www.slutwalktoronto.com>. Acesso em 23/11/2013. No Brasil, a Marcha chamou a atenção dos veículos jornalísticos e da sociedade civil em geral, principalmente, devido ao uso de poucas ou sensuais roupas pelas/os participantes durante a manifestação. Segundo a lógica do protesto, não é a roupa ou o comportamento das mulheres que leva ao estupro, mas sim a cultura sexista e violenta para as mulheres. As manifestações denunciam os índices de violência, exigindo igualdade de gênero, respeito e políticas de enfrentamento à violência.

reivindicações da manifestação, organizadas em quatro paradas durante a marcha: 1) pela educação não machista e inclusão da história das lutas das mulheres nos planos de estudos municipais; 2) pelo fim dos assassinatos de mulheres e homossexuais na cidade, quando foi lembrada a morte de treze pessoas assassinadas na cidade; 3) por políticas públicas para as mulheres, com a construção da Casa Abrigo em Guarapuava, contratação de delegada na Delegacia da Mulher e o lançamento de um abaixo-assinado pela criação da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres; e 4) reflexão sobre a mercantilização do corpo das mulheres e os padrões impostos a seus corpos.

Figura 7 – “Marcha das Vadias em Guarapuava”

Movimento de
Mulheres
da
Primavera
Guarapuava - PR

Início Campanha "16 dias"

sexta-feira, 29 de junho de 2012

MARCHA DAS VADIAS EM GUARAPUAVA

A ousadia e a coragem em dizer NÃO ao machismo e NÃO à violência contra mulheres e homossexuais foram manifestadas nos corpos, nos batuques, nas performances, nas músicas, nos gritos, nas falas, na caminhada....
A Marcha das Vadias, realizada dia 23 de junho, deu os primeiros passos na Praça Cleve e ao chegar em frente ao Colégio Visconde de Guarapuava foi realizada uma manifestação pela educação não machista e pela inclusão da história da lutas das mulheres nos planos de estudos municipais. *(continua)*
Em caminhada, a segunda reflexão aconteceu em frente a praça 9 de dezembro (praça da Catedral N. Sra. de Belém) onde foi realizada a chamada das mulheres e homossexuais assassinados na cidade. Foram lembrados 13 nomes:
Elizabeth, Rosélia, Otília, Luana, Kauany, Ivanira, Lucia, Noeli, Laurete, Eliza, Adriano, Tiago e David. Outros dois nomes forma lembrados pelos participantes: Neura e Emanuelli. "Presentes conosco, sempre, sempre!"
Na esquina da Vicente Machado com a XV de novembro, os gritos foram por políticas públicas para as mulheres, pela construção da Casa abrigo em Guarapuava e pela contratação de delegada na Delegacia da Mulher. Nesse ato foi lançado o ABAIXO ASSINADO PELA CRIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES.

Fonte: *print screen* do *blog* do Movimento de Mulheres da Primavera. 2012³⁹.

No mesmo ano da *1ª Marcha das Vadias de Guarapuava*, o *Movimento de Mulheres da Primavera* organizou, também pela primeira vez, a *Campanha dos 16 Dias de*

³⁹ Disponível em: <http://mulheresdaprimavera.blogspot.com.br/2012/06/marcha-das-vadias-em-guarapuava.html>. Acesso em 18/12/2014

*Ativismo contra a Violência contra as mulheres*⁴⁰. Esta campanha mundial foi criada em 1991, quando mulheres de diferentes países, reunidas pelo Centro de Liderança Global de Mulheres (*Center for Women's Global Leadership – CWGL*), lançaram a campanha com o objetivo de promover o debate e denunciar as várias formas de violência contra as mulheres no mundo. As participantes escolheram um período de significativas datas históricas, marcos de luta das mulheres, iniciando a abertura da Campanha no dia 25 de novembro - Dia Internacional de Não Violência contra as Mulheres - e finalizando no dia 10 de novembro – Dia Internacional dos Direitos Humanos. A data de início da campanha - 25 de novembro - foi instituída pela Organização das Nações Unidas como o Dia Internacional da Não Violência contra as Mulheres em 1993 e relembra o assassinato, em 1960, pelo governo do ditador Trujillo, da República Dominicana, das irmãs Minerva, Pátria e Maria Tereza, organizadoras do movimento opositor *Las Mariposas*.

Atualmente, a Campanha é realizada em mais de 150 países em todo o mundo, inclusive no Brasil, apesar de uma pequena diferença nas datas: aqui o início da Campanha foi antecipada para o dia 20 de novembro – Dia da Consciência Negra –, terminando no dia 5 de dezembro (quando completa os 16 dias) ou no dia 10 de dezembro, após 20 dias, dependendo da organização da campanha em cada local.

Em Guarapuava, a *Campanha dos 16 Dias* realizada em 2012 compreendeu diversas atividades e chamou a atenção para a questão da violência de gênero na cidade. Essa foi, de acordo com as militantes do *Movimento de Mulheres da Primavera*, a força motriz para a efetivação da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, além de angariar espaços e visibilidade para as demandas das mulheres representadas pelo *Movimento de Mulheres da Primavera*.

Apesar da cultura local, há alguns anos, os veículos jornalísticos têm como pauta os movimentos sociais, sindicatos e, até mesmo as discussões realizadas dentro das Faculdades e Universidade locais, principalmente quando o assunto é de interesse público ou quando os movimentos são bem organizados e envolvem parcela significativa da população. A mobilização da *Campanha dos 16 Dias* na cidade chamou a atenção dos veículos jornalísticos (rádios locais, TVs, sites de notícias e jornais impressos) tanto locais

⁴⁰ No Brasil, há algumas distorções no nome da campanha, dependendo da fonte consultada. Em Guarapuava, na edição de 2012, a campanha deu mais enfoque à violência contra as mulheres, especificamente. Referir-nos-emos a esta campanha como “Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as mulheres” ou “Campanha dos 16 Dias”.

quanto estaduais⁴¹. A cobertura realizada pelo jornal impresso local, o *Diário de Guarapuava*⁴² dá uma dimensão do alcance que a Campanha teve na sociedade. Durante os dezesseis dias, foram diversas reportagens sobre as atividades da campanha, além da publicação da programação na seção “Fragmentos” da editoria Cidade e três chamadas na capa: uma no dia 20 de novembro, dia do início da Campanha (Figura 6); outra no dia 23 de novembro, sobre o abaixo-assinado pedindo uma delegada titular para a Delegacia da Mulher da cidade (Figura 7); e outra no dia 27 de novembro de 2012, sobre a Caminhada do dia 25, Dia Internacional de Não Violência contra as Mulheres (Figura 8). O jornal, também, dedicou editoriais para falar sobre a Campanha e o enfrentamento à violência e cedeu espaços para colunistas tratarem do assunto.

Figura 8 – Capa: “Atividades pedem fim da violência contra a mulher”



Fonte: Jornal *Diário de Guarapuava*; 20 de novembro de 2012.

⁴¹ Embora a cobertura das rádios locais, tanto da *Campanha dos 16 Dias* quanto da Marcha das Vadias, das eleições etc. seja ampla e abrangente, nosso enfoque está nos artigos de opinião das militantes publicados no *Diário de Guarapuava*. Assim, uma breve contextualização da cobertura jornalística sobre o tema por este jornal se faz necessária.

⁴² Único jornal impresso de periodicidade diária na cidade de Guarapuava na época. O *Diário de Guarapuava*, no entanto, parou de circular no dia 31 de outubro de 2014, após quase dezesseis anos de atividade jornalística.

Figura 9 – Capa: “Documento pede delegada da mulher em Guarapuava”



Fonte: Jornal *Diário de Guarapuava*; 23 de novembro de 2012.

Figura 10 – Capa: “Lutando por dias melhores”



Fonte: Jornal *Diário de Guarapuava*; 27 de novembro de 2012.

Nas entrevistas, tanto Eva Schran de Lima quanto as demais mulheres lembram a influência que o *Movimento de Mulheres da Primavera* e a realização da *Campanha dos 16 Dias* tiveram nas eleições de 2012.

Durante a campanha das eleições municipais de 2012, a formação da chapa do então candidato a Prefeitura, César Silvestri Filho considerava convidar um político filiado ao PHS (Partido Humanista Solidário) para concorrer como vice-prefeito/a. Devido às dificuldades que Eva Schran de Lima havia passado como vereadora, ela tinha determinado não concorrer a um segundo mandato. Porém, as mulheres do *Movimento de Mulheres da Primavera* estavam convencidas de que Eva deveria continuar a representar as mulheres e o Bairro Primavera na política partidária e, assim, armaram uma estratégia para que ela continuasse atuando politicamente.

Nas entrevistas, as mulheres contam que a candidatura de Eva para o cargo de vereadora já era assunto encerrado, mas ao tomarem conhecimento de que uma das chapas que concorria à Prefeitura buscava um membro do partido de Eva (PHS) para concorrer como vice-prefeito, as mulheres do movimento organizaram uma reunião para propor que o nome escolhido fosse o de Eva, conforme nos conta Angela Godoi (2014).

Na campanha para prefeito, as mulheres do Movimento, sem conversar com a Eva, chamaram o César [Silvestri Filho – candidato à Prefeitura], ele era só candidato, aí foi falado para ele: “Se você escolher a Eva como vice, você vai ter o apoio do Movimento de Mulheres; se não for a Eva, nós não vamos apoiar”. Então foi colocado isso bem claro, sabe? [...] Aí que eles escolheram ela para ser a vice-prefeita. E daí foi a reivindicação dela desde antes, desde quando eles estavam fazendo o planejamento de campanha, as propostas, já estava lá, a criação da Secretaria da Mulher. (GODOI, Angela. Entrevista 2. [abr. 2014]. Entrevistadora: Morgani Guzzo. Guarapuava, 2014).

Em entrevista, Eva Schran de Lima (2014) revela como a responsabilidade com a causa mudou a sua decisão. Tanto formação política dentro do movimento, quanto o apoio e a campanha realizada pelas mulheres contribuíram sobremaneira para a eleição da candidata e a escolha dela para compor a chapa que disputaria a prefeitura em 2012. Enfraquecida por uma experiência ruim no Legislativo, Eva conta que se não fosse a insistência e a pressão das mulheres do movimento, muito possivelmente sua carreira política teria terminado naquele ano.

Eu me lembro que eu não queria, eu não queria mais fazer política, porque eu sofri muito na Câmara [dos Vereadores]. Mas aí as meninas chegaram junto de novo. Elas assim, “desses quatro nomes [que o PHS tinha proposto para compor a chapa das eleições para Prefeito], se for para você escolher uma mulher, se for para escolher alguém do PHS, escolha a Eva”. Elas chamaram ele lá no bairro, elas estavam em umas quinze mulheres, eu tava em Curitiba, e elas chamaram e disseram pra ele isso. Aí ele falou: “Olha, eu estou vendo ainda, não sei quem que vai ser”. “Pois é, mas se for PHS, você não pode escolher outro, você tem que escolher a Eva, porque ela nos representa”. Depois eu fiquei sabendo. Aí depois, quando ele me falou né, e eu, mesmo assim, não queria muito. Eu dizia “não, não vou”, e tal. Aí elas chegaram para mim e falaram assim: “Ó, nós discutimos e estudamos que nós precisamos de mais mulheres na política. Agora, se ele te chamar, você não pode amarelar, você tem que dizer sim”. Elas também me juntaram daí, né. [...] Aí eu tive que ir. (LIMA, Eva Schran de. Entrevista 6 [jul. 2014] Entrevistadora: Morgani Guzzo. Guarapuava, 2014).

Ao ser convidada para fazer parte da chapa do candidato à Prefeitura César Silvestri Filho em 2012, Eva colocou uma condição: só aceitaria se tivesse espaço para defender os interesses das mulheres de Guarapuava. Devido ao alto número de registros de violência e de mortes de mulheres na cidade, ela propôs a criação imediata da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, imediatamente, caso ganhassem a eleição.

Quando ele me chamou, eu não tinha como dizer não por conta do que eu representava, aí eu falei assim: “eu vou, mas a pauta feminina tem que fazer parte do programa de governo, eu quero discutir junto o programa de governo e colocar as questões das mulheres, se não, para mim, não teria razão de eu estar”. Aí ele falou: “não, é tranquilo, vamos”. Aí ele concordou e depois eu achava, depois que deu certo a eleição, eu pensava, será que vai acontecer? Mas aí, depois, a eleição foi em outubro e em novembro teve os “16 dias” e movimentou a cidade e mostrou uma força muito grande da organização das mulheres e isso pressionou um pouco. Eu acho que ele já tinha a intenção, mas aquilo ali, eu tenho certeza que foi essa marcação firme das mulheres que ajudou na concretização da Secretaria. (LIMA, Eva Schran de. Entrevista 6 [jul. 2014] Entrevistadora: Morgani Guzzo. Guarapuava, 2014).

A realização da *Campanha dos 16 Dias de Ativismo* de 2012 em Guarapuava conquistou espaços até mesmo em nível estadual. Segundo Eva (2014), a repercussão das atividades nos telejornais paranaenses chamou a atenção do secretário de Segurança do Estado da época e pressionou que políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres pudessem acontecer na cidade.

Foi o que deu assim, ele [os 16 Dias] movimentou inclusive o Estado, porque nós pedimos, nós reclamávamos da situação da Delegacia da Mulher. Então foi feito, na Câmara dos Vereadores, uma mesa redonda com o Judiciário, o Executivo e o Legislativo. Então, os juízes, o pessoal do Legislativo, do Executivo estava a Ana Paula que é da administração e o delegado, o doutor Alisson, então teve bastante, sabe? Para a situação das mulheres no atendimento na Delegacia da Mulher. [...] Mas aí, quando deu todo esse fervor, o Secretário de Segurança do Estado ligou pro Delegado aqui e falou assim: “O que tá acontecendo aí, em Guarapuava?”. Por que daí os 16 Dias a RPC passava, e passou até em Curitiba, não foi só a nível local, os 16 Dias movimentou a imprensa toda. Aí ele queria saber o que estava acontecendo aqui em Guarapuava, que estava mudando assim, nesse sentido, mas foi bem bom. (LIMA, Eva Schran de. Entrevista 6 [jul. 2014] Entrevistadora: Morgani Guzzo. Guarapuava, 2014).

Uma das principais reivindicações do mandato de Eva enquanto vereadora (2009-2012) foi pela criação de uma Secretaria que cuidasse especificamente do enfrentamento da violência contra as mulheres e que atendesse às demandas regionais da população de mulheres. O projeto, no entanto, jamais chegou a ser votado, devido às dificuldades de ser de oposição na Câmara dos Vereadores. Finalmente, após vencer as eleições de 2012, em março de 2013 foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres de Guarapuava.

Aí no final do ano o César [Silvestri Filho, prefeito de Guarapuava] me chamou e falou: “Eu tenho intenção de fazer a Secretaria da Mulher, mas só se você topa ser a secretária. Se você disser, é pra fulana, pra outro, pra outro, eu não vou criar, mas se for você, pra você...”. Aí eu falei: “não, é tudo o que eu queria, como eu ia dizer que não, eu e as mulheres”, aí foi. [...] (LIMA, Eva Schran de. Entrevista 6 [jul. 2014] Entrevistadora: Morgani Guzzo. Guarapuava, 2014).

Após a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres de Guarapuava, a cidade não pode mais fechar os olhos para os altos índices de violência de gênero que ocorrem todos os anos. A violência, no entanto, é o resultado mais extremo de uma cultura sexista que coloca, em vários momentos e espaços, as mulheres em situações de submissão, preconceito e abuso. Conhecer os fatores que geram a violência de gênero e as possibilidades de combatê-la constitui-se como prática indispensável no enfrentamento e na transformação da cultura sexista da sociedade guarapuavana contemporânea.

4.1 Violência de gênero: teoria e enfrentamento em progresso

Como bem pontua Maria Isabel Raimondo Ferraz (2008) “[...] historicamente, a violência praticada contra a mulher é baseada na violência de gênero que é elemento constituinte das relações sociais pautadas nas diferenças entre os sexos, e nas relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres” (FERRAZ, 2008, p. 13).

De acordo com Carla Susana Tornquist et al (2009), o tema da violência não é novo nos estudos feministas e de gênero, “[...] que se constituíram na reflexão e questionamento dos dispositivos de poder instituidores das assimetrias de desigualdades entre homens e mulheres” (TORNQUIST et al, 2009, p. 11), perpassadas por outras diferenças tais como classe, raça e etnia.

A retomada desse tema, assim como de discussões sobre o corpo e o poder se deu, segundo Tornquist et al (2009), devido à especificidade da conjuntura internacional e nacional acerca das lutas a favor do aborto e/ou pela descriminalização do aborto, na Argentina, no Uruguai, no Brasil e em Portugal, e pela politização do tema da violência conjugal, propiciada, no Brasil, principalmente pela promulgação da Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha.

A violência contra a mulher em suas mais diversas formas⁴³, assim como a caracterização do feminicídio como crime específico no Código Penal brasileiro⁴⁴, são situações em discussão no âmbito social e político e demandam práticas de enfrentamento diferenciadas por se tratarem de violência cujo condicionante é, pura e simplesmente, o fato de a vítima ser mulher. Devido a isso a violência passou a ser denominada “violência de gênero”.

Tal tipo de violência, assim como a discriminação e as desigualdades de gênero, é resultado de sistemas simbólicos de poder. Como pontua Maria Luisa Femenías (2009), esses sistemas têm legitimado uma ordem e gerado modalidades de reforço e controle em função de uma armação cultural e tecnológica, sustentada por fatores de poder, que

⁴³ Entre os tipos de violência contra as mulheres estão: a violência no âmbito intrafamiliar ou doméstico, o assédio sexual, violência física, simbólica, psicológica, sexual, entre outros. Estudo importante sobre este tema foi feito por Susana Velásquez (VELÁSQUEZ, 2003).

⁴⁴ O Plenário do Senado Federal aprovou em 18 de dezembro de 2014 a inclusão do feminicídio no Código Penal como circunstância qualificadora do crime de homicídio. O PLS 292/2013 foi proposto pela CMPI Violência contra a mulher 2012. Com a aprovação no Senado, o projeto segue para votação na Câmara dos Deputados. A matéria completa pode ser lida em: http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=113728. Acesso em 18/12/2014.

incluem a circulação de informação. Nesse sistema, que segundo ela, se divide entre incluídos e excluídos, as mulheres se encontram, majoritariamente, no conjunto d@s excluíd@s (sic). Uma das questões que se colocam perante a exclusão material, a feminização da pobreza e a violência da qual padecem muitas mulheres é a naturalização da divisão entre espaço público e privado. Esta divisão, que coloca o espaço privado como o espaço das mulheres é, de acordo com a pesquisadora, uma das principais dificuldades para a prevenção e intervenção de casos de violência. O caráter privado da violência a invisibiliza e faz com que, muitas vezes, seja vista como “delito menor” ou tratada como “crime passionnal”⁴⁵.

Femenías (2009) faz um alerta de gênero: nenhuma sociedade trata suas mulheres tão bem quanto trata seus homens. “Pessoalmente, não creio que o patriarcado esteja morto, simplesmente trocou de roupas” (FEMENÍAS, 2009, p. 41, tradução nossa)⁴⁶.

A violência contra as mulheres é uma pandemia global. Ao menos uma em cada três mulheres tem sido espancada, obrigada a manter relações sexuais indesejadas ou submetida a algum tipo de abuso em sua vida. Todos os anos, milhões de mulheres sofrem violações nas mãos de seus parceiros, parentes, amigos, desconhecidos, empregados, colegas de trabalho, soldados ou membros de grupos armados. A violência familiar é endêmica em todo o mundo e a grande maioria de suas vítimas são mulheres e meninas. Além disso, setenta por cento das mulheres assassinadas são vítimas de seus parceiros e, quando se trata de guerras, segundo a Secretaria Geral das Nações Unidas, as mulheres e as crianças representam quase 80% das vítimas. (FEMENÍAS, 2009, p. 37-38, tradução nossa)⁴⁷.

⁴⁵ Para Femenías (2009), “[...] um dos pilares da inferioridade ‘natural’ das mulheres reside precisamente na separação moderna entre espaço público e espaço privado e contribui para moldar as dicotomias masculino/feminino, cultura/natureza, razão/emoção, etc.” (FEMENÍAS, 2009, p. 31, tradução nossa). Ela lembra que a modernidade tem excluído as mulheres do espaço público – político da Lei - e negado ao “privado” sua origem artificial, naturalizando e tornando invisível a manobra de sua origem política. Por isso é tão difícil gerar figuras penais que reconheçam, tornem visíveis e apliquem pena aos delitos de violência contra as mulheres, sobretudo no espaço doméstico.

⁴⁶ “Personalmente, no creo que el patriarcado haya muerto, simplemente se cambia de ropas” (FEMENÍAS, 2009, p. 41)

⁴⁷ “La violencia contra las mujeres es una pandemia mundial. Al menos una de cada tres mujeres ha sido golpeada, obligada a mantener relaciones sexuales indeseadas o sometida a algún otro tipo de abuso en su vida. Cada año, millones de mujeres sufren violaciones a manos de sus parejas, de familiares directos, amigos, desconocidos, empleadores, compañeros de trabajo, soldados o miembros de grupos armados. La violencia familiar es endémica en todo el mundo y la gran mayoría de las víctimas son mujeres y niñas. Mas aún, el setenta por ciento de las mujeres asesinadas muere de su compañero sentimental y cuando de guerras se trata, según el Secretariado General de las Naciones Unidas, las mujeres y los niños representan casi el 80 por ciento de las bajas” (FEMENÍAS, 2009, p. 37-38).

A autora argumenta que o tema da violência contra as mulheres é muito mais complexo do que sugerem as hipóteses que consideram que é resultado da pobreza, da classe social, de enfermidade mental, da etnia, da filiação política, preferência sexual, do álcool ou da religião. Tampouco parece proceder do caráter violento de um homem individual nem do próprio sistema social que legitima a reação de dominação e objetivação sexual das mulheres. Portanto, ela busca levantar fatores do tipo sociocultural que estão levando ao aumento da violência como estamos assistindo - uma questão tão importante que foi cunhado o termo “femicídio” para indicar o caráter sexista do genocídio das mulheres⁴⁸.

As lutas feministas surgidas a partir de 1960 colocaram no cerne das preocupações as raízes culturais das desigualdades de gênero e, sendo o “gênero” uma construção cultural e não natural, é passível transformação.

A partir de estudos sobre gênero e feminismo realizados nas reuniões do *Movimento de Mulheres da Primavera*, as mulheres, em conjunto com a recém-criada Secretaria de Políticas para as Mulheres de Guarapuava e outras entidades, organizaram, em 2013, a segunda edição da *Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência de Gênero*⁴⁹. A proposta da Campanha em 2013 foi envolver não só as mulheres nas discussões sobre o enfrentamento à violência, mas os homens também, como mostra o trecho do texto publicado no blog do Movimento, no dia 05 de novembro de 2013, “Guarapuavanas mobilizam-se pelo fim da violência de gênero”: “[...] Não basta apenas a mulher dar um basta na história de opressão, é preciso que os homens também sejam incluídos nesse processo para perceber que o machismo também é uma construção histórica que pode ser reconstruída de forma diferente”⁵⁰.

A *Campanha dos 16 Dias*, que em 2012 já havia adquirido visibilidade na sociedade civil em nível estadual, devido à cobertura das atividades realizada pela imprensa, conquistou um espaço ainda maior durante a segunda edição. O envolvimento de

⁴⁸ Para Femenías (2009), um dos possíveis fatores é o fato de que ainda há na sociedade um tipo de mística feminina ou de culto ao materno e ao feminino virginal, de modo que qualquer ruptura dessa ordem opera como ameaça à integridade masculina, sem uma estrutura binária de sexo-gênero. Ela considera, portanto, que está havendo uma redefinição e reacomodamento funcional do patriarcado e não sua dissolução.

⁴⁹ Em Guarapuava, o nome da campanha, adotado em 2012, deu enfoque à violência contra as mulheres. A partir de 2013, passou a abarcar outros tipos de violência motivados por desigualdade e preconceito de gênero. Assim, a campanha é referenciada como “Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência de Gênero”; “Campanha 16 Dias de Ativismo contra a violência de gênero”; etc. Para padronizar, escolhemos sempre usar “Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência de Gênero”, sobre a qual nos referiremos, também, como “Campanha dos 16 Dias”.

⁵⁰ Disponível em: <http://mulheresdaprimavera.blogspot.com.br/2013/11/guarapuavanas-mobilizam-se-pelo-fim-da.html#more> Acesso em 23/11/2014.

diversas entidades e movimentos na Campanha também revelou a importância do tema e a necessidade de uma participação de toda a sociedade na discussão do enfrentamento à violência. Entre as colaboradoras da campanha de 2013 estão: Marcha Mundial de Mulheres, a Rede de atenção à mulher vítima de violência, o Movimento de Mulheres Alto da XV, a Comissão da Mulher Contabilista, a Pastoral Afro, o Movimento de Mulheres do Xarquinho, entre outras, além do apoio da Prefeitura (Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres, Secretaria Municipal de Saúde, Conselho Municipal da Mulher), da Polícia Militar e do jornal *Diário de Guarapuava*.

Por meio de um breve mapeamento dos espaços ocupados pela *Campanha dos 16 Dias* de 2013 nos veículos jornalísticos locais, é possível afirmar que, em dez anos de existência, esta foi a maior cobertura realizada pela mídia local de algum evento ou ação realizada pelo *Movimento de Mulheres da Primavera*. O comprometimento das mulheres e a eficácia das ações realizadas durante a *Campanha dos 16 Dias* de 2012 já havia despertado interesse da imprensa guarapuavana para a atuação da então vereadora Eva Schran de Lima, para o *Movimento de Mulheres da Primavera* e, principalmente, para a questão da violência de gênero em Guarapuava. É importante salientar que, em 2013, sendo Eva Schran de Lima a vice-prefeita e tendo sido instituída a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, com diversas ações sendo desenvolvidas ao longo do ano no âmbito do enfrentamento à violência, o interesse jornalístico pela temática ampliou-se, refletindo na cobertura da segunda edição da *Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência de Gênero*.

O espaço ocupado pela campanha de 2013 nos jornais, rádios, televisões e sites da imprensa local e a repercussão gerada em âmbito regional são resultados dos esforços em organizar uma programação ampla que tratasse da violência contra a mulher nas suas mais diversas formas. A eficácia das atividades e o interesse das pessoas pela temática revelou uma profunda necessidade da sociedade de Guarapuava de pensar e buscar soluções para esta grave questão. O fato de os veículos de comunicação terem feito a cobertura da campanha revelou-se um exemplo de contra agendamento⁵¹ do jornalismo, quando a própria sociedade define o que os veículos jornalísticos irão mostrar. Nesse caso, em que a voz de uma minoria organizada – as mulheres – foi alta o suficiente para ecoar por toda região, foi conquistado também, através das páginas de jornal, sites de notícias,

⁵¹ Contra agendamento é uma expressão das teorias do jornalismo que explica a reversão da teoria da *agenda setting*, ou seja, quando a comunidade pauta o jornal, ao invés de o jornalismo pautar os assuntos que serão discutidos pela comunidade. Baseado na Teoria Agenda Setting desenvolvida por McCombs e Shaw.

reportagens televisivas ou radiofônicas, a permanência de suas ações na história social e na memória coletiva dessa sociedade.

A mídia, em geral, e o jornalismo, em específico, têm importância significativa no processo de construção de identidades e representações. Da mesma forma, eles têm sob sua responsabilidade dar visibilidade a alguns fatos - os que julgam de interesse público -, ao mesmo tempo em que silenciam outros - aqueles que julgam não ser tão importante para que o público tome conhecimento. Esse processo de escolha de fatos a serem ou não noticiados é feita a partir da linha editorial do veículo e da avaliação subjetiva do jornalista ou editor, baseada nos critérios de noticiabilidade do jornalismo.

Nos últimos anos, com a realização das edições da *Campanha dos 16 Dias*, o jornal *Diário de Guarapuava* passou a dar mais espaços para a cobertura das atividades do *Movimento de Mulheres da Primavera*⁵². Os cursos de capacitação para mulheres artesãs, as palestras sobre educação financeira, sobre violência doméstica, entre outras ações desenvolvidas pelo movimento e abertas para a comunidade, são de grande importância para o desenvolvimento da cidadania dos/as participantes e tornaram-se referência em iniciativas da sociedade civil em prol de uma mudança social.

Entre os dias 20 de novembro e 05 de dezembro de 2013, o jornal *Diário de Guarapuava* não só cobriu as inúmeras ações que ocorreram durante todos os dias da campanha, como disponibilizou um espaço na página de Opinião para que as militantes do movimento pudessem abordar o tema da violência de gênero no jornal. As mulheres do *Movimento de Mulheres da Primavera* puderam, então, escrever sobre suas vivências relacionadas à violência e convidar outras pessoas para escreverem artigos sobre o tema. Assim, foram convidados professoras e professores da Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro), que, de alguma forma, trabalham com a questão de gênero. O envolvimento dos professores do sexo masculino nessa campanha foi essencial para que a responsabilidade dos homens fosse incluída nas discussões como o principal aspecto gerador da violência de gênero.

No primeiro dia da campanha, por exemplo, o jornal publica a matéria “Campanha ‘16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência de Gênero’ começa hoje”, na página A4, editoria Cidade (Figura 9), acompanhada por um artigo de opinião, na página A12: “Por

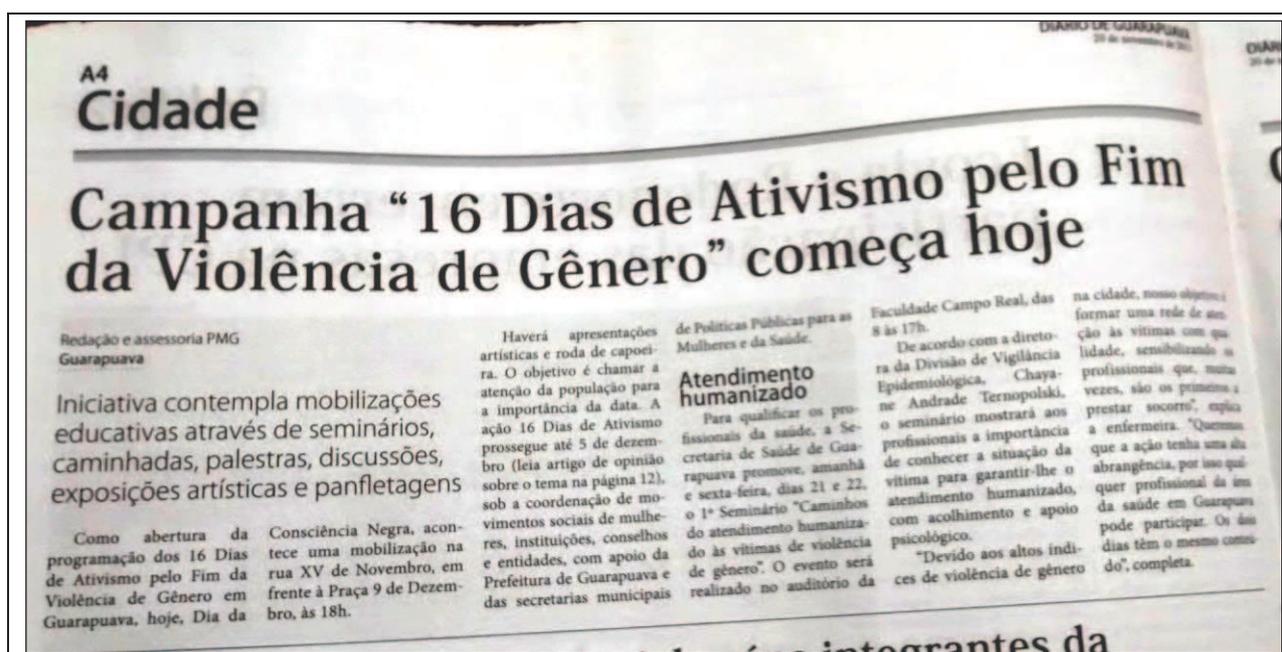
⁵² Por muitos anos, a *Romaria da Mulher* foi a principal atividade do *Movimento de Mulheres da Primavera*. Apesar de despertar o interesse de moradores de outros bairros da cidade, que vão, todos os anos à Romaria no Bairro Primavera, as mulheres do movimento acreditam que havia pouco interesse de veículos jornalísticos como o *Diário de Guarapuava* em divulgar ações ligadas à religião. Assim, quando as ações passaram a extrapolar a comunidade religiosa, a atenção do jornal foi ampliada.

que uma campanha pelo fim da violência de gênero” (Figura 10), escrito pela professora de Departamento de História da Unicentro, Dr^a. Rosemeri Moreira.

No artigo, Moreira (2013) evidencia a necessidade de maior participação dos homens no combate à violência contra as mulheres e ao feminicídio; chama a atenção para a luta das mulheres do Movimento de Mulheres (se referindo ao *Movimento de Mulheres da Primavera*) e de outras entidades pela criação da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres; faz uma crítica aos discursos jornalísticos e em redes sociais que reproduzem o sexismo e a culpabilização da vítima; e aponta a necessidade de incorporar a este debate a luta por direitos reprodutivos. A respeito deste aspecto, ela faz uma crítica à falta de reflexão e discussão sobre o aborto nos movimentos e espaços públicos da cidade. Considerado ilegal, o aborto feito clandestinamente é uma das principais causas de morte de mulheres no Brasil. Ela escreve:

Em terras de feminicídio, o debate sobre os direitos reprodutivos das mulheres se restringem ao mundo universitário. A violência explícita contra as mulheres consegue arrebanhar simpatizantes para esse debate; o sangue que jorra com a faca ou o revolver comove muito mais do que o sangue da hemorragia clandestina. (MOREIRA, 2013, p. A12).

Figura 11 – “Campanha ‘16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência de Gênero’ começa hoje”.



Fonte: *Diário de Guarapuava*, A4, 20 de novembro de 2013.

Figura 12 - Artigo "Por que uma campanha pelo fim da violência de gênero", Rosemeri Moreira.



Por que uma campanha pelo fim da violência de gênero?

Em 13 de dezembro de 2012, neste mesmo jornal foi publicado um texto meu sobre a quase inexistência de homens apoiando publicamente (e com ênfase) o debate sobre a Violência contra a Mulher, que tem acontecido no cenário político em Guarapuava. Às vésperas da campanha internacional "16 Dias de ativismo pelo fim da Violência Contra a Mulher", é preciso pensar com urgência sobre o lugar dos homens nesse debate.

Obviamente que essa luta se concretizou historicamente, e se concretiza todos os dias, com o protagonismo das mulheres. Não poderia ser diferente.

No mundo ocidental, o direito das mulheres serem consideradas "gente" é construção dos movimentos de mulheres e dos movimentos feministas. Inúmeras mulheres levaram adiante o sonho de terem direitos civis: votar, estudar nas universidades, direito à propriedade, herança, direito à guarda dos filhos etc.

A luta pela autonomia das mulheres e pelo respeito aos direitos humanos são, ainda, base da pauta. Pauta construída com muitos cartazes, muitas campanhas, muitas marchas, prisões, manifestações e, infelizmente, muitas mortes de mulheres. Elas foram e são as donas dos megafones, das vozes, dos gritos e de seus corpos. Pintados ou não, nus ou vestidos.

O direito a uma vida sem violência e os direitos reprodutivos ainda são os grandes celeumas. Em terras de feminicídio, o debate sobre os direitos reprodutivos das mulheres se restringem ao mundo universitário. A violência explícita contra as mulheres consegue arrebanhar simpatizantes para esse debate: o sangue que jorra com a faca ou o revólver comove muito mais do que o sangue da hemorragia clandestina.

Mesmo assim, o sangue das mulheres, derramado em terras de Guairacá, e a classificação do município entre os 100 mais violentos do país para as mulheres, não conta com a presença enfática de homens.

A conquista do Movimento das Mulheres, e de outras entidades, para a criação da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, foi um grande passo nesse sentido. Os projetos desenvolvidos por uma secretaria que ainda não tem um orçamento próprio têm focado principalmente a autonomia das mulheres das classes populares. Os resultados, nesse caso, aparecem a médio e longo prazo, obviamente se tiverem continuidade.

Por que é necessário o combate acirrado ao Feminicídio e à Violência Contra a Mulher? Qualquer pessoa que acompanhe os noticiários locais e esteja minimamente despida de seu machismo apoia essa iniciativa. Somente no mês de outubro cinco mulheres foram assassinadas. Nosso outubro, de rosa, virou vermelho. Nos registros policiais, em média são três casos de violência doméstica por dia.

Além dos índices assustadores que colocam o Paraná como um dos novos polos da violência, os requintes de crueldade no modus operandi nos apontam uma masculinidade doente. Degola, braços e dentes quebrados, mãos e dedos decepados, tiro no rosto, além das sevícias sexuais. As estatísticas e a maneira como essas mulheres têm sido mortas não nos dizem sobre elas. Nos dizem sobre os homens. Nos dizem sobre a construção da masculinidade.

As respostas dos sujeitos sociais pautadas pela violência, principalmente a violência extrema do feminicídio, se encontram em uma relação direta com uma masculinidade periclitante, em crise.

Além da violência em si sofrida, seja violência física, violência sexual, assédio sexual no trabalho, feminicídio, as mulheres sofrem ainda a violência da sociedade que de maneira muito cruel as culpabiliza pela violência recebida.

Nas redes sociais, principalmente em alguns sites que se advogam fazer jornalismo, o ódio às mulheres, o machismo e o sexismo escorrem entre as palavras. Ou na escrita do/a dito/a jornalista ou dos bondosos/as leitores/as. Para essa boa sociedade, não basta uma mulher ser estuprada ou ter a mão decepada. Não basta que ela seja morta. Para essa boa sociedade, que dá sustentação à violência de gênero, é preciso dar o seu parecer sobre as vítimas: "era puta, tilanga ou vadia"; "gostava de apanhar", ou cometeu o crime de "estar na rua". É preciso matar as mulheres muitas vezes. Até as que continuam vivas. Essa boa sociedade apoia, todos os dias, os homens que cometem violência contra as mulheres.

Sim, essa nossa sociedade precisa com urgência de políticas públicas e campanhas no combate à aberração cultural da misoginia. Nós precisamos falar dos homens, da construção dessa masculinidade, e com os homens. Guarapuava precisa enfrentar sua imagem no espelho.

Rosemeri Moreira
Doutora em História Cultural
Professora do Departamento de História da Unicentro

Fonte: *Diário de Guarapuava*, Opinião, A12, 20 de novembro de 2013.

Ao longo dos dezesseis dias, o jornal publicou nove artigos de opinião, um editorial, seis reportagens a respeito das ações da campanha - como a capacitação sobre atendimento a vítimas de violência de gênero, o programa *Caminhos da Profissão*, a

discussão sobre mudanças e melhorias na estrutura de amparo à mulher vítima de violência em Guarapuava, entre outros -, além de uma reportagem da editoria de Política, que abordou a atuação da Secretaria de Políticas para as Mulheres. A violência contra a mulher também figurou nas páginas de segurança, em duas ocorrências e uma reportagem sobre a prisão, em Londrina, de um homem que matou uma mulher a facadas em Guarapuava.

Entre os nove artigos publicados, em que são impressas opiniões e análises sobre a violência de gênero, quatro foram escritos pelas mulheres do *Movimento de Mulheres da Primavera*. Os assuntos que cada um dos artigos abordou ajudam a sociedade a entender um pouco melhor sobre a estrutura do movimento, suas lutas, os desafios e as conquistas; tratam sobre a (des) construção das identidades de gênero, sobre a repercussão social das discriminações, desigualdades e preconceitos relacionados às mulheres, sobre o movimento social e as políticas públicas direcionadas ao enfrentamento à violência, entre outros. A análise desses artigos nos possibilita compreender também os espaços de construção e desconstrução das representações de gênero na sociedade, assim como a organização das mulheres em torno da luta por uma estrutura social mais justa para suas iguais em Guarapuava.

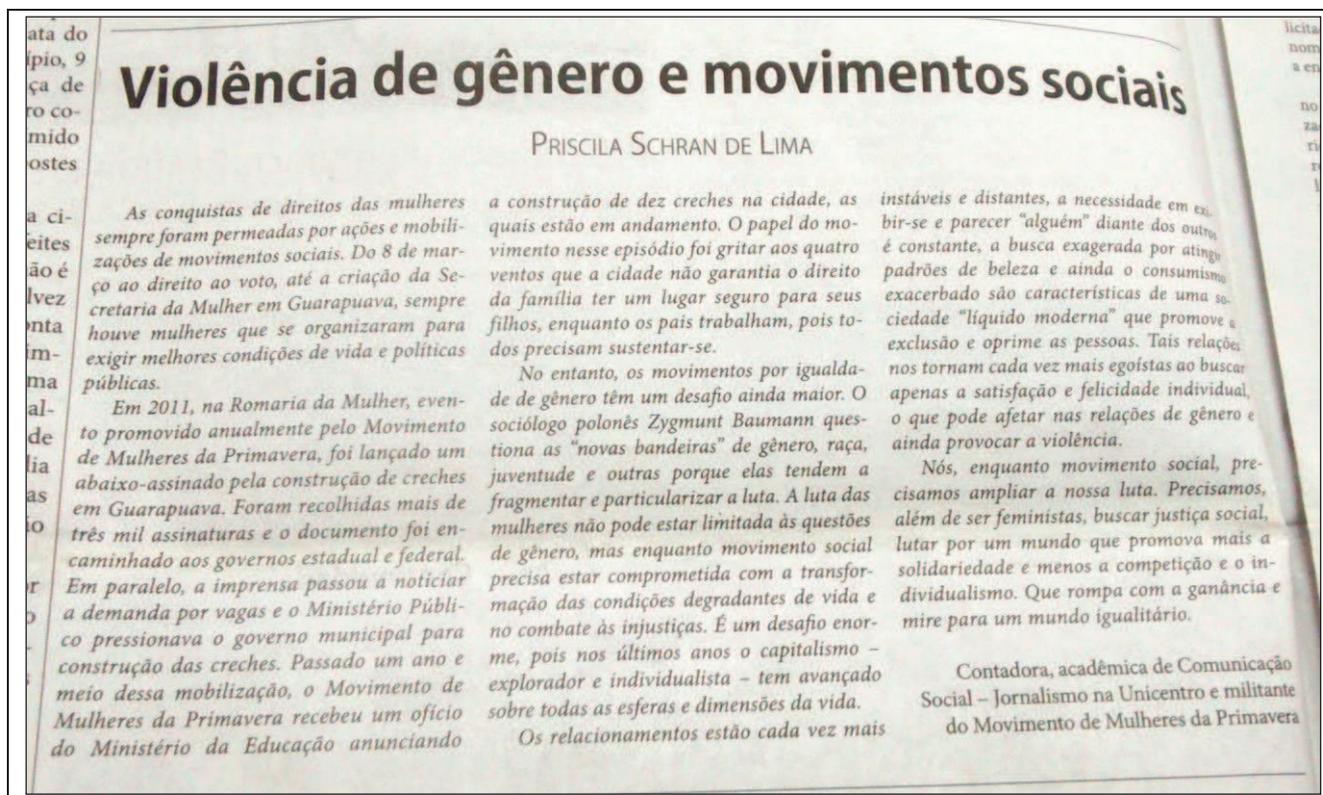
4.2 Espaços e temáticas em visibilidade: o Movimento de Mulheres nos artigos sobre a violência

A organização do *Movimento de Mulheres da Primavera* e sua luta em torno do empoderamento das mulheres de Guarapuava - visando a formação política, a emancipação econômica e social das mulheres e o enfrentamento à violência de gênero - são indispensáveis para compreender como, em 2013, o discurso sobre a violência contra as mulheres e as políticas de enfrentamento à desigualdade de gênero pode alcançar visibilidade em vários espaços da cidade de Guarapuava.

Em um dos quatro artigos publicados pelas militantes do Movimento no jornal *Diário de Guarapuava* durante os *16 Dias de Ativismo*, Priscila Schran de Lima (2013) aborda a questão da violência de gênero e dos movimentos sociais. Em seu texto (Figura 11), publicado em 5 de dezembro de 2013, a contadora e acadêmica de jornalismo lembra que as conquistas de direitos das mulheres sempre estiveram permeadas por ações e mobilizações de movimentos sociais, lutando por voz e representação. “Do 8 de março ao

direito ao voto, até a criação da Secretaria da Mulher, sempre houve mulheres que se organizaram para exigir melhores condições de vida e políticas públicas” (LIMA, 2013).

Figura 13 - Artigo "Violência de gênero e movimentos sociais", Priscila Schran de Lima.



Fonte: *Diário de Guarapuava*, Opinião, A2, 5 de dezembro de 2013.

Para evidenciar a luta do *Movimento de Mulheres da Primavera* por melhores condições de vida, Lima (2013) lembra um acontecimento relevante na luta dessas mulheres: ela cita que na 8ª *Romaria da Mulher* (Figura 12; Figura 13), realizada em 2011, foram recolhidas mais de três mil assinaturas em um abaixo-assinado que pedia a construção de creches em Guarapuava e que foi encaminhado aos governos estadual e federal. Além da assinatura do documento, a imprensa passou a noticiar a demanda por vagas e o Ministério Público pressionou o governo municipal para a construção de creches. De acordo com o texto, um ano e meio após essa mobilização, o *Movimento de Mulheres da Primavera* recebeu um ofício do Ministério da Educação anunciando a construção de dez creches na cidade. Em 05 de dezembro de 2013, data de publicação do artigo, Lima (2013) escreve que a construção está em andamento e evidencia o papel dos movimentos sociais para que essas mudanças aconteçam:

O papel do movimento nesse episódio foi gritar aos quatro ventos que a cidade não garantia o direito da família ter um lugar seguro para seus filhos, enquanto os pais trabalham, pois todos precisam sustentar-se. (LIMA, 2013).

Figura 14 - - 8ª Romaria da Mulher (*Movimento de Mulheres da Primavera*, 2011).



Fonte: Acervo do *Movimento de Mulheres da Primavera*.

Figura 15 - - 8ª Romaria da Mulher (*Movimento de Mulheres da Primavera*, 2011).



Fonte: Acervo do *Movimento de Mulheres da Primavera*.

Uma análise rápida das imagens nos permite perceber a organização das mulheres da 8ª *Romaria da Mulher* em torno de equipamentos coletivos para o bairro. A luta por creche e por obras de infraestrutura para o Bairro Primavera é, também, uma luta das mulheres do movimento. As creches são essenciais para possibilitar que pais e mães de crianças pequenas possam trabalhar e garantir o sustento da família. Ao considerar a situação da comunidade do bairro, a luta do *Movimento de Mulheres da Primavera* também considera reivindicações de classe, não só de gênero.

Lima (2013) aponta o papel do *Movimento de Mulheres da Primavera* e da *Romaria da Mulher* para “gritar aos quatro ventos” a falta de creches na cidade. Apesar de apontar que as obras estão em andamento, o fato de Eva Schran de Lima fazer parte da Prefeitura a partir de 2013, deveria ajudar na cobrança por celeridade na entrega das obras. É importante considerar, neste ponto, a consciência do jogo político que se estabelece. Nesse momento, a cobrança do Movimento e a própria atuação da vice-prefeita ficam difusos.

O envolvimento de mulheres em organizações, movimentos e lutas populares é algo visível nas classes populares. Apesar da grande contribuição das mulheres nessas lutas, seja de classe ou por direitos sociais e civis, seu “lugar” e suas “atribuições” continuam sendo restritos, da mesma forma em que sua visibilidade e possibilidade de alcançar cargos de liderança nesses movimentos continuam sendo muito inferiores aos dos homens. De acordo com Gohn (2010a), mesmo sendo as mulheres maioria nas ações coletivas públicas, existe uma invisibilidade da sua atuação em vários setores, principalmente em movimentos sociais que se dedicam a outras causas sociais que não as ligadas às lutas feministas ou de gênero⁵³. Esse fato evidencia a necessidade de se desenvolver, na sociedade civil organizada, lutas baseadas na questão de gênero, ou seja, na problematização e destruição dos papéis sedimentados em que se enquadram homens e mulheres historicamente.

Priscila Schran de Lima (2013) registra, em seu artigo, que os movimentos por igualdade de gênero possuem um desafio ainda maior, de caráter reflexivo e questionador, envolvendo uma mudança estrutural do atual sistema econômico que, segundo ela, é a grande chave para combater as injustiças sociais.

⁵³ Esse debate teórico foi feito no capítulo 2.

O sociólogo polonês Zygmunt Baumann (sic) questiona as ‘novas bandeiras’ de gênero, raça, juventude e outras porque elas tendem a fragmentar e particularizar a luta. A luta das mulheres não pode estar limitada às questões de gênero, mas enquanto movimento social precisa estar comprometida com a transformação das condições degradantes de vida e no combate às injustiças. É um desafio enorme, pois nos últimos anos o capitalismo – explorador e individualista – tem avançado sobre todas as esferas e dimensões da vida. (LIMA, 2013)

Ao abordar o conceito de sociedade “líquido moderna” desenvolvido por Bauman, Lima (2013) versa sobre uma sociedade que provoca a exclusão e a opressão das pessoas, na medida em que estimula o consumo exacerbado, a busca por atingir padrões de beleza, a valorização das aparências vazias, da felicidade individual; a instabilidade dos relacionamentos, o egoísmo, características que, segundo ela, afetam as relações de gênero e provocam a violência. Embora historicamente as lutas de classe não incorporem a questão de gênero, Lima (2013) faz uma tentativa de conciliação, ao provocar a reflexão sobre a necessidade de que a luta das mulheres incorpore, também, outros tipos de opressão, numa relação de interseccionalidade: do capital, de raça, etnia, espaço geográfico, idade, etc. Ao finalizar, Lima (2013) reconhece o papel do *Movimento de Mulheres da Primavera* e o caminho que ainda precisa ser trilhado.

Nós, enquanto movimento social, precisamos ampliar a nossa luta. Precisamos, além de ser feministas, buscar justiça social, lutar por um mundo que promova mais a solidariedade e menos a competição e o individualismo. Que rompa com a ganância e mire para um mundo igualitário. (LIMA, 2013)

Priscila Schran de Lima (2013) evidencia claramente o local de atuação e os amplos desafios do *Movimento de Mulheres da Primavera*. O texto demonstra que o movimento atua em duas frentes: com características dos movimentos populares de mulheres – lutas amplas que envolvem a conquista de melhores condições de vida para as mulheres, suas famílias e a sociedade como um todo, por exemplo, ao pedir a construção de creches na cidade – e assumindo sua identidade feminista, ao buscar a igualdade de tratamento e de direitos para homens e mulheres, inclusive, lutando contra a violência à mulher e os estereótipos de gênero instituídos socialmente.

A definição do *Movimento de Mulheres da Primavera* como movimento feminista, no entanto, ainda é uma questão polêmica dentro do movimento, como nos contou Paula Santos, em entrevista:

A galera tem um pouco de receio de dizer 'feminista': 'Ah, feminista não, feminina'. Não é feminina, é feminista sim! Feminista sim! Existem vários tipos de feminismo, o nosso movimento hoje é pautado nesses três eixos, a gente escolheu não falar em liberdade sexual das mulheres, mas há feministas que discutem isso sim. O nosso movimento não é pautado, mas não precisa desmerecer a pauta dos outros. Então é mais o preconceito que é um probleminha. Então, é nesse sentido. Por isso que naquela formação que a gente teve no [colégio] Carlita, eu fiz questão de escrever essas coisas que a gente sempre discute: o Movimento de Mulheres da Primavera é um movimento feminista sim. Podemos não discutir aborto, podemos não discutir liberdade sexual, podemos não discutir... mas é um movimento feminista. Só o fato de você estar inserindo politicamente uma mulher, ele já é um movimento feminista. Só que isso que a galera não enxerga. Ou a galera ainda acha pior ainda, 'ah, o feminismo só quer a superioridade das mulheres e quer excluir os homens'. Meu, não é isso. Sabe? Toda essa questão. (SANTOS, Paula. Entrevista 8 [nov. 2014]. Entrevistadora: Morgani Guzzo. Guarapuava, 2014).

É amplamente discutido na literatura sobre a variedade de feminismos e de discursos feministas sendo formulados na sociedade atual. Apesar da diversidade, Cláudia de Lima Costa (2002) argumenta que esta heterogeneidade interna não fragmenta nem enfraquece a importância política do feminismo, que tem como objetivo primordial alcançar uma sociedade onde as relações sociais não sejam pautadas por uma diferença entre os sexos, que resulta, historicamente, na opressão de um pelo outro.

A dificuldade na identificação de algumas mulheres do movimento como feministas ou não depende, segundo algumas entrevistadas, de uma formação mais aprofundada sobre o surgimento dos movimentos feministas, as ondas feministas que se desenvolveram ao longo dos tempos e da ampliação da discussão sobre as diferentes correntes contemporâneas. Identifica-se, no entanto, preocupação do Movimento em não esvaziar o sentido da luta por uma sociedade livre da desigualdade de gênero, o que poderia acontecer com a não caracterização das bandeiras como feministas.

De acordo com Cynthia Andersen Sarti (2004), algumas questões que tangem o feminismo geram polêmica e divisão dentro do próprio movimento feminista, devido às marcas culturais que envolvem as mulheres em diversos contextos. No caso do *Movimento de Mulheres da Primavera*, como apontou Santos (2014) em entrevista, alguns assuntos sequer são abordados, como a liberdade sexual das mulheres, devido ao estreito envolvimento das mulheres com a Igreja Católica. É essencial, portanto, considerar as experiências diversas e as marcas culturais da formação das militantes como sujeitos

políticos, para compreender a identificação de si mesmas como feministas e, ainda, como mulheres.

As questões que tangem mais diretamente o feminismo, como a relação da mulher com o homem, a sexualidade, o casamento como meio de vida e o significado e a vivência da maternidade, são experiências com fortes marcas culturais. Sabe-se evidentemente que as oportunidades e experiências não são as mesmas para todas as mulheres, assim como são diversas também as perspectivas, o que restringe as possibilidades e a própria desejabilidade de identificação com as bandeiras feministas, ainda que o feminismo possa ser reconhecido como um movimento que traz genericamente benefícios à condição social da mulher. (SARTI, 2004, p. 44).

Em segundo lugar, a dificuldade em compreender o *Movimento de Mulheres da Primavera* como feminista é resultado do seu reconhecimento como movimentos de mulheres (que é teoricamente diferente de movimento feminista). Maria da Gloria Gohn (2010a) abordou essa separação como uma preocupação de alguns pesquisadores dos movimentos sociais. No entanto, constata-se que, mesmo que exista uma diferenciação entre os dois tipos de movimentos, o *Movimento de Mulheres da Primavera* é um híbrido das duas frentes de luta: ao mesmo tempo em que busca o reconhecimento da importância da mulher na sociedade, o fim da violência doméstica e da opressão vivida por mulheres, sua luta abrange demandas básicas para o desenvolvimento de uma sociedade justa para homens, mulheres, suas famílias e filhos – equipamentos e bens coletivos. O receio de usar o termo “feminista” acaba se caracterizando por ser mais uma das grandes lutas que as mulheres travam, cotidianamente, contra os estereótipos, o preconceito e a falta de informação de alguns âmbitos da sociedade guarapuavana sobre a luta por igualdade de gênero.

O caráter sexista que ainda permeia as relações sociais reflete no resultado das pesquisas: Guarapuava está entre as 100 (cem) cidades brasileiras mais violentas para as mulheres, de acordo com o Mapa da Violência de 2012 (WAISELFISZ, 2012). Segundo o relatório final da CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito), que investigou a violência contra a mulher brasileira, publicado em 2013, com relação aos homicídios de mulheres, o Brasil ocupa o 7º lugar em um ranking de 84 países; o Paraná é o terceiro estado do país onde morrem mais mulheres vítimas de assassinato. Embora a luta por direitos humanos das mulheres tenha se ampliado na última década, com conquistas relevantes como a instituição de uma lei que cria mecanismos para coibir a violência

doméstica e familiar contra a mulher (Lei 11.340/2006), a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, em 2003, e diversas ações de combate ao sexismo relacionadas à atuação desta Secretaria, os números de mulheres assassinadas não tem recuado como é desejável. A razão para tanta violência é a estrutura social e a cultura em que estamos inseridas/os. A solução para esse grave problema social perpassa pela transformação profunda de nossa cultura, dos valores, estereótipos e representações de gênero na sociedade brasileira.

Em outro artigo publicado no jornal *Diário de Guarapuava* durante a *Campanha dos 16 Dias de Ativismo*, a vice-prefeita, secretária da mulher e militante do *Movimento de Mulheres da Primavera*, Eva Shran de Lima (2013), fala sobre as políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero na cidade, enfocando o seu trabalho dentro da Secretaria de Políticas para as Mulheres (Figura 14). O objetivo é informar a população sobre o trabalho que é realizado pela equipe da Secretaria, além de pontuar que apenas a existência dessa pasta não é suficiente para resolver o problema da violência contra as mulheres.

Figura 16 - Artigo "Violência de gênero e políticas públicas", Eva Schran de Lima.



Violência de gênero e políticas públicas

A declaração de direitos humanos de Viena 1993 em seu parágrafo 18 afirmou que os direitos das mulheres e das meninas são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos.

Criada em 2003, a SPM-PR (Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República) tem como principal objetivo promover a igualdade entre mulheres e homens e combater todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente.

Estudos mostram que mulheres de 15 a 49 anos morrem mais pela violência do que por câncer, malária, acidentes de trânsito e guerras, então precisamos de políticas com respostas específicas e diferenciadas em que as mulheres devem ser vistas e atendidas nas especificidades e peculiaridades de sua condição de ser humano que está sofrendo violações gritantes em seus direitos.

Guarapuava, pelo Mapa da Violência 2012, é a 96ª do Brasil e a 11ª do Paraná em homicídio de mulheres. Com o objetivo de articular políticas públicas de combate à violência doméstica e familiar e gerar oportunidades que promovam a autonomia econômica e social, foi criada em março de 2013, em Guarapuava, a Secretaria de Políticas para Mulheres.

Com uma equipe multiprofissional, a secretaria oferece, de forma humanizada, orientação jurídica, direitos sociais, atendimento psicológico e cursos de capacitação e qualificação de mão de obra inserindo a mulher no mercado de trabalho em ofícios antes não desempenhados por mulheres. Cada mulher que chega à secretaria é acolhida com carinho e atenção, pois

este é o lugar para ela sentir apoio. Visitamos todas as mulheres que registram ocorrência na Polícia Militar, não deixamos de acompanhar nenhuma mulher depois que ela vence o ciclo da violência e ainda encaminhamos o agressor para tratamento que o liberte de dependência química. Cada mulher é uma história diferente e a todas damos o nosso melhor. Paralelo a isso, encaminhamos projetos ao governo federal e, para a vitória da luta das mulheres, conquistamos a Casa Abrigo para a nossa cidade, um espaço de proteção e amparo à mulher vítima.

Mas a secretaria, por si só, não conseguirá erradicar a violência contra as mulheres. É importante e necessário o envolvimento e articulação de todos os organismos, como saúde, educação, Creas, Polícia Civil e Militar, judiciário, segurança pública. São esses atores que garantirão um funcionamento eficaz da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

E mais, precisamos trabalhar para a implementação transversal de um Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, consolidando mecanismos de gênero nos órgãos públicos municipais. A transversalidade das políticas públicas na questão de gênero somente se consolida quando todos os órgãos de governo trazem para suas pautas e internalizam o olhar de gênero constantemente em suas ações. O desafio é grande, mas muito maior é o desejo de trabalharmos por uma cultura de paz, onde nossa Guarapuava possa ser referência em atitudes positivas no combate à violência doméstica e familiar.

Eva Schran de Lima
Vice-prefeita de Guarapuava e secretária da Mulher

Fonte: *Diário de Guarapuava*, Opinião, A12, 29 de novembro de 2013.

Os primeiros parágrafos do artigo “Violência de gênero e políticas públicas” (LIMA, 2013), publicado em 29 de novembro, apresentam dados e informações concretas para fundamentar a importância de se pensar em políticas públicas para as mulheres no mundo e, especificamente, em Guarapuava.

A declaração de direitos humanos de Viena 1993 em seu parágrafo 18 afirmou que os direitos das mulheres e das meninas são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos.

Criada em 2003, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) tem como principal objetivo promover a igualdade entre mulheres e homens e combater todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente.

Estudos mostram que mulheres de 15 a 49 anos morrem mais pela violência do que por câncer, malária, acidentes de trânsito e guerras, então precisamos de políticas com respostas específicas e diferenciadas em que as mulheres devem ser vistas e atendidas nas especificidades e peculiaridades de sua condição de ser humano que está sofrendo violações gritantes em seus direitos.

Guarapuava, pelo Mapa da Violência 2012, é a 96ª do Brasil e a 11ª do Paraná em homicídio de mulheres. Com o objetivo de articular políticas públicas de combate a violência doméstica e familiar e gerar oportunidades que promovam a autonomia econômica e social, foi criada em março de 2013 em Guarapuava a Secretaria de Políticas para Mulheres no município. (LIMA, 2013).

Ao trazer uma visão panorâmica sobre os direitos e a situação da população feminina no Brasil e em Guarapuava, Lima (2013) procura legitimar a importância da atuação da Secretaria de Políticas para as Mulheres de Guarapuava, criada em 08 de março de 2013 e inaugurada em 28 de março do mesmo ano⁵⁴.

As informações apresentadas no artigo de Lima (2013) corroboram o estudo realizado por Maria Isabel Raimondo Ferraz (2008) sobre o perfil da violência doméstica e familiar em Guarapuava, nos anos de 2006 e 2007. Ferraz (2008) chama a atenção para o fato de que em qualquer classe social e em todos os países têm sido documentado casos de violência contra a mulher, que incluem opressão, dominação, crueldade e provocam assassinatos, estupros, abusos físicos, sexuais, emocionais, prostituição forçada, mutilação genital e violência racial. Os agentes geralmente são parceiros, familiares, conhecidos, agentes do estado ou pessoas que convivam no domicílio ou que exerçam relação de poder sobre a vítima ou aproveitam de sua vulnerabilidade para praticá-la.

De acordo com Ferraz (2008), no Brasil, os dados sobre violência contra mulheres e a visibilidade desse tipo de violência somente puderam ser melhores constatados no Brasil a partir da implantação das Delegacias da Mulher (DDM)⁵⁵. A primeira Delegacia criada foi em 1986, em São Paulo. Em Guarapuava, a primeira DDM foi inaugurada em 1996.

⁵⁴ De acordo com Knapik (2005), a conquista de cargos políticos pelas mulheres, principalmente a partir da década de 1980 no Brasil, foi a grande causa para que começassem a surgir políticas públicas voltadas para as questões específicas das mulheres. Da mesma forma, a partir de 1993, quando a Conferência Mundial de Viena sobre Direitos Humanos declara que a violência contra a mulher é uma violação dos Direitos Humanos das Mulheres, começam a surgir ONGs voltadas para a luta em defesa dos Direitos das Mulheres. A atuação de mulheres organizadas pressionam o Estado para que sejam criadas iniciativas públicas, tais como Programas de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), Delegacias da Mulher para acolher denúncias de violência, Conselhos dos Direitos das Mulheres (Conselho Nacional de Direitos da Mulher – CNDM), conselhos estaduais e municipais, o SOS Mulher, entre outros. (KNAPIK, 2005).

⁵⁵ “A Delegacia da Mulher tem como princípios: assegurar a tranquilidade à população feminina vítima de violência, através de investigações, implantação de atividades de prevenção e repressão aos delitos praticados contra elas; auxiliar a vítima, os autores da agressão e seus familiares a encontrar o caminho da não-

Embora tenha um papel importante a desempenhar, a Delegacia da Mulher nem sempre oferece o apoio e a orientação necessários às mulheres vítimas de violência. O alto índice de subnotificação dos registros de queixas por violência contra mulheres é, muitas vezes, explicado devido à estrutura da própria delegacia. Sendo composta por uma equipe de homens em sua maioria, algumas mulheres não se sentem acolhidas e, até mesmo, sentem apreensão em denunciar⁵⁶. Outro tema recorrente no âmbito das políticas públicas e nos cursos de capacitação para profissionais no atendimento da mulher vítima da violência é a culpabilização da vítima: atribuir à mulher a culpa pela violência sofrida (seja pelo modo de se vestir, de falar, por ter “provocado”) ainda é muito comum e se repete nos atendimentos em hospitais e delegacias, onde as equipes estão despreparadas para realizar o atendimento humanizado.

Essas e outras questões devem ser trabalhadas nas ações da Secretaria de Políticas para as Mulheres, tanto em nível federal quanto em nível local. Os cursos de capacitação para agentes de saúde e de segurança são exemplos de como formar pessoal capacitado para atender de forma humanizada as mulheres em situação de violência e, assim, extinguir o medo das mulheres em denunciar e diminuir o alto índice de subnotificação.

No decorrer do artigo, Lima (2013) dá algumas informações de serviço aos leitores, apontando ações realizadas pela Secretaria desde a sua criação (de março a novembro de 2013), buscando, assim, legitimar a existência da pasta perante a comunidade.

Quanto à sua estrutura, a Secretaria é formada por uma equipe multidisciplinar, composta pela secretária, uma assistente social, uma advogada, uma psicóloga, uma equipe de apoio administrativo (duas pessoas) e uma coordenadora de projetos e cursos de profissionalização que tem como enfoque as mulheres em situação de violência, os profissionais da saúde, segurança, educação, entre outros. A equipe trabalha em torno de dois eixos: o combate à violência contra as mulheres, com parcerias com entidades e a comunidade em geral e a autonomia econômica e social das mulheres, por meio da

violência, por meio do trabalho preventivo, educativo e curativo. Sua finalidade é orientar e atender à mulher, proporcionando ambiente predominantemente feminino e acolhedor, para que a vítima possa sentir-se livre para revelar seu problema, encontrar proteção, orientações para retorno ao lar e buscar provas do crime” (FERRAZ, 2008, p. 20).

⁵⁶ Para Ferraz (2008), os índices de subnotificação podem estar relacionados com a humilhação, a vergonha, o medo de ser culpada pela agressão sofrida; a falta de segurança pessoal e dos filhos. A existência de experiência anterior negativa em casos que foram denunciados também acaba silenciando as mulheres vítimas. Outras causas de subnotificação podem ser: a esperança de que o agressor mude ou melhore seu comportamento, a crença de que seus problemas e lesões não são importantes, o medo de perder os filhos, a dependência financeira, a presença do agressor durante o atendimento de saúde, entre outras.

qualificação profissional. “[...] a secretaria oferece, de forma humanizada, orientação jurídica, direitos sociais, atendimento psicológico e cursos de capacitação e qualificação de mão obra inserindo a mulher no mercado de trabalho em ofícios antes não desempenhados por mulheres” (LIMA, 2013).

O trecho “ofícios antes não desempenhados por mulheres” refere-se à separação do mercado de trabalho entre trabalhos desempenhados por homens e trabalhos desempenhados por mulheres. Um dos objetivos da Secretaria é que as mulheres em situação de violência conquistem a autonomia econômica, para que a dependência do marido não seja a razão da permanência de algumas delas numa relação violenta e perigosa. Portanto, ao caracterizar “ofícios antes não desempenhados por mulheres” Lima (2013) explicita a ausência de mulheres em determinadas profissões por problemas de oferta da própria estrutura do mercado. Entre os cursos ofertados pela Secretaria, em parceria com outras entidades, estão: auxiliar de serviços automotivos, auxiliar de eletricidade predial, inclusão digital, entre outros.

O artigo aborda em seguida o tratamento realizado com cada mulher e o apoio que é dado, mesmo àquelas que não procuram diretamente a Secretaria – mas que são procuradas pela equipe.

Cada mulher que chega à secretaria é acolhida com carinho e atenção, pois este é o lugar para ela sentir apoio. Visitamos todas as mulheres que registram ocorrência na Polícia Militar, não deixamos de acompanhar nenhuma mulher depois que ela vence o ciclo da violência e ainda encaminhamos o agressor para tratamento que o liberte de dependência química. Cada mulher é uma história diferente e a todas damos o nosso melhor. Paralelo a isso, encaminhamos projetos ao governo federal e, para a vitória da luta das mulheres, conquistamos a Casa Abrigo para a nossa cidade, um espaço de proteção e amparo à mulher vítima. (LIMA, 2013).

Nesse trecho, Lima (2013) fala do trabalho de “buscativa”, que consiste em a equipe da Secretaria buscar os casos registrados pelo 16º Batalhão da Polícia Militar e, a partir deles, realizar a visita, mesmo que a vítima não tenha entrado em contato com a Secretaria. Nesse processo, a mulher em situação de violência sente-se amparada, é convidada a participar dos cursos, a receber orientação da advogada, assistente social e da psicóloga e consegue mais facilmente sair da situação de violência. Em muitos casos, como apontado pelo artigo de Lima (2013), a preocupação se estende ao agressor, que também recebe acompanhamento de órgãos responsáveis, como no caso de um necessário tratamento para dependentes químicos.

Dados disponibilizados pela Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres em julho de 2014 mostram que em um ano (no período de abril/2013 a 31 de março/2014) 578 mulheres foram atendidas pela equipe, destes, 313 casos foram referentes à violência, 139 aos cursos e 126 relacionados a outros assuntos. No mesmo período, foram registrados 628 atendimentos pelo 16º Batalhão da Polícia Militar, sendo que todas as mulheres atendidas pelo 16º BPM recebem visitas da Secretaria.

Em pouco mais de um ano, a Secretaria da Mulher de Guarapuava foi contemplada com três projetos do Governo Federal: um para a estruturação física da secretaria (móveis, computadores, carros); outro para o aluguel de uma casa para abrigar provisoriamente mulheres e famílias em situação de risco e violência, que se encontram sob ameaça; e, por fim, um projeto para a promoção de cursos para as mulheres na construção civil. Tais projetos são importantes passos para a consolidação de políticas públicas no município de Guarapuava.

Guarapuava faz parte da Câmara Técnica Estadual do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência Contra a Mulher e foi nomeada em abril de 2014 como um dos cinco polos regionais que atuam no enfrentamento à violência. O Paraná ocupa o 3º lugar no ranking de estados mais violentos para as mulheres do País, de acordo com o Mapa da Violência 2012 (WAISELFSZ, 2012). A taxa registrada no estado é de 6,3 mortes em 100 mil mulheres, superior à taxa nacional e atrás somente do Estado do Espírito Santo (9,4) e de Alagoas (8,3).

Devido à alta taxa de homicídios registrada no País - segundo o mesmo estudo, o Brasil ocupa o 7º lugar, em um comparativo de 84 países, no número de assassinatos a mulheres -, o Governo Federal criou em 2012 uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar o cumprimento da Lei Maria da Penha e o atendimento às vítimas⁵⁷. Segundo o relatório, os poderes Executivo, Judiciário e o Ministério Público não dispõem de sistemas eficientes de coleta, registro e disseminação de dados sobre a violência contra a mulher no Paraná. Por isso, entre as trinta e duas recomendações feitas pela comissão para o estado, está a criação e o fortalecimento de bancos de dados que permitam organizar ações de prevenção e combate à violência das regiões mais críticas.

⁵⁷ Essa comissão realizou um levantamento da situação em cada estado brasileiro e das ações de enfrentamento desenvolvidas por cada um deles. Após um ano e meio, o relatório final da CPMI, publicado em agosto de 2013, mostrou que em torno de 91 mil mulheres foram mortas em decorrência da violência doméstica nos últimos 30 anos no Brasil – a taxa é de 4,4 homicídios em 100 mil mulheres, atrás apenas de países como El Salvador, Colômbia e Rússia.

Após o resultado da CPMI, o Paraná assinou o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência Contra a Mulher – um dos últimos estados brasileiros a fazer isso – e criou a Câmara Técnica Estadual, da qual o município de Guarapuava, representado pela Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres faz parte⁵⁸. Guarapuava é a cidade polo da Região Centro-Sul do Estado deste abril de 2014, e tem como função articular os mais de cinquenta municípios da região, mapear estruturas existentes em cada cidade e representar suas necessidades da Câmara Técnica⁵⁹.

Apesar de pontuar o trabalho e os avanços conquistados pela Secretaria de Políticas para as Mulheres de Guarapuava - como a liberação de verba para o aluguel de imóvel para instalar a Casa Abrigo, uma vitória importante no enfrentamento à violência -, Lima (2013) finaliza o artigo evidenciando que ainda há necessidades a serem superadas, tais como a articulação de uma rede de organismos, como saúde, educação, Creas (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) Política Civil e Militar, judiciário, segurança pública, entre outros, que formem a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e fortaleçam esse enfrentamento em vários âmbitos. Lima (2013) finaliza chamando a atenção para incorporação da questão de gênero nos órgãos públicos municipais como forma de mudar a postura e a cultura da sociedade.

E mais, precisamos trabalhar para a implementação transversal de um Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, consolidando mecanismos de gênero nos órgãos públicos municipais. A transversalidade das políticas públicas na questão de gênero somente se consolida quando todos os órgãos de governo trazem para suas pautas e internalizam o olhar de gênero constantemente em suas ações. O desafio é grande, mas muito maior é o desejo de trabalharmos por uma cultura de paz, onde nossa Guarapuava possa ser referência em atitudes positivas no combate à violência doméstica e familiar. (LIMA, 2013).

⁵⁸ A Câmara Técnica Estadual realiza encontros mensais com os órgãos e secretarias municipais de mulheres do estado (dos 399 municípios paranaenses, apenas onze possuem órgão de Políticas para as Mulheres, de acordo com a página da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República), juntamente com o Ministério Público, a coordenadoria das Delegacias da Mulher do Estado do Paraná e outras instituições. Nessas reuniões, é possível encaminhar reivindicações e trocar experiências e necessidades.

⁵⁹ A seleção das cidades polo obedeceu a alguns critérios como localização geográfica, número de habitantes, índice de violência, adesão ao Pacto de enfrentamento à violência contra a mulher e a existência de um Organismo Municipal de Políticas para as Mulheres – no caso de Guarapuava, a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres. Como cidade polo, Guarapuava convida os municípios da região para os cursos de capacitação, para diálogos e realiza visitas para conhecer a situação de cada cidade. Em Pitanga, cidade localizada a 89 km ao norte de Guarapuava, por exemplo, existe uma coordenadoria da mulher que tem avançado muito no combate à violência.

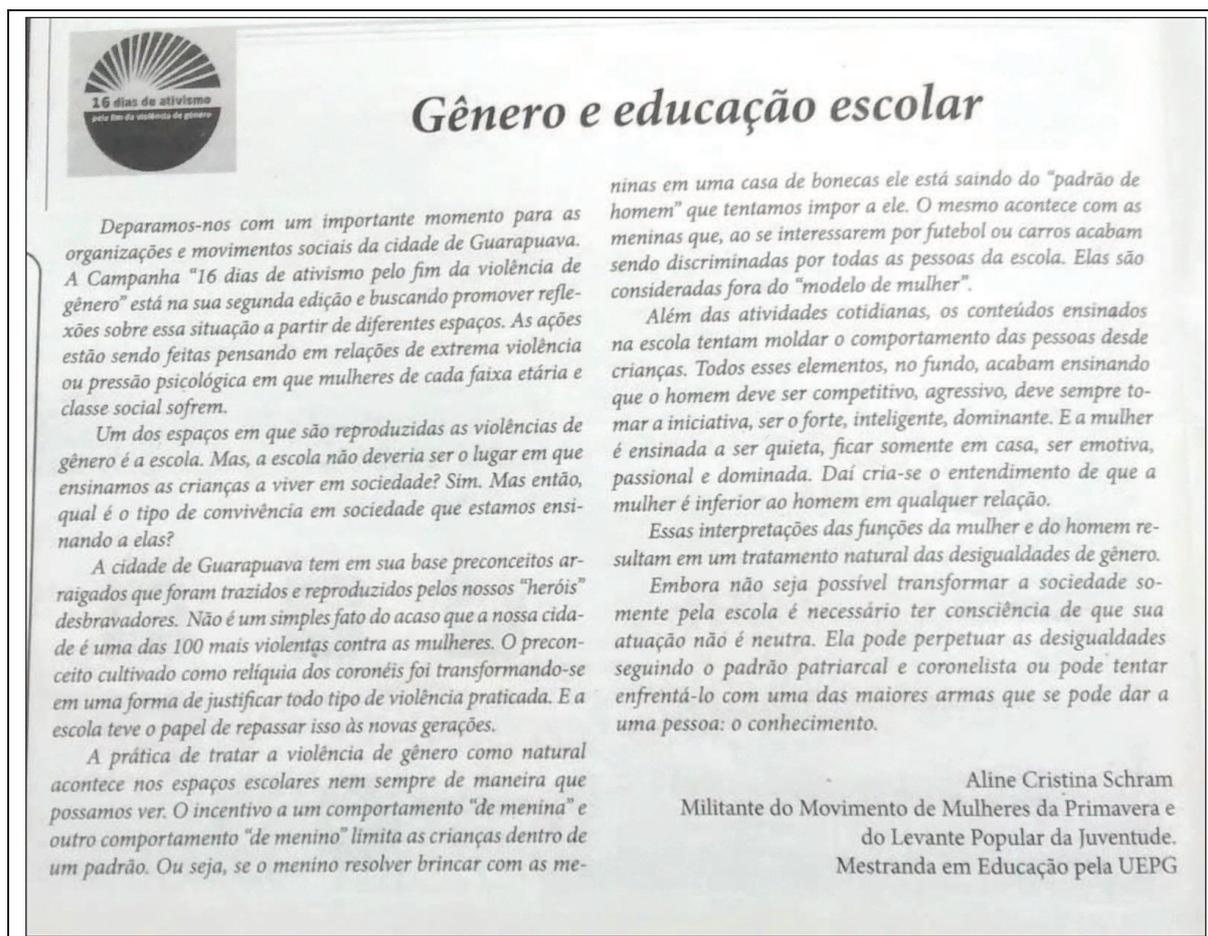
A implementação e a consolidação de mecanismos de gênero, como propôs Lima (2013) em seu artigo é considerado o passo fundamental para uma mudança cultural na sociedade. A partir do momento em que a sociedade reconhece e se debruça sobre as desigualdades de gênero, torna-se mais fácil para combatê-las.

No entanto, transformar culturalmente uma sociedade é um trabalho árduo e demorado. Nos próprios depoimentos das militantes do *Movimento de Mulheres da Primavera*, fica evidente que a desconstrução de papéis de gênero é uma tarefa difícil e, muitas vezes, parece até impossível de conseguir, mesmo para elas que estudam e lutam arduamente para que ocorra essa mudança.

É necessário, portanto, ponderar sobre a necessidade de se discutir a questão de gênero em todos os âmbitos. Tanto com profissionais que atuam em casos de violência, quanto professoras/es, jornalistas e demais cidadãos e cidadãs devem ser formados para identificar situações em que há uma relação de poder provocada pelo sexismo. Nesse sentido, é essencial o papel que a escola e os produtos culturais desempenham tanto para reproduzir e aprofundar a desigualdade de gênero, quanto para desconstruir e problematizar o que, hoje, está naturalizado.

Devido ao enraizamento de alguns preconceitos de gênero, uma das militantes do movimento evidenciou, em seu artigo, publicado durante os *16 Dias de Ativismo*, o papel da escola na transformação das mentalidades – ou na reprodução da desigualdade de gênero. Em seu artigo “Gênero na educação escolar” (Figura 15), publicado em 27 de novembro de 2013, Aline Cristina Schram (2013) aborda a importância das organizações e dos movimentos na luta pelo fim da violência de gênero, mas evidencia que um dos espaços onde são reproduzidas as violências de gênero é a escola.

Figura 17 - Artigo "Gênero e educação escolar", Aline Cristina Schram



Fonte: Diário de Guarapuava, Opinião, A12, 27 de novembro de 2013.

Aline Schram (2013) começa o artigo pontuando a importância da mobilização contra a violência de gênero em torno de ONGs e movimentos sociais da cidade. A realização da segunda edição da *Campanha dos 16 Dias* possibilita a reflexão a respeito da violência e das desigualdades de gênero em diversos espaços, com relação a situações tanto de violência física quanto de violência psicológica, considerando cada faixa etária e classes sociais. Um dos espaços onde essa reflexão deve ser feita, segundo Schram (2013) é a escola, um local em que são reproduzidas as violências de gênero, baseadas nos valores culturais sexistas da cidade.

Ao questionar o tipo de convivência em sociedade que é ensinado às crianças na escola, Aline Schram (2013) argumenta sobre a construção dos valores sexistas da cidade de Guarapuava.

A cidade de Guarapuava tem em sua base preconceitos arraigados que foram trazidos e reproduzidos pelos nossos ‘heróis’ desbravadores. Não é um simples fato do acaso que a nossa cidade é uma das 100 mais violentas contra as mulheres. O preconceito cultivado como relíquia dos coronéis foi transformando-se em uma forma de justificar todo tipo de violência praticada. E a escola teve o papel de repassar isso às novas gerações. (SCHRAM, 2013).

Schram (2013) retorna ao passado, à construção da sociedade e da cultura de Guarapuava, baseada na exaltação e na comemoração dos “heróis desbravadores”, capitães da Coroa Portuguesa que aqui vieram para ocupar o território dos Campos de Guarapuava no início do século XIX. Assim, Schram (2013) denuncia a tradição coronelista da cidade, baseada numa estrutura patriarcal, em que impera práticas de masculinidade ligadas à coragem e, principalmente, à força. Tal cultura é disseminada, também, nas escolas, ao abordarem a história da cidade a partir da construção feita pela historiografia tradicional, baseada nos grandes feitos dos grandes homens. Esses valores culturais sexistas e desiguais para mulheres e homens são reproduzidos nas escolas, muitas vezes, sem que seja possível perceber. De acordo com Schram (2013), a divisão entre atividades e comportamentos “de meninas” e “de meninos” é uma forma de naturalizar a violência de gênero, além de limitar as crianças dentro de um padrão.

Ou seja, se o menino resolver brincar com as meninas em uma casa de bonecas ele está saindo do ‘padrão de homem’ que tentamos impor a ele. O mesmo acontece com as meninas que, ao se interessarem por futebol ou carros acabam sendo discriminadas por todas as pessoas da escola. Elas são consideradas fora do ‘modelo de mulher’. (SCHRAM, 2013).

A tentativa de moldar as crianças para um padrão de gênero é uma das principais falhas cometidas na educação escolar. E esta falha é, também, um reflexo da falta de leis, decretos e/ou planos produzidos no âmbito da educação pública que incluam a perspectiva de gênero nas políticas públicas de educação. De acordo com o estudo de Claudia Vianna & Sandra Unbehaum (2006), a inclusão da perspectiva de gênero na educação básica brasileira é ainda recente e muito menos institucionalizada do que em outros campos como as áreas da saúde e do trabalho⁶⁰. Segundo as autoras, a educação não tem sido um campo privilegiado pelas reivindicações do movimento de mulheres, com exceção da luta por

⁶⁰ A pesquisa faz uma reflexão sobre a implantação de políticas públicas de educação que inserem a perspectiva de gênero. Também aponta as transformações nas políticas da escola infantil e básica a partir da década de 1970 até os anos 2000 (VIANNA & UNBEHAUM, 2006).

creches e pela educação infantil. No entanto, é possível perceber a elaboração de políticas públicas de educação, ora mais, ora menos integradas com as demandas das lutas por igualdade de gênero.

A naturalização dos comportamentos “de meninos” e “de meninas”, agravada, muitas vezes, pelos conteúdos trabalhados nas escolas, constitui-se como uma das principais causas de a violência contra as mulheres ser aceita socialmente e ser, até mesmo, estimulada. Segundo Schram (2013), naturalizar o comportamento dos meninos ligado à competição, agressividade, força, inteligência e desejo de dominação, enquanto se ensina às meninas ser quieta, emotiva, passional, ter a responsabilidade do espaço doméstico e se deixar dominar, acaba por criar nas crianças o entendimento de que as mulheres são inferiores aos homens em qualquer relação. Esse entendimento, tido como natural da sociedade em que vivemos, é o que fortalece as desigualdades de gênero.

Um ponto a ser considerado, também, é que as escolas hoje precisam estar preparadas para trabalhar com as crianças numa relação não mais binária de gênero. Embora Schram (2013) e o *Movimento de Mulheres da Primavera* não tratem abertamente essa questão, é importante salientar que a equipe escolar deve ser formada para trabalhar com crianças com as mais diversas identidades de gênero e orientações sexuais. Se desconstruir as relações de poder entre homens e mulheres, baseadas nessas duas identidades de gênero, já é um processo complicado nas escolas, como a equipe é preparada para trabalhar com crianças que são transgênero e/ou homossexuais, por exemplo? O desafio é ainda maior. De acordo com Vianna e Unbehaum (2006), a sexualidade e a orientação sexual constituem-se como tabus e a sua abordagem no contexto escolar está muito atrelada à questão da saúde: o tema é discutido somente quando se trabalha com a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência, não enfocando a questão de gênero, ou seja, o âmbito cultural.

A sexualidade é um tema cercado de tabus, valores culturais e morais, e de difícil abordagem para a maioria das professoras e professores. É preciso orientá-los para uma utilização de conteúdos de gênero que considerem os padrões de conduta estabelecidos culturalmente, os quais, por exemplo, impedem a mulher de exigir de seu parceiro o uso do preservativo. (VIANNA & UNBEHAUM, 2006, p. 420).

Apesar das dificuldades da implantação de políticas direcionadas à discussão das relações de gênero na educação infantil e básica, Vianna e Unbehaum (2006) concluem

evidenciando a importância das iniciativas localizadas, desenvolvidas por Secretarias estaduais ou municipais de Educação, ONGs e universidades, que resultam em cursos de formação, oficinas e produção de material didático para trabalhar a questão de gênero com os educandos. As autoras também apontam que a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, em 2003, ampliou a possibilidade de mudanças concretas no campo da educação, já que dispõe de uma coordenação para a educação e que, juntamente com o Ministério da Educação, vem implementando algumas importantes ações, cumprindo metas estabelecidas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, sendo uma delas, a de incorporar a perspectiva de gênero, raça, etnia e orientação sexual no processo educacional formal. No entanto, é preciso que essas políticas tenham continuidade, disponham de recursos próprios para sua efetivação e que se tornem amplas, inclusive com a reformulação do currículo para a discussão de todos os temas que geram desigualdades: gênero, orientação sexual, etnia, raça, geração, entre outros.

A consolidação do gênero nas políticas públicas de educação é uma tarefa do Estado, e esta dependerá da disponibilidade de recursos e da inclusão das demandas de gênero na educação pelos governos que se sucederem. Não somente como demandas pontuais, em um ou outro aspecto do currículo. Essa tarefa exige, entre outras medidas, uma revisão curricular que inclua na formação docente não só a perspectiva de gênero, mas também a de classe, etnia, orientação sexual e geração. Mais do que isso, é preciso incluir o gênero, e todas as dimensões responsáveis pela construção das desigualdades, como elementos centrais de um projeto de superação de desigualdades sociais, como objetos fundamentais de mudanças estruturais e sociais. (VIANNA & UNBEHAUM, 2006, p. 425).

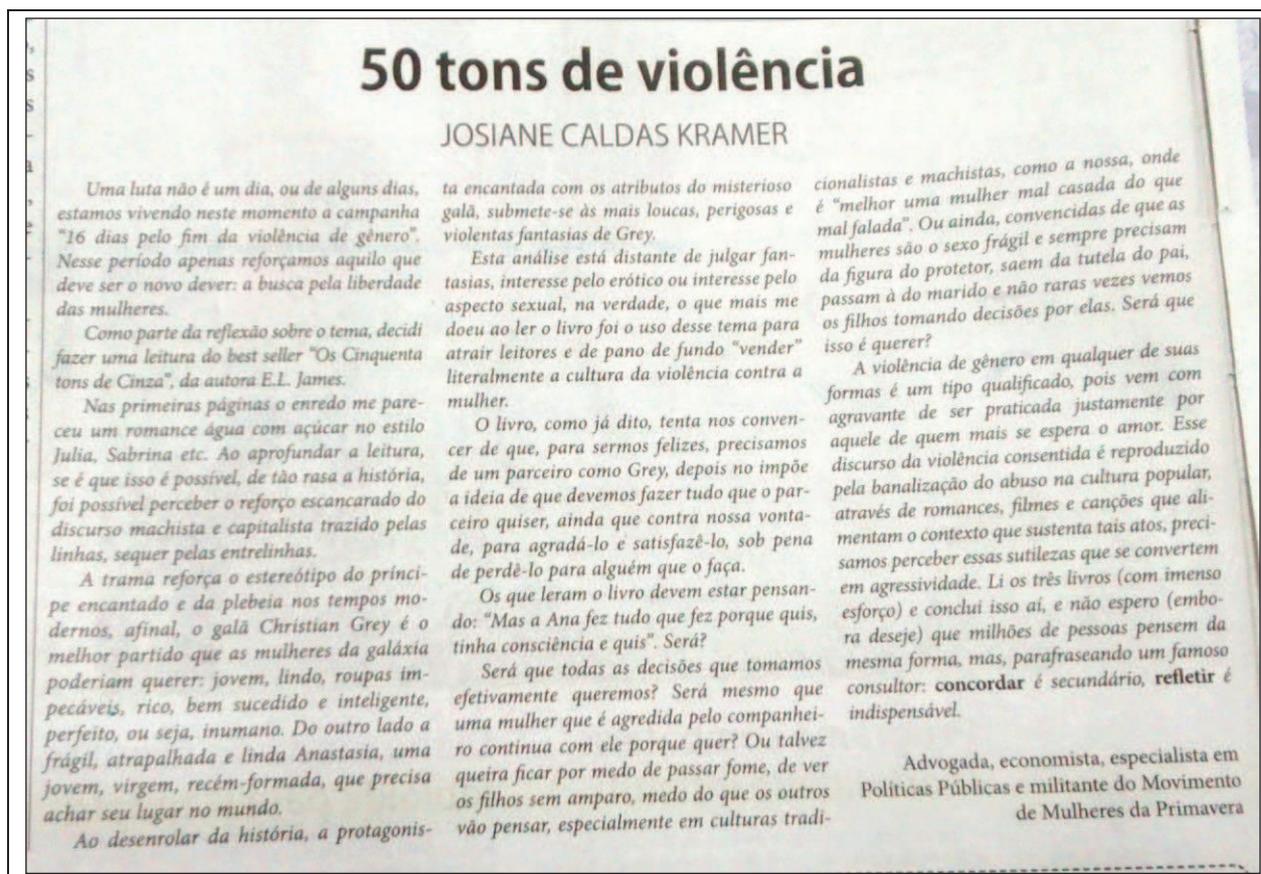
Em Guarapuava, as iniciativas que têm como objetivo o envolvimento das escolas municipais e estaduais na discussão de gênero se desenvolvem, principalmente, durante a *Campanha dos 16 Dias de Ativismo*. A participação de algumas escolas tem possibilitado a abordagem do tema por meninas e meninos de diversas faixas etárias, resultando na criação de materiais (cartazes, colagens) que são expostos no final das edições da Campanha; na distribuição de marca-páginas sobre violência no namoro (principalmente para as meninas adolescentes), em 2013; e, em 2014, na formação da primeira turma de professoras, orientadoras e profissionais da educação no curso de extensão “Autonomia e empoderamento das mulheres”, que ocorreu juntamente com o lançamento de material didático e um gibi intitulado “As aventuras de Linda” para distribuição nas escolas. A

parceria entre Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Secretaria Municipal de Educação e a Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro/PR), assim como outras faculdades, entidades e movimentos sociais, tem fomentado a abordagem dessa temática, primeiro, com as professoras que, conseqüentemente, estarão melhor preparadas para trabalhar com o tema em suas turmas e escolas.

Ao finalizar o artigo, Schram (2013) argumenta que, embora não seja possível transformar a sociedade somente pela escola, é necessário não considerar sua atuação como neutra. O acesso à educação e ao conhecimento pode, sim, transformar culturalmente uma sociedade. “Ela pode perpetuar desigualdades seguindo o padrão patriarcal e coronelista ou pode enfrenta-lo com um das maiores armas que se pode dar a uma pessoa: o conhecimento”. Assim, evidencia a importância do envolvimento escolar nessa luta que tem como objetivo final a luta pelo fim da violência de gênero através da conquista da igualdade de gênero.

É importante perceber que, até agora, os três artigos publicados pelas militantes do *Movimento de Mulheres da Primavera* durante os *16 Dias de Ativismo* enfocaram três formas diferentes de enfrentamento à violência de gênero: o papel da organização da sociedade civil por meio dos movimentos sociais; o papel do Estado e das políticas públicas; e o papel da escola. O quarto e último artigo, escrito pela economista e advogada e militante Josiane Caldas Kramer e publicado pelo *Diário de Guarapuava* no dia 3 de dezembro de 2013, aborda o papel da indústria cultural – literatura, cinema, música, etc. - na reprodução de estereótipos de gênero e na disseminação de um discurso de “violência consentida” (Figura 16).

Figura 18 - Artigo "50 tons de violência", Josiane Caldas Kramer.



Fonte: *Diário de Guarapuava*, Opinião, A2, 3 de dezembro de 2013.

O início do artigo "50 tons de violência" aborda o "novo dever" da luta das mulheres e da campanha *16 Dias de Ativismo*: a busca pela liberdade das mulheres. Como parte da reflexão, a autora relata que decidiu fazer a leitura do *best seller* "Cinquenta tons de cinza", de E. L. James. A análise de Kramer (2013) enfoca, primeiro, o estilo "água com açúcar" do romance. Após avaliar a história como "rasa", Kramer (2013) aponta o reforço escancarado de um discurso machista e capitalista que, segundo ela, sequer está nas entrelinhas.

A trama reforça o estereótipo do príncipe encantado e da plebeia nos tempos modernos, afinal, o galã Christian Grey é o melhor partido que as mulheres da galáxia poderiam querer: jovem, lindo, roupas impecáveis, rico, bem sucedido e inteligente, perfeito, ou seja, inumano. Do outro lado a frágil, atrapalhada e linda Anastasia, uma jovem, virgem, recém-formada, que precisa achar seu lugar no mundo. Ao desenrolar da história, a protagonista encantada com os atributos do misterioso galã, submete-se às mais loucas, perigosas e violentas fantasias de Grey. (KRAMER, 2013).

Kramer (2013) chama a atenção, ao realizar a análise da trilogia, para o fato de que o tema erótico das fantasias sexuais atrai leitores tendo, como pano de fundo, a venda da cultura da violência contra a mulher. Segundo ela, o livro “[...] tenta nos convencer de que, para sermos felizes, precisamos de um parceiro como Grey, depois nos impõe a ideia de que devemos fazer tudo o que o parceiro quiser, ainda que contra nossa vontade, para agradá-lo e satisfazê-lo, sob pena de perdê-lo para alguém que o faça” (KRAMER, 2013). Esse trecho deixa claro um tipo de violência que as mulheres sofrem que é muito comum, mas muito difícil de ser identificada: a violência psicológica. De acordo com o art. 7º, § 2º da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), este tipo de violência é definido da seguinte forma:

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; (BRASIL, Lei nº 11.340/06, art. 7º § 2º).

A submissão das mulheres, o medo de perder o parceiro caso se recuse a realizar alguma fantasia e a constante insegurança provocada por uma relação de dominação são somente alguns exemplos da violência psicológica e que pode ser identificado na narrativa ficcional. Ampliando a temática e relacionando-a com as vivências reais das mulheres do *Movimento de Mulheres da Primavera* percebemos, por meio da coleta das entrevistas, que muitas delas sofrem a violência psicológica sem sequer darem-se conta. Janaina Aparecida Batista (2014) é um dos exemplos de uma mulher de foi proibida de estudar, primeiro, pela mãe e, depois, pelo marido.

A violência psicológica está em proibir a mulher de sair de casa, de trabalhar fora, de ter amizades com pessoas que o companheiro não conheça, entre outras situações comuns pelas quais as mulheres do movimento já tiveram que passar. Qualquer ação que prejudique o amplo desenvolvimento, assim como a limitação do direito de ir e vir, são violências psicológicas. Esse entendimento, no entanto, ainda não é completamente assimilado pelas mulheres do Movimento. Apesar de muitas delas terem voltado a estudar e a trabalhar, atualmente, algumas ainda continuam reproduzindo os papéis de mãe e

esposa e limitando-se ao espaço doméstico por imposição cultural do marido ou da própria família (mãe, cunhada, sogra, irmãs).

Kramer (2013) continua o artigo interpelando os leitores que conhecem a trama de “Cinquenta tons de cinza” e que podem argumentar que a personagem Anastácia “fez o que fez porque quis, tinha consciência e quis”: “Será que todas as decisões que tomamos efetivamente queremos? Será que uma mulher que é agredida pelo companheiro continua com ele porque quer?”. Nesse momento, ela enfoca uma questão delicada, até mesmo, dentro do atendimento às mulheres vítimas de violência: são comuns os relatos de pessoas da área da saúde, da polícia ou do judiciário que, ao realizarem um atendimento à mulher vítima de violência, frequentemente perguntam “por que você, simplesmente, não deixa seu marido?”. Casos como esse, que culpam a mulher pela violência sofrida, como se ela gostasse de ser agredida, desmotivam a vítima a denunciar, mantendo-a numa situação de violência e prejudicando o enfrentamento à violência.

Kramer (2013) aponta alguns dos motivos que podem levar as mulheres a se submeterem a uma relação violenta: “medo de passar fome, de ver os filhos sem amparo, medo do que os outros vão pensar, especialmente em culturas tradicionais e machistas, como a nossa, onde é ‘melhor uma mulher mal casada do que mal falada’”. A dependência econômica e social, a falta de efetivação dos direitos das mulheres, também com relação à assistência na criação dos filhos, e a questão cultural, principalmente, são os principais aspectos que cerceiam a liberdade das mulheres vítimas de violência. Kramer (2013) ainda aponta que, muitas vezes, as mulheres são convencidas de que são o sexo frágil, que precisam da figura do protetor: “saem da tutela do pai, passam à do marido e não raras vezes vemos os filhos tomando decisões por elas”. Esses resquícios da estrutura patriarcal da nossa sociedade são, ainda, muito poderosos. Ao não permitir que as mulheres trabalhem ou estudem, os pais ou maridos negam a elas o direito de serem livres, de poderem realizar escolhas, de se tornarem independentes. Essa é a lógica do machismo que tem, como questão fundamental, a submissão das mulheres ao poder dos homens (também através da dependência emocional e financeira).

Ao finalizar o artigo, Kramer (2013) argumenta que a violência de gênero, em qualquer de suas formas, é um tipo qualificado, com o agravante de ser praticada justamente por aquele de quem se espera afeto e amor.

Esse discurso da violência consentida é reproduzido pela banalização do abuso na cultura popular, através de romances, filmes e canções que alimentam o contexto que sustenta tais atos, precisamos perceber essas sutilezas que se convertem em agressividade. Li os três livros (com imenso esforço) e conclui isso aí, e não espero (embora deseje) que milhões de pessoas pensem da mesma forma, mas, parafraseando um famoso consultor: **concordar** é secundário, **refletir** é indispensável. (KRAMER, 2013, grifo da autora).

Ao realizar uma crítica à trilogia “Cinquenta tons de cinza”, Kramer (2013) evidencia, também, outros produtos culturais que legitimam a desigualdade de gênero e, conseqüentemente, a violência contra as mulheres. Ao disseminar um discurso de “violência consentida”, como a autora aponta, deixa-se de problematizar a cultura do abuso que coloca, frequentemente, as mulheres em posições de submissão e dependência. No caso das narrativas ficcionais citadas, a dependência é claramente emocional, mas pode ser múltipla, como é possível perceber em muitos casos não ficcionais.

A problematização da violência e a crítica aos discursos midiáticos que banalizam e naturalizam essa violência é essencial. Da mesma forma como é essencial conhecer as diversas formas de violência que existem e que a Lei Maria da Penha contempla: patrimonial, física, psicológica, moral, sexual, entre outros tipos. Reconhecer o tipo de violência sofrido é o primeiro passo para o enfrentamento e, como podemos perceber, nem sempre as mulheres do próprio *Movimento de Mulheres da Primavera* conseguem ter a concepção exata da situação em que viviam ou que estão vivendo.

Devido à complexidade das situações de violência, os artigos das militantes do movimento possibilitaram que a comunidade de Guarapuava enxergasse para além do que geralmente é abordado em campanhas superficiais ao longo do ano. Durante os *16 Dias de Ativismo*, diversas abordagens e diversos profissionais e cidadãos e cidadãs da cidade tiveram a possibilidade de informar-se e formar-se para compreender e enfrentar a violência contra as mulheres. A atuação do *Movimento de Mulheres da Primavera* e das políticas de enfrentamento, desenvolvidas principalmente a partir da inserção de uma militante do Poder Executivo municipal têm estruturado e fortalecido a luta, mesmo que, muitas vezes, a luta seja individual, ainda dentro dos espaços privados, dentro das quatro paredes das relações afetivas na família.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das lutas e (re) construções identitárias das mulheres do *Movimento de Mulheres da Primavera* considerou, neste estudo, dois âmbitos bastante distintos: a) o relato memorialístico de si mesmas e sua identificação como sujeitos políticos empoderados; e b) os discursos sobre si nos artigos de jornais publicados durante a *Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência de Gênero* de 2013, ligados aos espaços, políticas, ações e manifestações públicas organizadas pelo Movimento com viés no empoderamento das mulheres e na luta pelo fim da violência.

A luta das mulheres do Bairro Primavera, ao longo de quase onze anos, tornou possível a inserção de temas como a violência, o machismo, o sexismo, a discriminação e o preconceito contra as mulheres na sociedade de Guarapuava. Seu reconhecimento como sujeitos políticos e a inserção de sua representante na política partidária, seja no Legislativo ou no Executivo, foram essenciais para despertar um olhar sobre a violência que tenha como foco, principalmente, o desenvolvimento de políticas públicas que permitam o enfrentamento e a transformação social e cultural da 96ª cidade mais violenta para as mulheres do Brasil.

Guarapuava consegue, aos poucos, efetivar o enfrentamento à violência contra as mulheres, por meio de conquistas que são frutos de muita ação: a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres; a vinda de uma delegada titular para a Delegacia da Mulher; a organização de uma Rede de Enfrentamento à Violência, que mobiliza uma equipe multidisciplinar de profissionais; a estruturação da Casa Abrigo; a realização de cursos para o empoderamento econômico-social das mulheres e de cursos para professores e profissionais da rede de ensino; a organização das campanhas que mobilizam sociedade e imprensa; a ampliação da visibilidade sobre a terrível realidade das mulheres guarapuavanas; além da possibilidade dada a inúmeras mulheres de serem atendidas e conseguirem apoio para saírem de lares violentos ou de relações conjugais problemáticas.

Apesar dos avanços, alguns pontos devem ser considerados sobre a participação dessas mulheres em uma luta que é, também, feminista. O silenciamento quanto a questões como o aborto, o casamento civil igualitário, a adoção por casais homossexuais, por exemplo, é algo problemático dentro do *Movimento de Mulheres da Primavera*. O forte laço das militantes com a Igreja Católica – embora o movimento como um todo não seja ligado a esta instituição – é a principal causa de algumas das mulheres do movimento

temerem não só falar sobre esses assuntos, mas, até mesmo, identificarem o movimento como uma luta feminista. Embora a questão do feminismo pareça resolvida nas falas de algumas representantes do movimento, até mesmo da vice-prefeita Eva Schran de Lima, que admite a ação do movimento como feminista, ainda há uma grande reserva quanto ao uso dessa definição por muitas militantes.

O silenciamento de algumas questões feministas – a descriminalização do aborto, principalmente - é, muitas vezes, justificado pela priorização de uma demanda maior: o enfrentamento à violência. Em sociedades em que a violência contra a mulher é um problema urgente, como é o caso do Brasil, do Paraná e, mais especificamente, de Guarapuava, torna-se mais prioritário discutir as relações de poder, a desigualdade de gênero e as representações sobre as mulheres na sociedade do que discutir o aborto. Porém, o domínio de seu corpo, a possibilidade de escolha sobre ter ou não um filho, não é um direito básico das mulheres? Para o *Movimento de Mulheres da Primavera* essa e outras demandas são vistas como radicais, mesmo na contemporaneidade. Nisso, é preciso avançar. O processo de empoderamento das mulheres do movimento enfoca, principalmente, questões sobre a representação, a identidade da mulher e a igualdade de gênero no enfrentamento à violência.

Deve ser considerado, no âmbito de análise deste grupo, o papel que a Igreja Católica tem na influência das temáticas trabalhadas pelo Movimento de Mulheres – ou nas temáticas que não são trabalhadas, por questões culturais e crenças das próprias mulheres. Embora tal influência não se perceba tanto durante as reuniões, ela é evidente durante a organização das Romarias. Portanto, a questão que se coloca é: até que ponto a questão religiosa pode afetar a discussão e a decisão dos movimentos sociais, de representantes políticos ou de outras esferas de poder? Em um momento de intensos debates sobre a laicidade do Estado e do surgimento de discursos de ódio contra homossexuais ou feministas por parte de representantes ligados a algumas religiões, essa questão torna-se preocupante.

Mesmo que não coloquemos em dúvida que a atuação do *Movimento de Mulheres da Primavera* tem a possibilidade de amadurecer esses aspectos, visando incorporar as questões que ultrapassam a escolha pessoal sobre a religiosidade, devemos questionar a relação entre religião e política, na medida em que, eleger representantes de determinadas religiões pode acabar por cercear liberdades de toda uma população que necessita discutir temáticas dentro de um Estado laico. A presença de Eva Schran de Lima na política

partidária, tão necessária quanto reconhecidamente responsável por alguns dos avanços nas questões das mulheres na cidade, pode trazer à reflexão essa necessária separação entre a prática religiosa pessoal e as decisões políticas no âmbito do Estado.

Os resultados deste estudo também nos permitem salientar que o desenvolvimento da luta das mulheres do *Movimento de Mulheres da Primavera* não se fez sem esforços individuais árduos; sem que, às vezes, tenha custado o esquecimento de si mesmas como indivíduos. Priorizar as atividades do movimento, doar-se em busca em avanços para a sociedade de Guarapuava como um todo, no entanto, fez com que algumas mulheres do movimento percebessem que as transformações poderiam ser mais difíceis dentro de suas relações mais íntimas. Reconhecer sua luta política, dentro de espaços públicos não significa esquecer o âmbito mais íntimo do ser, os monstros com os quais elas lutam diariamente, nos seus lares, trabalhos e relações cotidianas.

A despeito de das conquistas do *Movimento de Mulheres da Primavera*, da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres e, particularmente, das próprias militantes, a transformação cultural é uma das luzes que teimam em não acender no fim do túnel. As dificuldades enfrentadas pelas mulheres, tanto no âmbito doméstico-familiar quanto no profissional são, muitas vezes, relacionadas à desigualdade de gênero que impera nessa sociedade. Esses seres humanos de fibra, porém, cheios de fraquezas e problemas íntimos, se deparam, frequentemente, com as imposições sociais do que se espera de uma “mulher”. Tais exigências sociais que vêm, geralmente, de pessoas de sua convivência, continuam sendo a grande questão pela qual a luta dessas mulheres está longe de terminar.

Em 2014, a preocupação com suas dificuldades individuais motivou o *Movimento de Mulheres da Primavera* a reorganizar suas atividades anuais, com base na interiorização do movimento, no cuidado de si, no retorno ao casulo. Mantendo as duas principais ações públicas anuais – a *Romaria da Mulher*, em março e a *Campanha dos 16 Dias*, em novembro -, o restante do ano foi direcionado a palestras, discussões e encontros para terapia, para discutir a autoestima, a sensualidade das mulheres, o reconhecimento de si, as formas de entrar em contato com suas experiências e de utilizá-las como ferramentas de fortalecimento interior. A volta ao casulo, para as militantes do movimento, foi um despertar de si como seres humanos, na sua individualidade e na sua fragilidade.

A necessidade de voltar-se para dentro, visando o fortalecimento interno, é um reflexo da árdua luta que as mulheres travam, diariamente, contra o sexismo, a

discriminação e a desigualdade de gênero. Na medida em que muitas das militantes do movimento se mantêm reféns de relacionamentos complexos, em que a responsabilidade sobre a casa, os filhos e, muitas vezes, o trabalho “externo ao lar” permanecem sobre os seus ombros; na medida em que elas se deparam com críticas sobre seu jeito de ser, de se vestir, sobre seus horários de sair de casa, sobre a forma como educam seus filhos, sobre suas atividades de lazer etc., é possível perceber que o caminho para o fim do túnel é longo. A desconstrução dessa realidade não é algo que elas, sozinhas ou como Movimento, conseguem fazer. Mesmo com a politização e institucionalização do movimento e da luta pelo fim da violência no âmbito do Poder Executivo, além da entrada de muitas das mulheres em cursos de nível superior, no mercado de trabalho etc., a transformação cultural é um processo longo e complexo.

O acompanhamento das reuniões do movimento durante o ano de 2014 permitiu que acompanhássemos a busca e o reencontro das mulheres com si mesmas. Assim, podemos conhecer as inúmeras dificuldades que essas militantes enfrentam no seu dia-a-dia. Foi como conhecer o que ocorre por trás dos panos, nos bastidores de uma luta intensa. São mulheres: mães, avós, esposas, ex-esposas, profissionais e estudantes, com uma carga emocional muitas vezes grande demais para carregar. Essas mulheres, nada mais do que seres humanos cheios de dúvidas e temores, são as mesmas que, alguns anos atrás, não saíam de casa sem a permissão do marido, não tinham objetivos além de trabalhar, cuidar dos filhos e do esposo e ir à missa. São mulheres que sofreram uma profunda transformação, mas que, nem por isso, deixaram de ser cobradas pela sociedade, pela Igreja e pela família em suas atividades cotidianas mais básicas.

O ser “mulher” do *Movimento de Mulheres da Primavera* é uma construção de memória muito densa. As vivências de cada um desses indivíduos constituem imagens diferentes do que seria uma identidade de “mulher”. Porém, a formação coletiva forjada dentro do movimento é uma estrutura firme, tangível, um exemplo para as mulheres que enfrentam diariamente os desafios dessa sociedade sexista.

Perceber que o recente enfrentamento à violência contra as mulheres em Guarapuava e a inserção pública da luta pelos direitos das mulheres no âmbito sociopolítico brasileiro não têm tido reflexos no número de mortes de mulheres, na conquista pela igualdade de gênero e na transformação dessa cultura homofóbica, lesbofóbica, misógina e desigual, permite-nos compreender que a luta do *Movimento de Mulheres da Primavera* continua tão urgente e necessária quanto dez anos atrás; permite

responder com convicção aos questionamentos que são, frequentemente, feitos aos pesquisadores do feminismo e das teorias de gênero: é preciso, sim, em pleno século XXI, continuar falando em feminismo e em igualdade de gênero.

O estudo dos movimentos sociais, a compreensão de como atuam e da força que exercem politicamente em direção à conquista de suas demandas, no entanto, nos permite inferir que não só da luta dos movimentos sociais que é feita a mudança. A transformação cultural tão urgente pede comprometimento de toda a sociedade, de maneira transversal: formação política de base e estruturação educacional que, desde a infância, possibilite às crianças desconstruir as “verdades” e os estereótipos de gênero, garantindo o desenvolvimento de jovens e adultos livres das amarras do sexismo, dessa cultura que impõe, frequentemente, papéis e posturas do que é o “masculino” e o “feminino” e que, assim, resultam em violências e intolerâncias.

A (re) construção das identidades das mulheres do *Movimento de Mulheres da Primavera*, assim como o seu reconhecimento como sujeitos políticos empoderados, capazes de provocar mudanças, constitui um exemplo de otimismo. O caminho para a transformação cultural, pelo viés dos movimentos sociais e da inserção de mais mulheres na política parece ser claramente eficaz. Porém, a luta das mulheres por espaços na política, nas universidades, em cargos de liderança em empresas e entidades está só começando. A união da sociedade civil, entre movimentos sociais e universidades, também é um caminho possível. Mas qualquer caminho é longo. Não há atalhos. É possível pensar em uma sociedade igualitária entre homens e mulheres, de diferentes raças/etnias, classes sociais, lugares e nacionalidades, orientações sexuais, etc. Para tanto, é preciso disputar espaços, se inserir na dinâmica do poder, lutar e avançar, diariamente, contra as desigualdades contemporâneas.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Sociedade e Estado**. Vol.15, n.2. Brasília Jun/Dez, 2000: pp. 303-330.
- ALVES, Antônio Aparecido. As Escolas de Formação Fé e Política: abrindo caminhos para o Evangelho no mundo da política. In. PINHEIRO, José Ernanne & ALVES, Antonio Aparecido (orgs.). **Os cristãos leigos no mundo da política à luz o Concílio Vaticano II**. Petrópolis: Vozes, 2013, pp. 110-129.
- ALVES, Branca Moreira & PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. 6ed. São Paulo: Abril S.A Cultural, 1985.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. [Entrevista a Benedetto Vecchi]. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: Fatos e mitos. Trad. Sérgio Milliet. 4ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
- BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 4ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estud. Av. São Paulo**, v.05, n.11. Abril, 1991.
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- CLEVE, Jeorling J. Cordeiro. **Povoamento de Guarapuava**: Cronologia Histórica. 2ed. Curitiba: Juruá, 2009.
- COSTA, Cláudia de Lima. O sujeito do feminismo: revisitando os debates. **Cadernos Pagu** (19) 2002: pp.59-90.
- CRUZ, Maria Isabel. A mulher e o compromisso cristão na política. In. PINHEIRO, José Ernanne & ALVES, Antonio Aparecido (orgs.). **Os cristãos leigos no mundo da política à luz o Concílio Vaticano II**. Petrópolis: Vozes, 2013, pp. 189-213.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Cartografias dos estudos culturais**: uma versão latino-americana. Autêntica: Belo Horizonte, 2001.
- FEMENÍAS, Maria Luisa. Cuerpo, poder y violencia: algunas intersecciones. In. TORNQUIST, C. S. [et. Al]. **Leituras de resistência**: Corpo violência e poder. Vol. 1. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009. pp. 25-47
- FERRAZ, Maria Isabel Raimondo. **Perfil da Violência contra a mulher em Guarapuava-PR**. Dissertação (Mestrado): Curso de Pós-Graduação em Enfermagem. Curitiba: UFPR (2008). 86p.
- FERREIRA JUNIOR, Francisco. **A prisão sem muros**: Guarapuava e o degredo no Brasil no século XIX. Guarapuava: Unicentro, 2012.
- FRANCO NETTO, Fernando. **População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX**. 395f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

- GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilização civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010a.
- GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 8ed. São Paulo: Loyola, 2010b.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidade e Mediações culturais**. Org. Liv Sovik. Trad. Adelaine La Guardia Resende [et al]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- Hall, Stuart. **Encoding and Decoding in the Television Discourse**. Birmingham, England: Centre for Cultural Studies, University of Birmingham, 1973.
- HALL, Stuart. The of Representation. In: HALL, Stuart (org.). **Representation Cultural Representations and Signifying Practices**. Sage/Open University: London/Thousand Oaks/New Dew Delhi, 1997.
- HOFFMANN, Rodolfo & LEONE, Eugênia Troncoso. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia**, Belo Horizonte, 14 (2), maio-agosto de 2004. 35-58.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. 288p.
- JELIN, Elizabeth. **Los Trabajos de la memoria**. España: Madrid: Siglo XXI de España Editores S.A, 2002.
- KNAPIK, Márcia Carneiro (org). **Movimento Popular de Mulheres do Paraná: 10 anos construindo vida**. Curitiba: Editora Gráfica Popular: CEFURIA, 2005.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão... [et al]. 7ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.
- LIMA, Priscila Schran de & LIMA, Eva Schran de. Projeto político pelo bem comum Guarapuava, PR – Priscila Schran de Lima e Eva Schran de Lima. In. PINHEIRO, José Ernane & ALVES, Antonio Aparecido (orgs.). **Os cristãos leigos no mundo da política à luz o Concílio Vaticano II**. Petrópolis: Vozes, 2013, pp. 226-232.
- MADALOZZO, Regina; MARTINS, Sergio Ricardo & SHIRATORI, Ludmila. Participação no mercado de trabalho e no mercado doméstico: homens e mulheres têm condições iguais? **Estudos Feministas**, Florianópolis, 18(2): 547-566, maio-agosto/2010.
- MARCONDES, Gracita Gruber. **Guarapuava: história de luta e trabalho**. Guarapuava: Unicentro, 1998. 202 p.
- MATTELART, Armand, NEVEU, Érick. **Introdução aos estudos culturais**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- MENEGHEL, S.N. et al. Femicídio: narrativas de crimes de gênero. **Interface (Botucatu)**, v.17, n.46, p.523-33, jul./set. 2013.

- PEDRO, Joana Maria. As mulheres e a separação das esferas. **Diálogos**, DHI/UEM, v. 4, n. 4: 33-39, 2000.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Trad. Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2008.
- RAIMONDO, Maria Lúcia. **Perfil epidemiológico da violência contra a mulher em Guarapuava, Paraná**: contribuições da Enfermagem. Dissertação (Mestrado): Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2010. 93 f.
- SALDANHA, Terezinha. **O comércio do prazer**: prostituição em Guarapuava (1945-1964). Guarapuava: Unicentro, 2013. 248p.
- SALDANHA, Terezinha. **Violência jurídica e intencionalidade feminina em crimes sexuais**: (Guarapuava 1940-1944). Assis, 2008, 198p. Tese de doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.
- SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004. p. 35-60.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.
- SHOWALTER, Elaine. “A Crítica feminista no território selvagem”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Tendências e Impasses**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.p. 23-57.
- SIGNORELLI, Carlos Francisco. “Os leigos são a Igreja no coração do mundo” a partir do Vaticano II. In. PINHEIRO, José Ernane & ALVES, Antonio Aparecido (orgs.). **Os cristãos leigos no mundo da política à luz o Concílio Vaticano II**. Petrópolis: Vozes, 2013. pp. 39-57.
- SOUSA, Sandra Maria Nascimento. **Mulheres em movimento**: memória da participação das mulheres nos movimentos pelas transformações das relações de gênero, nos anos 1970 e 1980. São Luís: EDUFMA, 2007. 196p.
- TELES, Maria Amélia de Almeida. **O que são direitos humanos das mulheres**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- TORNQUIST, Carmen Susana [et al] Corpo, violência e poder: algumas palavras e um convite. In. TORNQUIST, C. S. [et. al]. **Leituras de resistência**: Corpo violência e poder. Vol. 1. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009. p. 11-22.
- VALENCIA, José Francisco. Representações Sociais e Memória Social: vicissitudes de um objeto em busca de uma teoria. In: SÁ, Celso Pereira de. **Memória, Imaginário e Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 99-119.
- VELÁSQUEZ, Susana. **Violencias Cotidianas, Violencia de gênero – escuchar, aprender, ayudar**. Ediciones Paidós Iberica, 2003.
- VIANNA, Cláudia & UNBEHAUM, Sandra. Gênero da educação básica: quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 95, p. 407-428, maio/ago. 2006.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012 – Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: CEBELA, FLACSO, 2012.

FONTES

DIÁRIO DE GUARAPUAVA, 2013. 'Elas cantam e encantam' acontece no Sindicato Rural. Guarapuava, 04 dez, p. A4.

DIÁRIO DE GUARAPUAVA, 2013. Até o dia 05 e além. Guarapuava, 26 nov, p. A12.

DIÁRIO DE GUARAPUAVA, 2013. Autor de 17 facadas contra mulher em Guarapuava é preso em Londrina. Guarapuava, 28 nov, p. A14.

DIÁRIO DE GUARAPUAVA, 2013. Campanha '16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência de Gênero' começa hoje. Guarapuava, 20 nov, p. A4.

DIÁRIO DE GUARAPUAVA, 2013. Campanha discute estrutura de amparo à mulher vítima de violência em Guarapuava. Guarapuava, 26 nov, p. A3.

DIÁRIO DE GUARAPUAVA, 2013. Capacitação sobre atendimento a vítimas de violência de gênero segue até hoje. Guarapuava, 22 nov, p. A4.

DIÁRIO DE GUARAPUAVA, 2013. Guarapuava forma 44 mulheres no programa Caminhos da Profissão. Guarapuava, 23 nov, p. A8.

DIÁRIO DE GUARAPUAVA, 2013. Na Câmara de Vereadores, Eva destaca atuação da Secretaria da Mulher. Guarapuava, 29 nov, p. A2.

KRAMER, Josiane Caldas. 50 tons de violência. Diário de Guarapuava, Opinião, Guarapuava, 03 dez, 2013.

LIMA, Eva Schran de. Violência de Gênero e políticas públicas. Diário de Guarapuava, Opinião, Guarapuava, 29 nov, 2013.

LIMA, Priscila Schran de. Violência de gênero e movimentos sociais. Diário de Guarapuava, Opinião, Guarapuava, 05 dez, 2013.

MOVIMENTO DE MULHERES DA PRIMAVERA. Guarapuavanas mobilizam-se pelo fim da violência de gênero. 2013. Disponível em: <http://mulheresdaprimavera.blogspot.com.br/2013/11/guarapuavanas-mobilizam-se-pelo-fim-da.html#more>. Acesso em: 14/02/2014.

MOVIMENTO DE MULHERES DA PRIMAVERA/BLOG. Disponível em: <http://mulheresdaprimavera.blogspot.com.br/>. Acesso em: 14/02/2014.

SCHRAN, Aline Cristina. Gênero e educação escolar. Diário de Guarapuava, Opinião, Guarapuava, 27 nov, 2013.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (SPM). Disponível em: <http://www.spm.gov.br/>. Acesso em 14/02/2014.

APÊNDICES

Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE - UNICENTRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESP
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – COMEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada Colaboradora,

Você está sendo convidada a participar da pesquisa: “**De lagarta à borboleta: processos de emancipação feminina e construção de novas identidades no Movimento de Mulheres da Primavera de Guarapuava/PR**”, sob a responsabilidade de Morgani Guzzo, que irá investigar o processo de empoderamento feminino e as identidades sociais e coletivas construídas pelo Movimento de Mulheres da Primavera, com base na memória coletiva e na metodologia compreendida pelos Estudos Culturais.

1. PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA: Ao participar desta pesquisa você irá preencher um questionário e poderá, se optar, dar seu depoimento para a pesquisa, em forma de entrevista.

Lembramos que a sua participação é voluntária, você tem a liberdade de não querer participar, e pode desistir, em qualquer momento, mesmo após ter iniciado a entrevista, sem nenhum prejuízo para você.

2. RISCOS E DESCONFORTOS: Não há nenhum risco ou desconforto.

3. BENEFÍCIOS: Os benefícios esperados com o estudo são no sentido de possibilitar a documentação do Movimento de Mulheres da Primavera, da existência das mulheres do bairro e de sua luta na sociedade Guarapuavana.

4. FORMAS DE ASSISTÊNCIA: Se você precisar de alguma orientação por se sentir prejudicado por causa da pesquisa, você terá esclarecimento da parte do pesquisador a hora que precisar.

5. CONFIDENCIALIDADE: Todas as informações que a Sra. nos fornecer ou que sejam conseguidas nas reuniões do Movimento serão utilizadas somente para esta pesquisa. Suas respostas e dados ficarão em segredo e o seu nome não aparecerá em lugar nenhum dos questionários, nem quando os resultados forem apresentados.

6. ESCLARECIMENTOS: Se tiver alguma dúvida a respeito da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, pode procurar a qualquer momento o pesquisador responsável.

<p>Nome do pesquisador responsável: Morgani Guzzo Endereço: Rua Prof. Amálio Pinheiro, 1269. Bairro Sta Cruz. CEP: 85015-440 Telefone para contato: (42) 9990-6768</p>
--

Horário de atendimento: Das 8h às 22h (segunda a sexta)

Comitê de Ética em Pesquisa da UNICENTRO – COMEP
Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Campus CEDETEG

Endereço: Rua Simeão Camargo Varela de Sá, 03 – Vila Carli
CEP: 85040-080 – Guarapuava – PR
Bloco de Departamentos da Área da Saúde
Telefone: (42) 3629-8177

7. RESSARCIMENTO DAS DESPESAS: Caso a sra. aceite participar da pesquisa, não receberá nenhuma compensação financeira.

8. CONCORDÂNCIA NA PARTICIPAÇÃO: Se a sra. estiver de acordo em participar deverá preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-esclarecido que se segue, e receberá uma cópia deste Termo.

O **sujeito de pesquisa** ou seu representante legal, quando for o caso, deverá rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE - assinando na última página do referido Termo.

O **pesquisador responsável** deverá, da mesma forma, rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE - assinando na última página do referido Termo.

CONSENTIMENTO PÓS INFORMADO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, a Sra. _____, portadora da cédula de identidade _____, declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas, esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente desta pesquisa.

E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Guarapuava, ____ de _____ de 2014.

Assinatura do participante

Assinatura do Pesquisador